

Tempos pandêmicos

Impactos e desafios impostos pelo vírus que mudou o mundo, inclusive o do trabalho



MEDIDAS DE PREVENÇÃO

INDIVIDUAIS

COLETIVAS



Higienizar as mãos



Usar máscaras



Manter distância física



Instalar

PREVENÇÃO

ATIVAS

Quanto maior a prevenção, maior a segurança. A proteção contra a **Covid-19** é direito e responsabilidade de todos. É o MPT ao seu lado, em parceria com a sociedade!



Instalar barreiras físicas, como proteções acrílicas



Estabelecer quarentena e isolamento



Cuidar da qualidade do ar



Foco contra o inimigo invisível

8



Na linha de frente

14



Questão de urgência

20



Por mais vidas

28



SuperAR

38



A esperança que chega pelas águas

44



Atuação do MPT durante a pandemia

50



Epicentro da 1ª onda

54



Escavidão moderna

62

De dentro de casa

68



Direito ao trabalho seguro

78



Aula de bom senso

84



Uma luz no túnel escuro da pandemia

90



Por dignidade

98



Sementes da resistência

102



Cultura a delivery

106



Um aprendizado para a vida

112



Labor
Revista do Ministério Público do Trabalho
ISSN 2317-2401

Ministério Público do Trabalho

José de Lima Ramos Pereira
Procurador-Geral do Trabalho

Maria Aparecida Gugel
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

Gláucio Araújo de Oliveira
Diretor-Geral

**Labor foi produzida pela Secretaria de Comunicação Social
do Ministério Público do Trabalho**

Philippe Gomes Jardim
Secretário de Comunicação Social

Ronaldo José de Lira
Secretário Adjunto de Comunicação Social

Jornalista responsável
Jocimar Nastari (Registro 12505 - Ministério do Trabalho em São Paulo)

Edição
Isabel Braga

Redação
Ana Clara Lages, Andrea Ribeiro, André Costa, Carlos André Moreira,
Carolina Villaça, Fátima Reis, Henriqueta Santiago, Isabel Braga, João
Ebling, Jocimar Nastari, Lília Gomes, Lívia Vasconcelos, Luis Nakajo,
Marcela Ribeiro, Nayara Xavier, Priscila Silva, Rafael Maia, Rogério
Brandão, Taciana Guimarães e Tâmil Costa

Revisão
Secom/PGT e Ascoms Regionais

Estagiários de Jornalismo
Aline Martielly e Vinícius Aguiar Reis

Fotografia
Juliana Chalita, Rafael Maia, Fraternidade São Francisco de Assis na
Providência de Deus, Lúcia Fernanda Jófej Kaingáng, Sinproep-DF,
Instituto Ramacrisna, Jonathan Estrella, ReSA e Secretaria Municipal de
Educação e Cultura de Juína/MT

Capa
Cyrano Vital

Ilustrações
Cyrano Vital

Anúncios institucionais
Sâmela Lemos

Infográficos
Álvaro Faria, Guilherme Monteiro, Sâmela Lemos, Ascom/PRT10 e
Ascom/PRT3

Diagramação
Guilherme Monteiro e Sâmela Lemos

Circulação
Ana Carolina Ramos, Ana Paula Fayão, Paulo Viana e Suelen
Bernardes Correia

Administração
Kelma Barreto e Flávia Araújo

Impressão
Gráfica Movimento

Tiragem
5.500 unidades

Brasília, primavera de 2021

Redação
SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A
CEP 70040-250 – Brasília, DF – (61) 3314-8222





A firme atuação do MPT frente à pandemia

Em março de 2020, a sociedade se deparou com o advento da pandemia da Covid-19 que provocou impactos profundos em todo o mundo. O aparecimento da Covid-19 vitimou pessoas em todos os países, mudou a rotina dos trabalhadores e interferiu no mundo do trabalho. Houve necessidade de cuidados redobrados para os que tiveram que continuar trabalhando presencialmente e de adaptação ao trabalho à distância.

Durante este um ano e meio de pandemia, o MPT produziu notas técnicas e recomendações, ações civis públicas foram ajuizadas e acordos, realizados. Esta edição da Labor foca nas diferentes ações da atuação do MPT frente à pandemia e aos desafios impostos às relações de trabalho.

Coordenador nacional do GT Covid-19, o Procurador do Trabalho Ronaldo Lima é o nosso entrevistado e faz um balanço da atuação institucional que afirmou o protagonismo do MPT. O Procurador-Geral do Trabalho que esteve à frente da instituição até julho, Alberto Balazeiro, atualmente Ministro do TST, escreve artigo narrando a experiência no enfrentamento da pandemia pelo MPT.

Também buscamos apresentar exemplos de reversões de recursos de TACs e de condenações judiciais. Destinações foram feitas para adquirir equipamentos de proteção individual para os profissionais da área de saúde e de equipamentos hospitalares como respiradores, para ampliar o número leitos nos hospitais e para desenvolver pesquisas científicas, enfim, ações concretas para mitigar os impactos da pandemia para toda a sociedade e, em especial, para os brasileiros em situação de maior vulnerabilidade.

Nas páginas da Labor, o leitor também terá acesso a relatos das dificuldades e do sentimento de exaustão enfrentados por trabalhadores da área de saúde. Entre eles, o técnico de enfermagem do Samu em Alagoas, Douglas Medeiros, que relata a sua angústia: “Eu ficava com medo de respirar lá dentro (do hospital), mesmo de máscara. Ficava com as mãos juntas, para não pegar em nada, porque qualquer descuido que a gente tivesse era um risco de se contaminar.”

Profissionais da saúde também expressam a emoção de levar atendimento à população ribeirinha do Amazonas, com a antecipação da entrada em funcionamento de mais um barco hospital custeado com a reversão da nossa instituição, e da recuperação do centro de reabilitação pós-Covid, na Paraíba.

Reportagem feita a várias mãos destaca a atuação decisiva do MPT em um setor em que se constatou uma elevada disseminação do novo coronavírus nos ambientes de trabalho: o dos frigoríficos. O texto traz números e ações preventivas da instituição para a contenção de surtos, como a primeira recomendação detalhando as medidas de enfrentamento da Covid-19.

E também há matérias sobre o papel importante desempenhado pelo MPT na garantia dos direitos de outras categorias profissionais, como rodoviários e professores.

Apesar das dificuldades de atuação em razão do isolamento social, o MPT seguiu trabalhando – em conjunto com outros órgãos parceiros – no combate à exploração do trabalho análogo ao escravo no nosso país, com mais de uma centena de operações. Em 2020 e até agosto, quase 2 mil trabalhadores foram resgatados.

A edição traz ainda relatos sobre as importantes atuações dos colegas com jovens no sistema socioeducativo em Minas, com o projeto Descubra, sobre o cuidado com agricultores familiares no Paraná que cultivam sementes crioulas e, por fim, uma iniciativa inovadora que garantiu a chegada de livros às famílias de Juína, no interior do Mato Grosso.

Boa Leitura!

José de Lima Ramos Pereira
Procurador-Geral do Trabalho

Foco contra o inimigo invisível

Grupo de Trabalho Covid-19 estrutura a atuação do MPT durante a pandemia

POR JOCIMAR NASTARI

Diante do cenário de pandemia que se apresentava, foi instituído em 17 de março de 2020, pelo então procurador-geral do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro, o Grupo Nacional de Trabalho GT Covid-19, com o objetivo de promover e proteger a saúde do trabalhador, bem como reduzir os impactos sanitários, sociais e econômicos da doença nas relações de trabalho e na sociedade. A revista **Labor** entrevistou o coordenador desse grupo, procurador do Trabalho Ronaldo Lima.

Ele explicou como o GT Covid-19 estruturou seu trabalho em torno de quatro eixos principais: articulação, mediação, judicialização e difusão de conhecimento. Atuou também como uma instância de uniformização e suporte a todos os membros e membras do Ministério Público do Trabalho e a todas as Procuradorias Regionais do Trabalho. Segundo o coordenador, a atuação global do MPT por projetos, no âmbito da Covid-19, talvez seja um dos grandes legados da atuação do GT.



Qual a função desempenhada pelo GT Covid-19?

O grupo tem como função otimizar o enfrentamento dos impactos decorrentes da pandemia de Covid-19 nas relações de trabalho, nas questões referentes à proteção da saúde, garantia de empregabilidade e renda aos trabalhadores formais e informais, em harmonia com a temática da sustentabilidade das empresas.

Tem como função essencial apoiar, auxiliar e colaborar com todos os procuradores e procuradoras do Trabalho nos seus procedimentos investigatórios, promocionais e nas suas articulações com os setores públicos e privados e demais atores sociais.

O GT atua como uma instância de uniformização e suporte a todos os membros e membras do Ministério Público do Trabalho e a todas as Procuradorias Regionais do

Trabalho, harmonizando o princípio da unidade com o princípio da independência funcional, em questões administrativas, finalísticas, de suporte científico e também para apoio e auxílio pessoal aos membros e servidores para problemas decorrentes da Covid-19.

Como é composto o GT Covid-19?

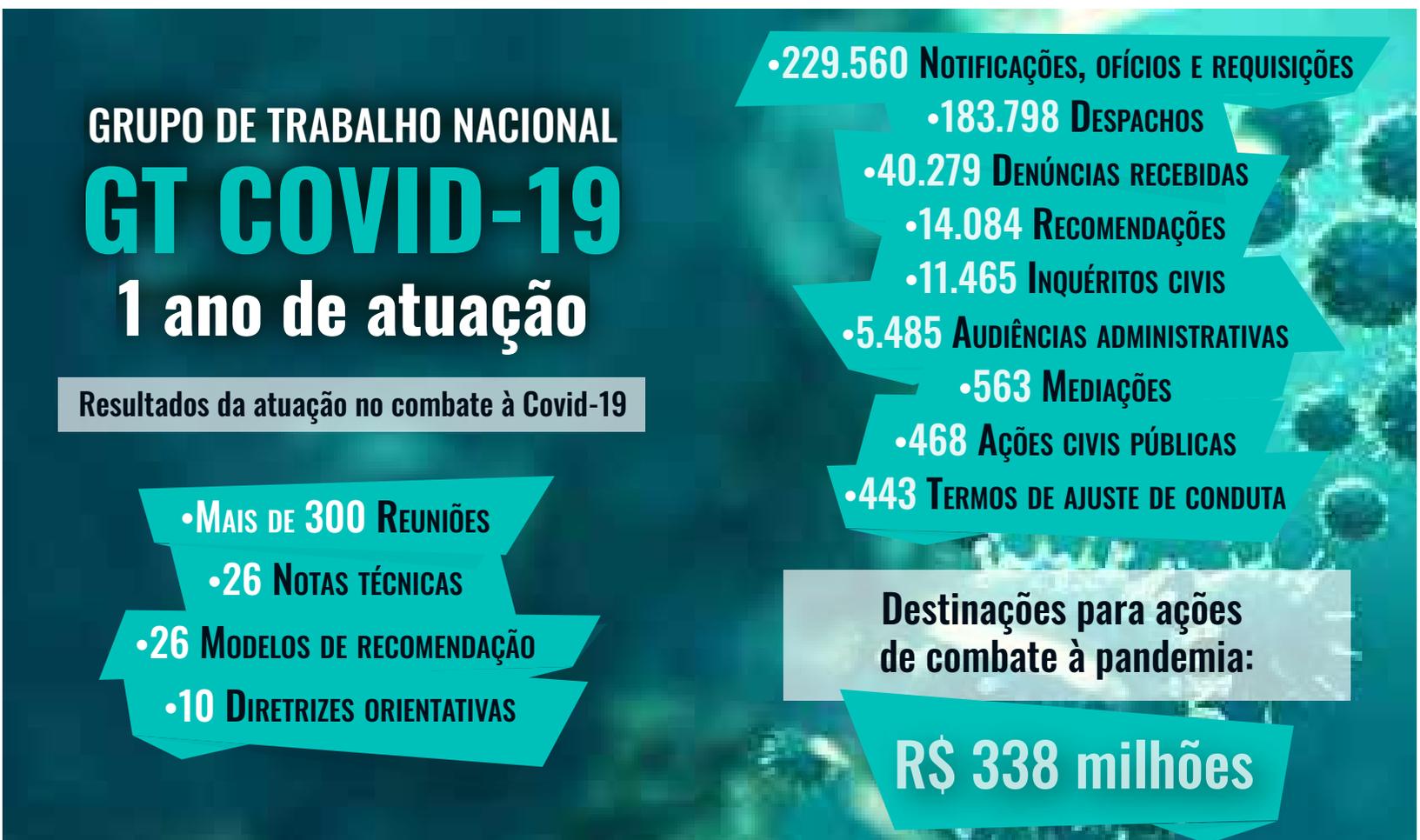
Ele é composto por todas as Coordenadorias Nacionais Temáticas do MPT, sendo integrado por todos os coordenadores, coordenadoras, vice-coordenadores e vice-coordenadoras das respectivas coordenadorias: Conalis (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social); Codemat (Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho); Conap (Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade na Administração Pública); Coordinfância (Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente); Conaete (Coordenadoria Nacional

de Erradicação do Trabalho Escravo e Combate ao Tráfico de Pessoas); Conafret (Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho); Coordigualdade (Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho); Conatpa (Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário) e Coordenadoria de 2º Grau.

Quais as principais linhas de atuação do GT? Ele auxiliou na interação do MPT com os outros ramos do Ministério Público da União?

Para maior efetividade e otimização das ações o GT Covid-19 foi estruturado em torno de quatro eixos principais: articulação, mediação, judicialização e difusão de conhecimento.

De acordo com o primeiro eixo, procuradores e procuradoras realizaram uma grande articulação interinstitucional, por meio do diálogo com órgãos públicos e privados, para



Infográfico divulgado nas redes sociais do MPT em março de 2021

a implementação de políticas públicas. Neste campo, foi muito importante a integração com o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus - Giac-Covid-19, no âmbito da Procuradoria-Geral da República. A ação conjunta dos Ministérios Público do Trabalho e Federal possibilitou a potencialização das ações e respostas mais rápidas e eficazes às demandas advindas com a pandemia de Covid-19.

Também se elaborou, em atuação conjunta com outras instâncias do MPT, articulação política para medidas legislativas que afetassem as relações trabalhistas. A referida articulação foi realizada por intermédio de reuniões por videoconferência e trocas de informações por meio de ofícios com os gabinetes de crises dos governos dos estados, com também como o Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Casa Civil do Governo Federal, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), bem como agências reguladoras como ANP, Anvisa, Anatel, Antaq.

Por meio da mediação, implementou-se uma aproximação com os demais atores sociais, como sindicatos de trabalhadores e empregadores, associações de classe e outros. O MPT também tem atuado como mediador e conciliador dos conflitos coletivos de trabalho e participou de diversas ações que, entre outros exemplos, garantiram fornecimento de equipamentos de proteção e auxílio financeiro aos entregadores de aplicativo, limpeza dos carros de aplicativo, adoção de medidas sanitárias nos frigoríficos e centros de teleatendimento, proteção da saúde e das condições de trabalho de professores e trabalhadores domésticos, pagamento integral das verbas rescisórias em casos de demissão coletiva, bem como em ações de preservação do emprego, da empresa e da atividade econômica. Foram muito frutíferas, por exemplo, as negociações entre a Fenaban e o Comando Nacional dos Bancários para adoção de medidas de proteção aos bancários e terceirizados.

Também foi realizado diálogo com diversos setores industriais para a promoção da reconversão industrial, de modo a incentivar as empresas a voltarem sua produção para insumos e produtos que permitissem o combate à disseminação do novo coronavírus. E que, principalmente, diminuísse a falta de equipamentos de higiene e proteção dos trabalhadores da área da saúde e de

equipamentos para o atendimento dos pacientes de Covid-19 que necessitassem de internação e cuidados médicos intensivos.

Para se ter uma noção da implementação do diálogo social neste período, dos 1.307 Procedimentos de Mediação e 1200 Procedimentos Promocionais instaurados entre janeiro e agosto de 2020, 438 Mediações e 906 Procedimentos Promocionais eram relacionados à proteção da saúde do trabalhador, bem como redução dos impactos negativos trabalhistas decorrentes da pandemia de infecções por Covid-19.

No campo da judicialização houve a propositura de diversas ações conjuntamente com os procuradores e procuradoras das diversas Procuradorias Regionais e Procuradorias no Município. Foram criados Grupos Especiais de Atualização Finalística (GEAF) para o enfrentamento de situações complexas ou de grande dimensão.

Por fim, o GT Covid-19 empreendeu como estratégia a promoção e a difusão de informações científicas. Consideramos que o primeiro passo para se enfrentar um inimigo invisível e onipresente, como um vírus numa pandemia, é a obtenção de informações, dados, estatísticas e tudo aquilo que possibilite a compreensão tanto da dinâmica do vírus, quanto do desenvolvimento da doença e suas formas de contágio. E, conseqüentemente, propiciar respostas mais eficazes. Os trabalhos foram elaborados em conjunto com nossos peritos, além da oitiva de diversos especialistas em cada temática e de diálogo constante e intenso com os atores sociais, como entidades públicas e privadas, sindicatos, associações de classe. Tudo com vistas a possibilitar uma resposta científica, mas também adequada às diversas realidades atingidas pela pandemia.

Como ocorreu esta difusão de informação e de conhecimento? O público externo tem acesso a este material?

Em 1 ano e meio de trabalho, o Grupo de Trabalho Covid-19 expediu 26 notas técnicas, 28 modelos de recomendação e 12 diretrizes orientativas. No período, foram realizadas mais de 300 reuniões pelos membros do GT, no âmbito do MPT, com a sociedade civil e com órgãos públicos. Foram também firmados protocolos de cooperação, como, por exemplo, com a Caixa Econômica Federal, para solução

da questão das filas e proteção dos bancários, quando do recebimento do auxílio emergencial por parte da população.

Entre as notas técnicas (NT), podemos destacar a NT 4 com diretrizes para a proteção de trabalhadoras e trabalhadores domésticos; a NT 6 sobre diálogo social entre empresas e sindicatos durante a pandemia; a NT 11 sobre a defesa da saúde e demais direitos de professoras e professores no trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office; a NT 17, que conta com recomendações para a garantia da proteção de trabalhadores durante o trabalho remoto; a NT 19 sobre as medidas de proteção da saúde e demais direitos dos trabalhadores em empresas de teleatendimento; a NT 20, que traz medidas necessárias de vigilância em saúde do trabalhador, sanitárias e epidemiológicas, destinadas a evitar a expansão ou o agravamento da pandemia. Também foram produzidas notas técnicas para a proteção de indígenas, pessoas com deficiência, gestantes, dentre outros grupos de trabalhadores

O GT também foi responsável pelo Guia Técnico sobre a Vacinação de Covid-19, que esclarece que vacinação é medida de proteção coletiva, de obrigatoriedade para empregadores e empregados, e traz as repercussões do tema nas relações trabalhistas. No documento, a instituição reforça que é fundamental esclarecer e orientar os trabalhadores sobre a importância do ato de se vacinar.

Como foi possível a articulação do GT com as demais Procuradorias Regionais do Trabalho? Houve alguma dinâmica diferenciada neste período?

De forma integrada e articulada com o GT Covid-19, as Procuradorias Regionais do Trabalho também criaram seus “gabinetes de crise” ou atuação integrada, tendo sido formada uma rede de comunicação específica entre o GT e as PRTs, por meio dos membros e membras focalizadores. Isso possibilitou mais eficiência na atuação do MPT como um todo e para a criação dos planos de ação regionais e replicagem das ações do Grupo de Trabalho Nacional nos Estados. Cada Procuradoria Regional do Trabalho nomeou uma membra ou um membro focalizador para canalizar as informações do GT e articular e harmonizar as ações e experiências nacionais com as regionais.

Também no âmbito do GT Covid-19, foi realizada a Operação Acolhida, com realização de reuniões e formação de uma rede de apoio aos membros e membras do MPT. O objetivo é o de prestar suporte multidisciplinar do MPT durante o período de pandemia de Covid-19. Foram realizadas reuniões (por videoconferência) com as chefias e todo o colegiado das 24 PRTs.

O MPT recebeu mais de 47 mil denúncias relacionadas à Covid-19. Qual a importância de que tais denúncias sejam feitas? Quais foram as reclamações que mais se repetiram? E quais os setores de trabalho que mais denunciaram?

Os quatro primeiros meses de medidas de distanciamento social foram marcados por intensa atuação institucional em diversos segmentos da atividade econômica, como frigoríficos, setor de mineração, hospitais, teleatendimento, unidades prisionais, petróleo, plataformas digitais (trabalho por aplicativos), também no combate às demissões em massa, à exploração da mão de obra em condição análoga à de escravo e atuando como mediador dos conflitos coletivos de trabalho.

Até setembro de 2021, foram ajuizadas 676 ações civis públicas e firmados 856 TACs. Com toda a modéstia, até mesmo pela forma como prontamente se articulou para canalizar suas ações para o enfrentamento dos impactos sanitários, sociais e econômicos nas relações de trabalho e em outros setores sociais, o MPT mobilizou a sociedade. E se tornou referência para determinadas demandas pertinentes à pandemia de Covid-19, com um grande número de denúncias. Se por um lado, esse montante de denúncia não deixou de ser um reconhecimento para a proatividade da

Instituição, por outro, trouxe grandes desafios e um excesso de trabalho para membros e membras, com todas as dificuldades do isolamento e do trabalho em home office.

A cada fase da pandemia verificou-se a predominância de um tipo ou outro de demanda. No início, era comum notícia de falta de equipamentos e insumos para a proteção, como máscaras e álcool em gel, com grandes dificuldades principalmente para a proteção dos profissionais da denominada linha de frente. Ainda nesta fase, alguns setores foram drasticamente impactados, com paralisação das suas atividades, como o setor aéreo, de turismo, de hotéis e restaurantes, entre outros, que se acentuou com as necessárias políticas de isolamento social. Emprego, renda e garantia do trabalho tornaram-se também pautas prioritárias.

Depois, vieram a falta de insumos, oxigênio, equipamentos e, infelizmente, muita contaminação e óbitos em alguns setores, como o de saúde. Este aliás é o setor com problemas muito complexos, como a falta de médicos, leitos, insuficiência proteção adequada, superdimensionamento de leitos, alto número de contaminação e de óbitos.

O setor de frigoríficos também foi um dos maiores focos de disseminação de Covid-19 em ambientes do trabalho. Por meio do Projeto Nacional de Adequação do Meio Ambiente do Trabalho em Frigoríficos, o MPT atuou para garantir mais proteção à saúde de milhares de trabalhadores do setor.

A preservação de trabalhadores de aplicativos de transporte de passageiros e de entrega também foi um dos focos do MPT. Setores informais ainda estão sofrendo muito com a

falta de proteção sanitária e de renda. A fome é uma epidemia emergente neste cenário.

Com as políticas de vacinação, a questão da escassez de vacina e da ordem de priorização têm sido um grande dilema social no momento, pois implicam na questão do retorno ou não ao trabalho presencial, como no caso do professorado.

Como foi a reversão de recursos do MPT para a sociedade neste período?

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em todo o Brasil destinou mais de 376,9 milhões de reais para ações de combate à Covid-19. Desde o início da pandemia, a instituição vem revertendo valores a diversas entidades prioritariamente para este fim, como forma de contribuir para a proteção de trabalhadores e da população em geral.

Garantidos por decisões da Justiça do Trabalho ou por acordos extrajudiciais (Termos de Ajuste de Conduta – TACs), os recursos destinados ao enfrentamento do coronavírus abrangem todos os estados brasileiros, bem como o Distrito Federal, e vêm sendo repassados a hospitais, associações de saúde, universidades, entes da federação, entidades de pesquisa, entre outros.

Entre as ações custeadas com os valores estão a aquisição equipamentos de proteção individual (EPIs) a profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à doença, a compra de respiradores, ventiladores pulmonares e kits de testagem para saber se a pessoa contraiu o vírus, o financiamento de pesquisas, entre outras medidas. Os valores das reversões são fruto de indenizações por danos morais coletivos ou multas trabalhistas, que têm por finalidade a

reparação da sociedade pelos prejuízos causados por empregadores com violações trabalhistas que afetam, inclusive, o sistema de saúde.

Quais foram os aprendizados absorvidos? Os resultados obtidos pelo GT Covid podem servir de modelo para a atuação do MPT em outros temas e áreas?

Realmente, embora seja uma experiência difícil e dolorosa, pelo número de mortes e pelos danos sanitários, sociais e econômicos, não podemos nos olvidar de algum aprendizado neste período. O primeiro é a compreensão da universalidade da proteção à saúde, principalmente no período de uma pandemia.

Verificamos que a Saúde do Trabalhador deve ser inteiramente integrada com a Vigilância Sanitária e a Vigilância Epidemiológica. Para uma verdadeira proteção à saúde, as instituições têm de atuar em rede e de forma integrada. Não há como resguardar a saúde de trabalhadores ignorando preceitos de Saúde do Trabalhador, disciplina que integra a Saúde Pública e o próprio Sistema Único de Saúde.

Os SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) das empresas devem estar integrados a esta rede de proteção. A Vigilância em Saúde depende dos dados produzidos pelos SESMT. Atualmente, um eficiente sistema de proteção das empresas não pode ser pautado apenas pelas normas regulamentadoras. As vigilâncias epidemiológicas, sanitárias e de saúde do trabalho, bem como os órgãos de saúde laboral de estados e municípios, dependem muito dos dados produzidos pelos serviços de saúde da empresa. Saúde laboral e saúde

pública estão umbilicalmente vinculadas, como já havia demonstrado o pai da medicina do trabalho Bernardino Ramazzini, no final do século XVII.

Por outro lado, quanto à atuação do MPT, pode-se dizer que a pandemia exigiu respostas céleres e efetivas em pouquíssimo tempo e, até mesmo, antecipação de determinadas circunstâncias. Pode-se dizer que o MPT, assim como a sociedade como um todo, viveu um período de reconversão logística das suas formas de atuação. A atuação promocional foi muito importante neste período, como também o incremento da mediação e da atuação por projetos estratégicos. A atuação global por projetos talvez seja um dos grandes legados desta experiência que, infelizmente, tivemos que vivenciar enquanto sociedade.

Doravante, quais as perspectivas de atuação do GT Covid-19?

Infelizmente, neste ano de 2021, o Brasil ainda enfrenta uma segunda onda de Covid-19, com maior número de infecções e de óbitos, demonstrando que, apesar dos esforços, ainda temos um grande desafio pela frente. O início do processo de vacinação traz esperança, mas não substitui as medidas de proteção individuais e coletivas, as quais deverão ser observadas por muito tempo ainda.

Até aqui, foi muito intenso o trabalho do GT Covid-19 naqueles quatro eixos de atuação. Neste momento, há uma mescla da esperança da vacinação com a angústia dos números de infecções e óbitos da segunda onda da pandemia, trazendo desafios nestas duas frentes. O Ministério Público do Trabalho, em todo o Brasil, continuará centrando esforços

para a contenção dos impactos da pandemia de Covid-19 nas relações de trabalho, atualizando e incrementando as formas de atuação conforme o desenvolvimento científico, os parâmetros internacionais e as necessidades sociais da população brasileira. Temos o compromisso de continuar acreditando e lutando para vencermos este desafio e evitarmos mais dramas sociais e pessoais.

Gostaria de acrescentar algo mais?

Gostaria de agradecer a todos os membros e membras do GT Covid-19, ao hoje ministro Alberto Bastos Balazeiro, nosso PGT à época da pandemia, à vice-procuradora-geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel, à administração geral do MPT, em todas as suas instâncias, aos procuradores e procuradoras-chefes, aos membros e membras focalizadores e a todas e todos colegas do MPT em todo o Brasil, que assumiram o compromisso de enfrentar os impactos da pandemia de Covid-19 não somente nas relações de trabalho, mas também com incursões em várias políticas públicas de saúde, emprego e renda.

Agradecemos também a todas e todos os profissionais de saúde e àqueles que se prontificaram a compor esta frente de batalha contra este inimigo invisível e onipresente, o novo coronavírus – SARS-COV-2. A todos e todas que continuaram a exercer suas atividades laborais durante a pandemia. Por fim, nos solidarizamos com todos os parentes das vítimas da Covid-19, cujas morte lamentamos. Desejamos plena recuperação àqueles que contraíram o coronavírus. Esperamos vencer esta pandemia o mais breve possível. ☒

Na linha de frente

As marcas profundas deixadas pela pandemia de Covid-19 em profissionais de saúde

POR CAROLINA VILLAÇA

Em 2020, a cada meia hora um profissional de saúde morreu vítima da Covid-19 no mundo. Os dados são de relatório da Anistia Internacional ao informar que pelo menos 17 mil pessoas da área não resistiram à pandemia no planeta no ano passado. No Brasil, nesse período, foram emitidas pelo menos 7.666 comunicações de acidentes de trabalho (CATs)

relativas ao novo coronavírus para técnicos de enfermagem, 2.630 para enfermeiros, 1.118 aos auxiliares de enfermagem, e 484 para médicos clínicos, que juntos alcançam 58% dos trabalhadores com CATs emitidas sob os códigos U07 (Covid-19) da Classificação Internacional de Doenças (CID) e o B34 (doenças por vírus, de localização não especificada).



Os dados brasileiros são do Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho, do Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho. Apontam ainda a emissão de CATs semelhantes a 337 fisioterapeutas gerais, 250 técnicos em radiologia, 229 copeiros de hospital, entre outros heróis e outras heroínas que integram a linha de frente de combate à doença.

E por mais que a primeira e segunda ondas tenham ensinado à força toda uma mudança

de rotinas no setor, com a adoção de medidas de proteção e outras orientações de vigilância epidemiológica indicadas, inclusive, em notas técnicas do MPT, essas categorias ainda hoje se perguntam: “Será que isso vai passar? Será que vai melhorar? Será que tem solução?”

São algumas das angústias da enfermeira Nayara Jéssica Silva, que trabalha na rede pública de saúde do Distrito Federal, e faz parte de um batalhão exausto que vive “com medo do que pode acontecer”, diante do desconhecido e sob a ameaça de uma terceira onda.

De enfermeira à paciente



Fotos: Juliana Chalita

“Um momento pequeno de vacilo pode ser suficiente”, alerta a enfermeira Nayara Jéssica, de apenas 30 anos, que, mesmo vacinada, acabou pegando a doença no primeiro semestre de 2021 e não sabe precisar quando e como isso aconteceu de fato. Nayara atende pacientes com Covid todos os dias, afinal trabalha numa Unidade Básica de Saúde (UBS) em Brasília, DF.

No início da pandemia foi bem assustador, pois ela ficava sabendo das mortes em outros países e conhecia pouco sobre a doença. “Tivemos que fazer várias adequações na organização do serviço, o que prejudicou muito o atendimento de outras demandas. Foi bem estressante essa mudança, principalmente no pico da primeira onda, pois eram muitos atendimentos por dia, além de existir uma cobrança, por parte dos pacientes, de tomada de condutas não científicas”, conta a enfermeira.

Nayara explica que o paciente com sintomas mais leves procura a UBS, onde ela colhe o exame, o RT-PCR. “Porém, mesmo fazendo esse atendimento diariamente, não tivemos nenhum aumento do adicional de insalubridade, até o momento”, reclama. Ela também afirma que, na unidade em que trabalha, recebeu, da Secretaria de Saúde, apenas uma máscara PFF2, no início de 2020. As que usa hoje desse tipo foi ela quem comprou.

O depoimento dela reflete o triste resultado do diagnóstico realizado pelo Ministério Público do Trabalho sobre as condições de trabalho nos serviços de saúde durante a pandemia. Na

pesquisa, que obteve mais de 8.300 respostas em todo o país até meados de junho de 2021, 49% responderam que os profissionais em UTI não usavam máscaras N95 ou PFF2. Além disso, 40% disseram o mesmo sobre aqueles profissionais que lidam com pacientes contaminados pelo novo coronavírus.

Nayara conta ainda que, quando vão atender pacientes com Covid-19, recebem um “capote”, que é um equipamento de proteção individual (EPI), e que recebem sempre máscaras cirúrgicas. Mas ela lembra que já passaram por restrições, quando esses EPIs eram provenientes de doações, “porque a Secretaria de Saúde não tinha disponível, e, se não tivéssemos as doações, teríamos que comprar e dar o nosso jeito”.

Apesar de se sentir aliviada por ter sobrevivido à Covid-19, quando muitos amigos e conhecidos não tiveram a mesma sorte, ela percebe as consequências neurológicas e motoras, que considera sequelas preocupantes, como a perda de memória e a fadiga muscular. “Meu maior medo era precisar ser intubada, porque vi de perto pacientes da UTI que passaram por isso, e sei como é difícil a recuperação depois de um período prolongado de internação”.

No entanto, ela não precisou se internar e atribui os sintomas leves ao fato de ter sido vacinada logo na fase de testes. “Fui voluntária na pesquisa da Coronovac e não sabia se havia tomado placebo. Fiquei muito feliz quando soube que era a vacina de fato. Feliz também em poder contribuir com

a pesquisa. Meu sentimento foi de muita esperança”, relata.

Talvez por isso, um dos momentos mais marcantes que ela carrega consigo dessa pandemia é o instante em que a vacinação chegou também para os seus colegas de trabalho. “Eu era a única pessoa vacinada lá e fiquei extremamente emocionada quando chegou a vacina. Lembro que eu comemorei muito e fiz aplicação em vários colegas. Foi quando a gente viu que isso pode acabar, diante da perspectiva trazida pelas vacinas”, disse, emocionada.

“É sempre muito dolorido ver colegas morrendo por uma doença que a gente já tinha condições de controlar, que era pra ser possível evitar a morte. A gente se frustra em ver que o nosso país, tão expert em vacinas, que trabalha em campanhas de vacinação há tanto tempo, inclusive sendo modelo para o mundo nesse aspecto, está hoje estagnado, com a vacinação super lenta, e ainda perdendo colegas, que poderiam estar salvando vidas, para a Covid-19”.

Por tudo isso, a enfermeira Nayara, que atende pacientes graves, vítimas dessa doença, e que nem sempre sobrevivem, mas que também atua na vacinação contra a Covid-19, tem um pedido especial: “é importante levar a ciência a sério, acreditar no que ela diz, no que ela faz, continuar se prevenindo, evitar aglomerações, preferir ambientes mais arejados. Se precisar ir pra rua, usar máscaras de qualidade, porque essa doença é séria, ela é devastadora, e tem consequências para toda a sociedade.”

Quando isso vai acabar?

A proteção à integridade dos profissionais de saúde foi uma das primeiras preocupações do Ministério Público do Trabalho no início da pandemia. Em agosto de 2020, foi emitida nota técnica pelo órgão voltada para este setor, com diretrizes para a proteção e orientações sobre afastamento de trabalhadores, uso de equipamentos de proteção individual, além de medidas de vigilância, administrativas, de engenharia e logística, e biossegurança nos serviços laboratoriais.

Em vídeo veiculado no youtube do MPT, na série Saúde na Saúde, a médica infectologista Nancy Cristina Bellei, que atua em um hospital público de São Paulo, descreveu a angústia daqueles primeiros momentos: “às vezes eu não consigo dormir, porque eu fico pensando no dia seguinte. Toda a demanda que tem. E a preocupação de a gente se infectar, de a gente transmitir para os nossos familiares e quando isso vai acabar. É indescritível. Nada se compara a essa situação da pandemia.”

Segundo explica a coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), do MPT, procuradora regional Márcia Kamei, o país não estava preparado. “Não tinha ali os suprimentos de EPIs. Também não tinha um plano. Muitos profissionais de saúde revelam que, em suas unidades, eles não tiveram treinamento específico para lidar com essa questão. Isso traz muito impacto para saúde mental desses profissionais, que têm sido muito exigidos.”

Mas a procuradora alerta ainda, no vídeo, que eles têm sim, que estar muito bem equipados, têm que receber as orientações devidas para o uso desses equipamentos, para os procedimentos de paramentação e desparamentação. “Os profissionais de saúde têm que ser valorizados. E essa valorização não vem só através das palmas. Ela vem

através de medidas efetivas. Porque deles nós dependemos inclusive para garantir a nossa própria saúde”, acrescenta.

Na mesma série, o coordenador da Área de Conhecimento para a Promoção do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho, José Ribeiro, também ressalta a necessidade de garantia dos direitos trabalhistas destes profissionais. “Todo o respeito pelos direitos laborais e condições de trabalho dignas, que são elementos fundamentais para que esses trabalhadores e trabalhadoras da linha de frente possam, de fato, dispor de condições dignas para salvar vidas”.

Em dezembro de 2020, o MPT publicou também a Nota Técnica nº 20, com uma série de medidas necessárias de vigilância em saúde do trabalhador, sanitárias e epidemiológicas, destinadas a evitar a expansão ou o agravamento da pandemia. O documento explicita que a Covid-19 pode ser considerada “doença do trabalho quando as condições em que ele é realizado contribuem para a contaminação do (a) trabalhador (a) pelo SARS-CoV-2 nos termos do § 2º do art. 20 da Lei nº 8.213/91”.

A nota enumera uma série de recomendações baseadas nas normativas já existentes para notificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e para proteção dos direitos dos trabalhadores aplicáveis à Covid-19. Entre as providências, a nota recomenda que os médicos do trabalho solicitem à empresa a emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) dos casos confirmados e suspeitos de Covid-19, e indiquem o afastamento do trabalho para tais situações, assim como orientem o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle da transmissão no ambiente de trabalho, para uma prevenção mais eficaz.





Adicional de insalubridade

Durante a pandemia, o Ministério Público do Trabalho conseguiu garantir o aumento do adicional de insalubridade para os profissionais de saúde que atuam na linha de frente da

Covid-19 em alguns estados, como no Ceará, Rio Grande do Norte e na região atendida pela unidade do MPT em Campinas (SP). Para mais informações, acesse: mpt.mp.br. ☒



Questão de urgência

MPT define medidas para proteger profissionais da saúde do risco de contágio pela Covid-19 em Alagoas



Fotos: Rafael Maia

POR RAFAEL MAIA

De um lado da linha, alguém disca o número 192. O pedido urgente de socorro, especialmente no cenário de pandemia da Covid-19, é um alerta constante para profissionais abnegados e prontos a atender a ocorrência e salvar uma, duas, milhares

de vidas, quantas forem necessárias. Mas, nesse cenário de risco, como garantir a saúde e a segurança daqueles que atuam na linha de frente do combate à doença? Proteger os trabalhadores do contágio pelo coronavírus também era questão de urgência.

Em Maceió, um mês após o início da pandemia, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem, médicos e outros profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Samu, já percebiam que a doença - até então desconhecida - mudaria suas rotinas de alguma forma. Os efeitos da Covid no meio ambiente de trabalho começaram a aparecer - ainda em abril de 2020 - quando cerca de oito servidores, entre

eles um motorista e uma servidora da limpeza, foram infectados. E a situação se mostrou ainda mais preocupante e grave quando um desses trabalhadores veio a falecer.

A denúncia de adoecimento dos trabalhadores do Samu motivou o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas a investigar os motivos que estavam levando os trabalhadores a contrair o vírus. De

acordo com a denúncia, veiculada pela imprensa local, os profissionais não estariam recebendo os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados para realizar suas atividades. O MPT também havia recebido informações de que servidores do Samu não receberam treinamento suficiente para atuar na pandemia e que perderiam o adicional de insalubridade, no caso de afastamento de suas atividades.



Ações em conjunto

Após realizar uma inspeção em caráter de urgência na base do Samu e ter uma noção do cenário de trabalho daqueles profissionais, o próximo passo foi reunir as instituições ligadas à saúde no estado para discutir quais ações seriam necessárias para proteger os trabalhadores do risco de contágio pela Covid-19. Representantes da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, de sindicatos que representam médicos e enfermeiros, do Conselho Estadual de Saúde e do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Previdência, Seguro Social e Assistência Social se reuniram para buscar melhores condições de trabalho para os profissionais.

“Diante de todo um histórico de combate entre sindicatos e estado, todos tiveram a compreensão de que é preciso se unir para lutar contra o coronavírus. Esse contato foi fundamental para compartilharmos o sentimento de que é preciso garantir melhores condições de trabalho aos profissionais da saúde, que estão na linha de frente do combate à doença”, explicou o procurador do MPT Rodrigo Alencar,

responsável por conduzir as investigações e reunir as instituições em busca de solução.

Dentre as medidas conjuntas adotadas, houve a garantia de remuneração integral aos trabalhadores da saúde que necessitassem se afastar por problemas de saúde, especialmente se tivessem sintomas do coronavírus. Após as tratativas, a Sesau também se comprometeu a intensificar a limpeza em todas as unidades de saúde do estado e assumiu o compromisso de capacitar todos os trabalhadores, incluindo terceirizados, para o enfrentamento da doença. Também houve acordo para o fornecimento de equipamentos de proteção individual adequados a todos os profissionais e a implantação, pela Secretaria de Saúde do estado, de um programa de saúde mental para os servidores, com as atividades sendo iniciadas com os trabalhadores do Samu. E a criação de um canal de comunicação direta entre e as instituições e o sindicato, para que os problemas relacionados à saúde e segurança pudessem ser identificados e corrigidos.

Medidas começavam a ser cumpridas

Durante uma nova inspeção, realizada em junho de 2020, o MPT verificou que o Samu havia cumprido algumas medidas de saúde e segurança no meio ambiente de trabalho. Entre elas, o pagamento do adicional de insalubridade a todos os trabalhadores, inclusive àqueles que deixam de comparecer ao trabalho por motivo de doença ou qualquer outro motivo justificado. O Samu também possui um protocolo de atendimento pré-hospitalar atualizado, onde há um fluxograma do atendimento a pacientes com suspeita ou confirmação de Covid, além de diretrizes para a paramentação e utilização de equipamentos de proteção individual.

O procurador do MPT Tiago Cavalcanti, que conduziu a inspeção, também verificou que os EPIs eram devidamente

fornecidos, que profissionais com síndrome gripal são atendidos com prioridade e encaminhados para realizarem testagem, e só retornando ao trabalho caso o resultado seja negativo e que haja ausência de sintomas.

Mas, outras medidas gerais de proteção ainda precisavam ser implementadas. O Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) necessitavam de atualização, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) não havia entrado em funcionamento e, apesar de o Samu ter informado que havia treinamento periódico para os profissionais, não foram apresentadas - à época da inspeção - listas de presença com número de horas, conteúdo abordado e o responsável pela exposição.

“Eu ficava com medo até de respirar”

Há 18 anos atuando no Samu em Maceió, o técnico de enfermagem Douglas Medeiros acompanhou de perto o “novo normal” na sua rotina de trabalho. Na linha de frente do combate à Covid-19, Douglas juntava-se aos colegas de profissão - após o chamado do 192 - para realizar os atendimentos na casa dos pacientes. A missão era realizar o procedimento pré-hospitalar e transferir o paciente a uma Unidade de Pronto Atendimento, a um hospital ou fazer a transferência entre duas unidades.

Naquele cenário inicial de pandemia, o profissional de saúde já conseguia identificar o medo das pessoas e seu próprio medo de contrair a doença. “Antes da Covid, em 2019, nós atuávamos muito nos atendimentos de trauma e na parte clínica. Mas, em meados de março do ano passado, quando realmente explodiu a pandemia, houve uma redução inicial nos atendimentos, muitas

vezes porque as pessoas tinham medo de ir ao hospital, como nós do Samu também tínhamos receio. No HGE (Hospital Geral do Estado), eu ficava com medo até de respirar lá dentro, mesmo de máscara. Eu ficava com as mãos juntas para não pegar em nada, porque qualquer descuido que a gente tivesse era um risco de se contaminar”, relatou.

Com o passar dos dias, o aumento na demanda de transferência de pacientes acentuava os desafios no atendimento e os cuidados para se evitar o contágio. “Nós começamos a quadruplicar o nosso serviço. Às vezes, a gente ia almoçar às três, quatro horas da tarde, já próximo da hora do jantar, por estar todo paramentado”, disse Douglas. “Nossas ambulâncias não são preparadas para receber esse tipo de paciente (com Covid). Existe um tipo de veículo com um exaustor que retira todo o ar que está dentro. Como nós não temos esse tipo de ambulância, a gente usava ambulâncias sem

ar-condicionado. Agora, imagina a gente com um macacão, no calor que faz em nosso estado, e com um macacão por cima do nosso macacão e ainda de máscara, com a proteção facial, indo fazer um atendimento. Era muito cansativo”, disse o profissional.

O trabalho árduo realizado pelos profissionais, especialmente durante a pandemia da Covid, reforça a necessidade, segundo Douglas, de os profissionais da enfermagem receberem uma maior valorização, também do ponto de vista salarial, quando comparado com outros profissionais da saúde. “Foram feitos hospitais de referência, só que ficou um buraco negro, porque não se faz hospital sem mão de obra. Não adianta fazer um hospital luxuoso e não pagar o que é digno à classe de enfermagem. Muitos profissionais foram contratados, só que os servidores da casa, que estão na linha de frente, estão há oito anos sem aumento salarial”, desabafou.



Lição da pandemia

“Hoje, essa doença veio para deixar bem claro um fato: você pode ser bilionário, trilhadrário, mas se você não tiver saúde você não é nada. A gente chega na casa do paciente e vê ele com um nível de oxigênio abaixo do normal, que há necessidade desse paciente ser levado ao hospital, e a mãe dele grita, desesperada, dizendo que não quer que leve ele ao hospital porque ele vai morrer lá”, diz o servidor público, que também acredita que houve uma inversão de valores no acesso aos serviços de saúde.

“Você já imaginou pagar um plano de saúde e não ter direito a usar, a ficar num corredor? E você que não paga plano ficar no seu leito? Foi o que aconteceu. Houve essa inversão de valores. Quem tinha dinheiro, quem tinha plano de saúde, ficou no corredor porque os hospitais entraram em colapso. No Hospital da Mulher e no Hospital Metropolitano, que tinham um suporte bem maior e só atendiam especificamente casos de Covid, o paciente não ficava em corredor. Os pacientes do SUS estavam tendo um atendimento Classe A”, ressaltou.

EPI “do abraço”

Quando Douglas começou a atender os pacientes de Covid, a maior preocupação do técnico de enfermagem era levar a doença para dentro de casa. Sua esposa também trabalhava na área da saúde e sua filha de 9 anos - à época com 8 - tinha que ficar com a avó. Ele relatou que chorava por ter passado dois meses sem abraçar a filha.

“A minha relação entre eu e a minha filha e a de todo brasileiro é gostar do toque, do abraço. A minha filha não entendia aquela restrição, vinha me abraçar e eu dizia ‘não toca em mim, não pega em mim’. Mesmo assistindo TV, eu ficava em uma ponta do sofá e ela em outra. A minha necessidade foi tão grande que eu comprei um EPI para minha filha para poder abraçá-la. E, depois do abraço, parece que revigorou toda a energia”.

Heróis? Essa é a nossa realidade

O técnico de enfermagem Douglas Medeiros não vê o trabalho realizado por ele e pelos profissionais de saúde na pandemia como ato de heroísmo. “Acho engraçado quando, na TV, nos chamam de heróis. Nós não somos heróis. A única diferença de hoje para anos atrás é que se colocou uma câmera dentro de uma UTI ou dentro de uma enfermaria para mostrar o que a gente faz. Aquilo é o que a gente faz todos os dias”.

Mas o profissional se emociona com a forma como é visto por sua filha. “Essa é a nossa

realidade. É sair de casa, deixar muitas vezes os nossos filhos com os nossos pais, na escola ou com a babá, para ajudar os filhos dos outros. Esses dias, minha filha me disse ‘que bom que o senhor é o meu herói e o herói dos outros’. Para ela, realmente, eu sou um herói, mas para a sociedade eu sou apenas um enfermeiro, um técnico ou um auxiliar de enfermagem, que realmente é minha função. Eu quero ser herói para a minha filha. Para os outros, eu quero ser o enfermeiro Douglas, o técnico de enfermagem Douglas ou o auxiliar Douglas”.



Fiscalização em hospitais

A inspeção realizada no Samu fez parte de uma série de fiscalizações realizadas pelo MPT em hospitais e unidades de saúde de Maceió e do interior do estado, nos meses de junho e julho de 2020. As ações tiveram o objetivo de identificar, especialmente, a adoção de medidas para proteger os profissionais do risco de contágio pelo coronavírus. Na primeira etapa, a equipe de fiscalização inspecionou, além do Samu, a Maternidade Santa Mônica, o Hospital da Mulher, o Hospital Metropolitano, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro do Jacintinho e o Hospital Vida.

Dentre as unidades inspecionadas, a Maternidade Santa Mônica apresentou a situação mais preocupante. A equipe de fiscalização constatou que o plano de contingência da maternidade contra a Covid-19, na prática, não funcionava. Durante a diligência, a equipe verificou que não existia uma comissão para

enfrentamento do novo coronavírus, havia equipamentos de proteção individual (EPIs) que não eram efetivamente disponibilizados aos trabalhadores e nenhum funcionário abordado havia lido, recebido ou conhecia o referido plano de contingência.

A maternidade também não comprovou se os treinamentos para atuação dos profissionais diante da Covid-19 foram realizados de forma adequada. O procurador Tiago Cavalcanti enfatizou que a estrutura predial da maternidade estava em condições precárias, especialmente os alojamentos e a área da UTI pediátrica, onde havia aparentes infiltrações e goteiras.

Já durante a segunda etapa de fiscalizações, foram inspecionados o Hospital Escola Helvio Auto, o Pam Salgadinho, uma Unidade de Saúde da Família e o Hospital Psiquiátrico Portugal

Ramalho. A situação mais preocupante foi verificada no Portugal Ramalho.

“As condições de trabalho eram realmente preocupantes. Além do desgaste emocional inerente ao exercício das funções no hospital psiquiátrico, os trabalhadores estavam sendo submetidos a situações insatisfatórias e inadequadas. Lá foi possível constatar déficit de pessoal, inexistência de plano de contingência em face do coronavírus, elevado número de afastamento por síndrome gripal, desvios de função e falta de EPIs e treinamentos. Além disso, a situação das trabalhadoras da cozinha era particularmente grave: elas compravam seu próprio calçado e avental, levavam seus uniformes para lavar em casa e trabalhavam manuseando panelas e utensílios inapropriados. Muitas delas apresentavam marcas de queimadura na pele”, explicou o procurador.

Saúde e Segurança na pandemia

Nos primeiros 12 meses de pandemia, especificamente no período de 16 de março de 2020 a 16 de março de 2021, o MPT em Alagoas registrou mais de 770 denúncias relacionadas ao coronavírus e, dos casos denunciados, boa parte deles tiveram relação com o meio ambiente laboral.

Irregularidades relacionadas ao uso de equipamentos de proteção individual, sobrecarga de trabalho, falta de treinamento, escalção de lactantes para a linha de frente e falta de pagamento de adicional de insalubridade estão nesta lista. O MPT também recebeu denúncia de empregados do grupo de risco que continuavam trabalhando, atestados médicos que não eram aceitos e profissionais com suspeita de Covid que continuavam no labor.

Das denúncias recebidas, também foram registradas aglomeração de trabalhadores, demissão sem o pagamento de 40% da multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

cobrança para análise de acordos individuais, demissão em massa e redução de jornada sem acordo prévio.

Técnicos de enfermagem lideram afastamentos

O Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho – elaborado pelo MPT e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou um panorama de afastamentos relacionados à Covid-19 em 2020. Em Alagoas, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu benefícios previdenciários a 466 trabalhadores afastados por doenças causadas por vírus não especificados (B34) ou pelo contágio da Covid-19 (U07), segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID).

Os técnicos de enfermagem lideram a lista, com 15% dos afastamentos

previdenciários, seguidos por operadores de telemarketing (5%), faxineiros (5%), vigilantes (5%) e repositores de mercadorias, com 3% dos afastamentos pelo INSS.

Ações chegam ao interior

Em Arapiraca, a segunda maior cidade de Alagoas, um acordo judicial firmado entre o MPT e o município garantiu a profissionais da linha de frente e a trabalhadores da limpeza o fornecimento adequado de EPIs, orientação sobre o momento adequado de substituição deste equipamentos, entre outros pontos. O procurador do MPT Luiz Felipe dos Anjos, autor da ação civil pública que resultou na conciliação, destacou a importância do caráter colaborativo do município para solucionar os problemas encontrados.

Trabalho de coordenação

A atuação do MPT em Alagoas no combate a irregularidades verificadas no período de pandemia, especificamente nos casos voltados à saúde e segurança no ambiente laboral, foi resultado de um trabalho de coordenação. O procurador-chefe da instituição no estado, Rafael Gazzaneo, afirmou que os 12 procuradores lotados em Maceió e Arapiraca estavam envolvidos na atuação contra a Covid-19, mas um Grupo de Trabalho criado no início da pandemia articulou todas as ações relacionadas à matéria.

A busca pelo fornecimento adequado de equipamentos de proteção individual (EPIs) foi um dos temas de atuação da instituição

na pandemia. Mas, lembra o procurador, as fiscalizações realizadas buscaram verificar outras questões importantes relacionadas ao meio ambiente laboral. “Quando falamos em excesso de jornada, por exemplo, não estamos nos referindo apenas ao pagamento, mas porque a jornada excessiva pode causar um adoecimento, um dano ao trabalhador, problemas mentais sérios. Agora, imagine os trabalhadores que estavam envolvidos nesse episódio, talvez o maior desafio dessa geração atual. É uma literatura que está sendo construída, mas isso atinge, atingiu e continua atingindo todos os trabalhadores que estavam envolvidos diretamente com a linha de frente de combate à Covid”, afirmou Gazzaneo. (X)

Por mais vidas

Durante a crise da Covid-19, o MPT destinou mais de R\$376,9 milhões no combate ao coronavírus

POR PRISCILA SILVA

Quando a “crise do oxigênio” atingiu o estado do Amazonas, em janeiro deste ano, o país assistiu a um triste cenário de desespero e perdas humanas. A situação sem precedentes causada pela pandemia do novo

coronavírus chamou a atenção de entidades públicas e privadas, que somaram esforços para buscar a reversão do quadro alarmante de escassez de oxigênio para pacientes com Covid-19 no estado, principalmente em Manaus.



COVID-19

Vaccine
2019-nCov

Injection Only

Entre as contribuições recebidas pelo estado, esteve o envio, pela união do Ministério Público do Trabalho e parceiros, de 120 concentradores de oxigênio a 44 municípios amazonenses. Foi aplicado o montante de R\$ 652 mil para compra dos concentradores, peças acessórias, transformadores e envio dos itens ao estado.

“A aquisição dos concentradores de oxigênio para o estado do Amazonas é resultado do trabalho célere de articulação entre o MPT e uma rede de parceiros. A ação envolveu o órgão ministerial, o governo estadual do Amazonas, a ONG Expedicionários da Saúde, a Green Peace Brasil, a Azul Linhas Aéreas, responsável pelo embarque dos equipamentos, e a Whirlpool, que colaborou com os contatos dos fabricantes de concentradores de oxigênio. A articulação é uma resposta da instituição e de parceiros na defesa da vida nesse grave momento de crise humanitária vivido no estado”, explica a procuradora do Trabalho Fabiola Junges Zani, do MPT em Campinas, que articulou a destinação.

Esta foi apenas uma das ações de combate aos efeitos da pandemia desenvolvidas com recursos obtidos pelo MPT em acordos extrajudiciais e decisões na Justiça do Trabalho. Desde o início da crise do novo coronavírus até setembro de 2021, foram repassados mais de R\$376,9 milhões a entidades públicas e privadas, instituições de pesquisa, universidades e ONGs. Parte desses recursos vem custeando ações voltadas à expansão e melhoria dos serviços de saúde, como o envio dos concentradores ao Amazonas.

Outra ação importante de investimento da área de saúde foi a de R\$465 mil, em setembro de 2020, para a compra de insumos e equipamentos destinados à realização de testes de Covid-19 pelo laboratório da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Sinop. O laboratório em Sinop começou a realizar os testes em maio de 2020 com apoio de diversas entidades. No entanto, necessitou de novos investimentos para continuar operando na região.

O diretor do Instituto de Ciência da Saúde do campus de Sinop, Guilherme Emerick, destacou a relevância de se investir na ampliação da testagem. “Devido ao aumento de casos de Covid-19 na região do Teles Pires, faz-se necessário o aumento considerável desse número de testagens, pois é por meio do diagnóstico que podemos ter uma dimensão do número de casos confirmados em nossa

região, para facilitar a tomada de decisões das autoridades em relação às medidas de prevenção e à ocupação dos hospitais”, esclarece o diretor.

O reforço da testagem para Covid-19 foi também o foco de destinação realizada no Rio Grande do Norte, em junho de 2020. O MPT no estado destinou R\$2,1 milhões para a aquisição de equipamentos e insumos necessários ao processamento de testes para a detecção da Covid-19 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Quatro freezers, três centrífugas, duas cabines de biossegurança, um termocirculador e um extrator de ácido nucleico foram os novos equipamentos que permitiram dobrar a capacidade de realização de testes Instituto de Medicina Tropical da instituição.

Além da ampliação da testagem, a criação e manutenção de leitos, bem como a compra de equipamentos para a rede hospitalar e de medicamentos destinados ao tratamento de pacientes com Covid-19, foram a prioridade de diversas destinações da Instituição. Em março deste ano, o MPT em Santa Catarina destinou mais de R\$ 1 milhão para a prefeitura de Criciúma (SC) investir em equipamentos médico-hospitalares para o combate à Covid-19 e manutenção dos 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), instalados no Hospital de Retaguarda do Rio Maina, que atendem a população da Região Carbonífera.

Na capital Florianópolis, o maior hospital público de Santa Catarina - Hospital Regional de São José – Dr. Homero de Miranda Gomes (HRSJ), foi contemplado, em maio deste ano, com 60 novas camas hospitalares. Os equipamentos, no valor aproximado de R\$800 mil reais, foram destinados pelo MPT em parceria com o UNOPS – Escritório da ONU para Projetos e Serviços.

Localizado no município de São José, o hospital observou um expressivo aumento de demanda com a pandemia: as internações na unidade foram 54% maiores nos primeiros quatro meses de 2021 do que no mesmo período de 2019. O procurador responsável pela destinação, Sandro Eduardo Sardá, destaca a importância da ação. “Trata-se de uma destinação que cumpre plenamente a sua função social, pois contribui com a melhoria dos serviços prestados pelo SUS à população catarinense em meio a, possivelmente, maior crise sanitária da história do Brasil”, ressaltou.



Destinações como estas foram realizadas em todos os estados. Em Mato Grosso, foram repassados R\$298 mil ao município de Juína, em março de 2021, para a compra de medicamentos sedativos para manter pacientes com Covid-19 intubados no município. O valor permitiu a compra de 2 mil doses do remédio. Ainda no estado, o município de Colíder recebeu, em abril de 2020, R\$143 mil para a criação 15 novos leitos.

Em Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto criou, em abril de 2020, mais 10 leitos de UTI para tratamento de pacientes suspeitos ou infectados pelo novo coronavírus na Santa Casa de Misericórdia. A expansão foi possível após o MPT e a Justiça do Trabalho destinarem R\$3,3 milhões ao município para ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Deste valor, R\$2,3 milhões foram repassados para a unidade de saúde. Além dos leitos de UTI, a quantia tem sido utilizada para o custeio de outros 15 leitos clínicos, totalizando 25, de acordo com o provedor da Santa Casa, Marcelo de Oliveira. “A demanda de leitos de UTI para atender a microrregião já era grande e suprimida. Com a atual situação da pandemia, a expansão de leitos se tornou urgente”, frisou.

Ainda em Minas, a cidade de Uberaba recebeu R\$2,5 milhões, o que viabilizou o desenvolvimento, a partir de setembro de 2020, de dois projetos de compra de equipamentos para a estruturação de novos leitos de UTI e clínica médica no Hospital Regional José Alencar. Os recursos garantiram a aquisição de 20 camas hospitalares e dois monitores multiparamétricos, além de outros 21 tipos de equipamentos médico-hospitalares. “O investimento na compra de equipamentos é fundamental no enfrentamento à pandemia do coronavírus. Essa reversão de valores para o município chega num momento importantíssimo. Eles vão se somar aos já adquiridos e aos demais equipamentos existentes nos leitos contratados”, avaliou, à época, o secretário municipal de saúde, Iraci de Souza Neto.





Linha de frente: proteção dos trabalhadores da saúde

A proteção das trabalhadoras e dos trabalhadores, principalmente dos profissionais de saúde, tem sido uma das preocupações do MPT em sua atuação de enfrentamento à Covid-19. Desde o início da pandemia, têm sido destinados recursos a medidas de garantia da saúde e da segurança desses trabalhadores, como, por exemplo, o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs). Em Criciúma, Santa Catarina, o UNOPS comprou, em junho de 2020, 9.268 máscaras N95 para profissionais de saúde da região sul do estado, com recursos fornecidos pelo MPT. A aquisição, no valor de R\$109 mil, beneficiou unidades hospitalares de 16 municípios catarinenses.

De acordo com a procuradora Ana Roberta Haag, responsável pela destinação, “a ação beneficiou profissionais da saúde que atuam na linha de frente de combate à pandemia da Covid-19 nos municípios da Região Carbonífera, além dos municípios de Tubarão, Araranguá e Praia Grande, com grande impacto para a região e em benefício da saúde e segurança desses trabalhadores”.

Outro exemplo de repasse voltado à proteção dos profissionais de saúde foi promovido em Mato Grosso. O MPT no estado destinou, em julho de 2020, cerca de R\$8,7 mil para a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) produzir máscaras Face Shield, que foram distribuídas aos profissionais de saúde pública da região sudeste de Mato Grosso. Com o montante, foram confeccionados cerca de 450 protetores faciais, bem como adquiridas chapas e filamentos de PETG (um material plástico mais resistente que o acrílico) e uma impressora 3D.

Ainda no estado, o MPT e a Justiça do Trabalho destinaram à Secretaria Municipal de Saúde de Alto Araguaia (MT), em julho de 2020, R\$6.637,00 para aquisição de EPIs e medicamentos. O valor teve como objetivo ajudar os profissionais de saúde que estão na linha de frente de combate ao novo coronavírus no município. A Secretaria Municipal de Saúde apresentou um projeto solicitando recursos para compra de luvas, aventais e toucas descartáveis. “O projeto possui inegável relevância no combate à pandemia da Covid-19, sobretudo porque os EPIs se dirigem à proteção dos profissionais de saúde, expostos a elevado risco de exposição ao contágio pelo novo coronavírus”, pontua a procuradora Louise Monteiro Gagini, responsável pela destinação.

Já em Minas Gerais, o Hospital Municipal Bom Pastor, em Varginha, no sul do estado, passou a contar com novos EPIs para profissionais da saúde, em abril de 2020. A aquisição de máscaras e aventais descartáveis foi viabilizada pela destinação de R\$134,5 mil à unidade para ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19. A diretora-geral da unidade de saúde, Maria Aparecida Gonçalves, explica que todo o recurso foi aplicado na aquisição dos EPIs. “A disponibilização destas doações colaborou com a continuidade das atividades da instituição, e contribuiu para a busca constante de atingirmos nossa missão que é atuar com excelência na assistência à saúde, promovendo o cuidado hospitalar com humanização, segurança e tecnologia”, ressaltou.

Pandemia e vulnerabilidade: combate à pobreza e à fome

Mas a rede de saúde e seus profissionais não são a única preocupação do MPT no enfrentamento à Covid-19. Os efeitos sociais da pandemia, como o aumento da pobreza e da fome, também têm sido objeto das destinações da Instituição. Foram direcionados recursos à doação de alimentos e cestas básicas, bem como ao apoio a populações particularmente mais vulneráveis, como indígenas, ribeirinhos, população de rua, entre outras.

Em Mato Grosso do Sul, em meio a um cenário de devastação pelo fogo e impactos econômicos induzidos pela pandemia, comunidades rurais e ribeirinhas de municípios do Pantanal receberam, em outubro de 2020, socorro emergencial por meio de verbas trabalhistas. O MPT e a Justiça do Trabalho viabilizaram a destinação de quase R\$50 mil para auxiliar 110 famílias da região, algumas delas sem acesso sequer a água potável e em situação de extrema fragilidade devido às secas severas e à paralisação de diversas atividades da pesca e do turismo local.

O montante foi repassado à Ecologia e Ação (Ecoa) – organização que desde 1989 atua na preservação do Pantanal. A verba permitiu o financiamento de uma série de intervenções junto a comunidades de pescadores e moradores da região pantaneira: estruturação logística para acessar áreas isoladas, levantamentos para identificar as famílias mais vulneráveis, orientações, distribuição de kits de higiene, máscaras, água, e execução de testagem massiva para saber se as pessoas contraíram o novo coronavírus.

Para o diretor-presidente da Ecoa, André Luiz Siqueira, as intervenções possibilitaram a proteção de ribeirinhos que se inserem em grupos de risco. “Em uma situação de pandemia, na qual vivenciamos uma completa inoperância das autoridades no enfrentamento à Covid-19, iniciamos este trabalho com um olhar voltado para os mais vulneráveis, aqueles que enfrentam comorbidades por estarem isolados e terem um histórico clínico prejudicado justamente por causa da dificuldade em acessar o sistema de saúde”, relata.

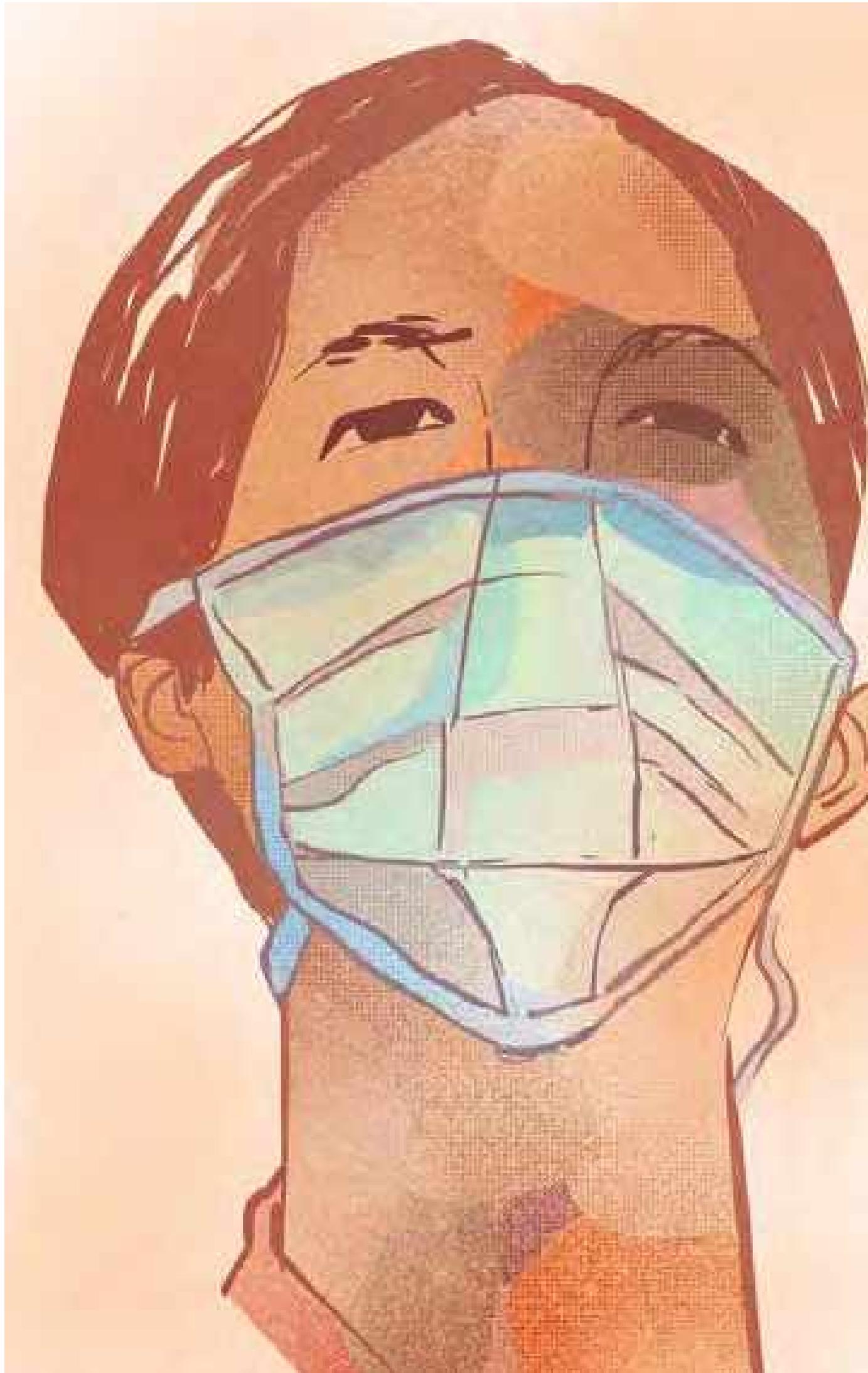
Também as populações indígenas, altamente vulneráveis, foram beneficiadas com

recursos do MPT. Em agosto de 2020, teve início a distribuição de mais de 470 cestas básicas a comunidades indígenas do sudeste paraense. A primeira região a receber as doações foi a Terra Indígena Sororo, localizada nos municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e São Domingos do Araguaia, onde 156 famílias, residentes em sete aldeias, receberam alimentos e material de limpeza entregues pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ao todo, 1.843 pessoas das etnias Atikum, Guajajara, Guarani, Surui Aikewara, Amanayé e Anambé e Asurini do Trokara, em 18 aldeias indígenas, foram beneficiadas.

A Covid-19 representa um grande risco à saúde dos povos originários. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) reconhece que esses povos são mais vulneráveis a viroses, especialmente às infecções respiratórias como a causada pelo novo coronavírus. Além da vulnerabilidade imunológica, as comunidades existentes na região sul e sudeste do Pará têm enfrentado, desde o início da pandemia, transtornos em decorrência da necessidade de distanciamento social para redução do crescimento da curva de contaminação. Além disso, a alteração da rotina nas aldeias refletiu diretamente na redução da disponibilidade de alimentos.

Mas a redução do acesso a alimentos atingiu igualmente a população urbana, com o aumento do desemprego, da miséria e da inflação. Em Minas Gerais, esse quadro dramático de fome motivou o aporte de vultosos recursos por parte do MPT. Desde maio deste ano, um total de R\$22,5 milhões vêm sendo destinados a 18 projetos voltados para segurança alimentar conduzidos por entidades de Belo Horizonte e Região Metropolitana. A verba é parte do montante obtido pelo MPT em Minas Gerais a título de reparação pelo dano moral social decorrente do rompimento da barragem em Brumadinho. Entre as iniciativas beneficiadas com a destinação estão os projetos Prato Cheio do Sesc e Comunidade Viva Sem Fome da Cáritas em parceria com a AIC Agência Solidária, que juntos estão recebendo a maior parte da destinação, cerca de R\$17 milhões.





Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento

O incentivo à produção de conhecimento e tecnologia voltados ao enfrentamento do coronavírus também tem sido uma importante vertente de atuação do MPT, e diversas universidades e institutos de pesquisa vêm sendo contemplados. Duas das principais instituições públicas brasileiras envolvidas no combate à Covid-19 – Instituto Butantan e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – receberam volume significativo de recursos trabalhistas para desenvolver suas atividades de enfrentamento ao vírus.

Um acordo firmado entre o MPT em São Paulo e a principal empresa de um grupo do setor de telecomunicações resultou no repasse de R\$2,5 milhões à Fundação Butantan. O valor, liberado em abril deste ano, vem sendo utilizado exclusivamente para investimentos em medidas relacionadas ao combate da pandemia da Covid-19. Atualmente, o Butantan distribui a vacina CoronaVac e já desenvolve outros imunizantes para o mercado brasileiro. Já a Fiocruz, que produz a vacina Astrazeneca em parceria com a universidade britânica Oxford, foi contemplada pelo MPT no Rio de Janeiro com o volume de R\$5 milhões para aplicação em atividades relacionadas ao combate ao coronavírus.

Também o MPT em Campinas vem realizando investimentos importantes em pesquisa e desenvolvimento. Em conjunto com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Instituição promoverá o EPICOVID-19, maior estudo epidemiológico sobre o coronavírus no Brasil, já realizado em mais de 100 cidades do país. O projeto, idealizado por pesquisadores da UFPel, consiste no levantamento de dados epidemiológicos do coronavírus na população paulista, incluindo informações trabalhistas capazes de permitir a identificação dos setores econômicos mais atingidos pela pandemia, além das medidas preventivas e de controle adotadas nos locais de trabalho, entre outros objetivos.

A pesquisa teve início em junho deste ano. Na sua edição paulista, o estudo inclui a realização de 500 entrevistas pessoais, em domicílio e face a face, abrangendo 11 cidades paulistas: São Paulo, Sorocaba, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Araraquara, Campinas e São José dos Campos.

Outra destinação de fomento à produção de conhecimento realizada pelo MPT em Campinas em maio deste ano foi a de R\$250 mil para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), por meio da Fundação Casimiro Montenegro Filho, para o desenvolvimento de um equipamento de monitoramento da presença do coronavírus nas partículas do ar. Segundo os pesquisadores, o projeto consiste em um equipamento nacional, de baixo custo e de fácil acesso, se comparado aos similares produzidos em outros países. Ele fará o monitoramento seguro da presença de microrganismos dispersos no ar, em particular o coronavírus, em áreas de grande circulação de pessoas como hospitais, aeroportos, indústrias, salas de espera e estabelecimentos comerciais, entre outros.

“A importância estratégica desse equipamento inovador para o enfrentamento a curto, médio e longo prazo da epidemia de Covid-19 e de outros patógenos diz respeito à possibilidade de monitoramento da presença do novo coronavírus em qualquer tipo de ambiente, inclusive laboral, contribuindo para a proteção da saúde de profissionais, incluindo aqueles da área da saúde e outros serviços essenciais, associada ao levantamento, catalogação e tratamento de informações sensíveis para a definição de planos de ocupação de espaços de aglomeração públicos e privados”, aponta o procurador Sílvio Beltramelli Neto, responsável pela destinação.

Já em Rondonópolis, Mato Grosso, outro projeto inovador fomentado pelo MPT também tem como foco o ar como meio de transmissão do novo coronavírus. Cerca de R\$56 mil foram destinados em abril deste ano pelo MPT no Mato Grosso à Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) para o desenvolvimento de um protótipo que ajuda a reduzir o risco de transmissão da Covid-19. O projeto, desenvolvido em parceria com a Associação dos Especialistas Médicos e outros Profissionais de Rondonópolis, visa a criação de um sistema de baixo custo que promova a recirculação, umidificação e desinfecção do ar por meio da radiação UVC, para utilização em ambientes fechados e com ar-condicionado.

A coordenadora da iniciativa, Silmara Bispo dos Santos, explica que “o uso de equipamentos que possam promover a recirculação do ar em conjunto com esterilização e umidificação é uma maneira de minimizar ainda mais os riscos de transmissão de doenças causadas por bactérias ou vírus, como é o caso da Covid-19”.

O projeto, com 55% das atividades concluídas, prevê a montagem de cinco protótipos, desenvolvidos e construídos nos laboratórios do curso de Engenharia Mecânica da UFR. Atualmente, uma unidade básica de esterilização se encontra em fase de testes iniciais ainda em laboratório, mas a equipe já prevê que em breve serão instaladas unidades em escolas ou unidades de saúde.

“Os resultados do projeto até o momento, são muito positivos, pois permitiu o envolvimento de estudantes e professores desde a etapa de concepção da ideia, assim como nas diversas fases de desenvolvimento, oferecendo uma oportunidade ímpar de aprendizagem e experiência para toda a equipe envolvida”, avalia a pesquisadora.

Para o procurador do MPT Gustavo Athaide Halmenschlager, responsável pela destinação, “trata-se de uma importante ação colaborativa do Ministério Público do Trabalho, que, reconhecendo a expertise e qualidade da Universidade Federal de Rondonópolis, tem por objetivo a melhoria das condições do meio ambiente de trabalho”. ☒

SuperAR

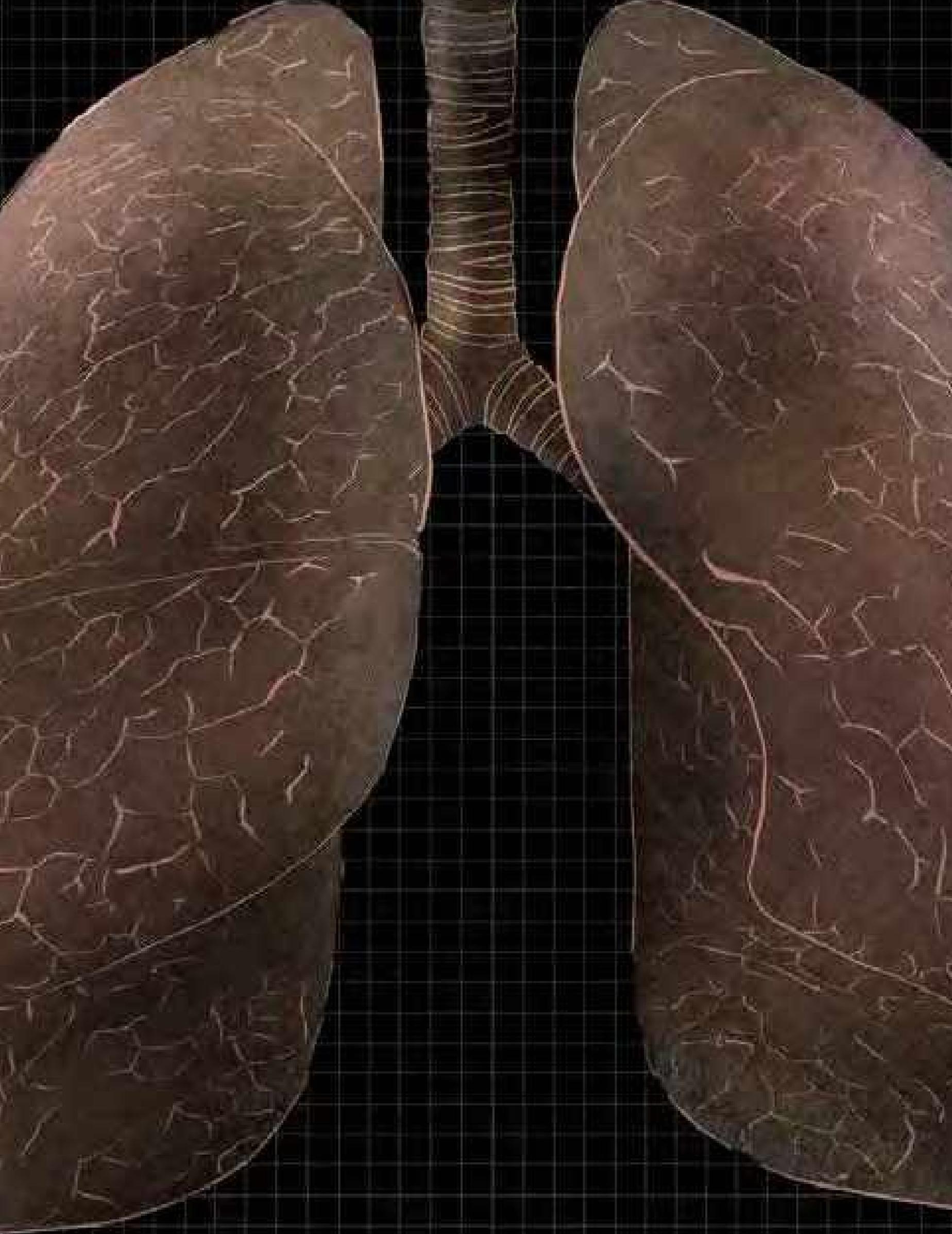
Centro de Reabilitação Pós-Covid, construído com recursos destinados pelo MPT, é inaugurado no Cerast, em Campina Grande, (PB)

POR HENRIQUETA SANTIAGO

O motorista Fábio Erick Machado, 52 anos, o representante comercial Franklin Edson Machado, 56 e o comerciante Miguel Eugênio Filho, 54, moram em Campina Grande, na Paraíba e viram suas vidas transformadas após a

Covid-19. O que mais têm em comum? O poder de superação. É esta palavra que resume a história desses paraibanos. Eles também foram os primeiros pacientes acompanhados pelo Centro de Reabilitação Pós-Covid 'SuperAR'.





O Centro de Reabilitação Pós-Covid 'SuperAR' é um serviço pioneiro e gratuito, inaugurado em março deste ano, no Centro de Referência em Reabilitação e Assistência em Saúde do Trabalhador (Cerast), construído em Campina Grande com recursos destinados pelo Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB).

O MPT na Paraíba destinou cerca de R\$ 50 mil para aquisição de equipamentos e informatização do Cerast, uma espécie de 'Hospital do Trabalhador', inaugurado em 2016 e por onde já passaram cerca de 4 mil trabalhadores. Dentro do Cerast, o projeto 'SuperAR' conta com salas para fisioterapia respiratória e motora, psicologia, enfermagem, neurologia, ortopedia, além de ginásio e piscina aquecida para hidroterapia.

Fábio, Franklin e Miguel sabem que não se trata apenas de se curar da Covid, mas de curar todas as cicatrizes deixadas, de reaprender a respirar, a andar, a fazer atividades do dia a dia e até de reaprender a viver diante de tantas perdas. Motorista de caminhão, Fábio Machado perdeu o emprego logo no início da pandemia, em março de 2020. E a vida seguiu. Mas o ano foi ainda mais desafiador: ele teve que lidar com as sequelas deixadas pela Covid e ainda perdeu a cunhada e um tio para a doença.

"Comecei sentindo muito sono e a garganta doendo. Mas tive também perda de memória, febre alta, dor de cabeça e nas juntas, indisposição. Tive entre 25% e 50% do meu pulmão comprometido. Sentia muito cansaço", contou Fábio Machado, lembrando que era saudável, não tinha outros problemas de saúde. "Em janeiro deste ano (2021) estava bem, mas o cansaço continuava e a falta de ânimo também. O menor esforço que fosse fazer, eu cansava. E continuava muito esquecido. Tive medo, muito medo", revelou. "Meu irmão e meu sobrinho também tiveram Covid e a esposa do meu irmão não resistiu. Um tio meu também faleceu. Ele era carreteiro e comprava em João Pessoa", lamentou.

O motorista contou que, em março deste ano, sua vida começou a tomar outro rumo. Começou a ser acompanhado pelo Centro de Reabilitação Pós-Covid, no Cerast, localizado no bairro

Dinamérica. "Faço os exercícios aqui e em casa. Estou bem mais disposto e o Cerast foi muito importante! Estou procurando trabalho", afirmou, cheio de esperança.

Irmão de Fábio, o representante comercial Franklin Edson Machado, de 56 anos, se emociona ao falar sobre como a Covid chegou de forma devastadora na sua família. "Minha esposa era diabética, hipertensa e tinha bronquite asmática. Dia 7 de fevereiro ela foi internada, no dia 8 foi intubada com 50% a 75% do pulmão comprometido, febre e cansaço. Infelizmente, no dia 18 de fevereiro, recebi a notícia que minha esposa tinha falecido. A aflição que a gente fica em casa. É muito triste e doloroso", contou.

Franklin e o filho, de 35 anos, que também teve Covid, estão sendo acompanhados pelo serviço de reabilitação no Cerast. "Estou buscando tudo o que posso para tentar sair dessa situação. Aqui o atendimento é maravilhoso. Meu filho também está aqui fazendo fisioterapia e tratamento psicológico." O representante comercial quis, destacar, ao final da entrevista: "Digo a todos que cuidem uns dos outros porque a hora de união é essa. É difícil uma perda, foram 39 anos de casamento. Sinto falta dos conselhos que ela me dava, sinto falta de tudo. Por isso, é preciso valorizar a família, cuidar mais agora, porque depois não tem como", finalizou.

O comerciante e motorista Miguel Eugênio Filho, 54 anos, também tem uma história de superação. Ele e o filho de 20 anos tiveram Covid. "Não conseguia comer. Fui internado com quase 50% dos meus pulmões afetados. Cheguei a ir para a UTI. Ao todo, fiquei 16 dias internado. Meu filho ficou bem. Mas eu fiquei com sequelas respiratórias e muito fraco", contou. "Já estou muito melhor do que quando cheguei aqui. Mesmo depois de me curar da Covid, fiquei com uma tosse seca. Não conseguia dirigir. Agora já venho dirigindo pra cá. Já estou caminhando 15 minutos por dia e 20 minutos na esteira. Só tenho a agradecer", disse.

Fábio, Franklin e Miguel têm histórias parecidas e semelhanças na vida: a vontade de 'superar' e recomeçar. Fábio recebeu alta do Centro de Reabilitação Pós-Covid em abril. e o irmão, Franklin, em maio. Miguel também recebeu alta em maio deste ano.





O apoio dos profissionais de saúde

“Os pacientes chegam debilitados, se queixando de cansaço, com a parte respiratória comprometida e também com o psicológico muito comprometido. O primeiro ponto importante é saber que é uma situação passageira, não pode perder a esperança que vai ficar bem”, ressalta a fisioterapeuta Andressa Pereira Albuquerque, que acompanhou o motorista Fábio Machado.

“É uma doença que a cada dia está nos surpreendendo. Os pacientes chegam com quadros variados, com comprometimento físico e emocional. Às vezes, o paciente está muito abalado emocionalmente, chora e não consegue sequer falar direito. Mas os pacientes se mostram cooperativos no tratamento. Todo dia, uma vitória”, comemora a fisioterapeuta Elizandra Barbosa Cavalcante.

Elizandra Barbosa já trabalhou em hospital na linha de frente da pandemia. “Hoje, tenho a oportunidade de estar aqui (na reabilitação) e vejo a necessidade de que os pacientes sejam acompanhados no ‘pós-covid’. Estar num local como este é gratificante enquanto profissional, poder continuar trabalhando para que a vida do paciente volte ao normal. Isso é gratificante”, revela a fisioterapeuta.



80% dos pacientes atendidos são trabalhadores

No Centro de Reabilitação 'SuperAR', no Cerast, em Campina Grande, os pacientes são acompanhados por uma equipe multidisciplinar (Fisioterapia respiratória e motora, Psicologia, Nutrição, Neurologia, Ortopedia). Segundo a diretora administrativa do Cerast, Maria das Graças Freire Duarte, 80% dos pacientes atendidos são trabalhadores que tiveram Covid. De 19 de março deste ano, quando o serviço foi inaugurado, até 30 de agosto, cerca de 600 pacientes já haviam sido atendidos, dos quais quase 400 reabilitados.

"É um trabalho de muita importância neste momento de tantas perdas e sequelas deixadas pela Covid-19", ressaltou Graça Duarte. "Atendemos trabalhadores formais e informais, entre 30 e 65 anos, com maior incidência de pacientes entre 40 e 55 anos. São motoristas, autônomos, representantes comerciais, mototaxistas, funcionários do comércio e redes de supermercados e aposentados, estes em menor quantidade", informou a diretora do Cerast.

R\$1,6 milhão para a obra

O Cerast foi inaugurado em Campina Grande, em 2016 e atende de forma gratuita. O MPT-PB destinou, na época, R\$1,6 milhão para a obra. Conta atualmente com uma equipe de 31 profissionais de saúde do município e atende trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, acidentes de trajeto e acometidos por doenças ocupacionais que necessitam de reabilitação para retomar sua vida e suas atividades laborais.

"A garantia da dignidade humana, prevista na Constituição Federal, passa, necessariamente, pelo cuidado com a saúde dos trabalhadores. Daí a necessidade de se promover a rápida e plena recuperação da capacidade laboral desses cidadãos", afirmou o procurador do Trabalho Marcos Antonio Ferreira Almeida. "O projeto é muito importante pois confere, ao trabalhador, a oportunidade de ser atendido e reabilitado em um espaço específico, dotado de equipe multidisciplinar devidamente capacitada", concluiu. ☒

A esperança que chega pelas águas

Propagação da Covid-19 nas comunidades ribeirinhas da Amazônia antecipa funcionamento do novo barco-hospital, construído com reversão de R\$ 2,5 mi do MPT no Pará e Amapá

POR TAMILLES COSTA

Os primeiros meses de 2021 foram marcados pelo agravamento da pandemia no Brasil. A temida “segunda onda” levou milhares de vidas no país e apresentou ao mundo uma nova cepa do vírus da Covid-19, a P1,

surgida em Manaus (AM). Mais contagiosa, a variante brasileira se alastrou rapidamente pela capital do Amazonas, colocando a Amazônia no epicentro de uma crise de saúde pública sem precedentes.



Se o contexto nas cidades era caótico, com a falta de insumos hospitalares e ausência de leitos, a situação nas comunidades amazônicas, onde o atendimento em saúde já era precário, tornou-se cada vez mais preocupante. Foi assim que ali próximo ao local de surgimento da nova cepa, na fronteira com o Estado do Pará, entrou em funcionamento, de forma antecipada, o barco hospital João Paulo II, segunda embarcação médica atuante no atendimento a comunidades ribeirinhas, beneficiada com recursos revertidos pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A primeira, batizada de Papa Francisco e inaugurada em 2019, já contabiliza mais de 102.830 atendimentos de saúde na região amazônica.



Barco João Paulo II: missão Covid-19

O projeto inicial do Barco João Paulo II, apresentado em 2020 ao MPT pela Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus, responsável pela gestão das embarcações, previa a realização de adequações para a instalação de consultórios odontológicos, consultórios médicos, consultório assistencial, leitos de internação, sala de pequenos procedimentos dermatológicos, central de esterilização, farmácia, área de coleta e exames laboratoriais, triagem com área de espera entre outras. No entanto, com a chegada da pandemia às comunidades ribeirinhas, as obras precisaram ser adiadas para que o barco entrasse logo em funcionamento, dando suporte à embarcação Papa Francisco.

Ao todo, o MPT no Pará e Amapá reverteu aproximadamente R\$ 2,5 milhões ao projeto do segundo barco-hospital, fruto da reunião de recursos provenientes de vários processos da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região. De acordo com cronograma apresentado pela Fraternidade, as obras de adaptação do novo barco hospital devem ser concluídas até outubro de 2021.



“Esse ano fomos assolados pela pandemia que chegou às comunidades ribeirinhas e o grande desafio foi adaptar a realidade das embarcações para poder levar o atendimento aos infectados pela Covid-19”, conta Frei Joel, coordenador do barco Papa Francisco. Ele explica que a situação era de extrema necessidade, uma vez que a população começou a ter dificuldade de se locomover para as cidades, a maioria em lockdown, e o sistema de saúde, que já era deficitário, entrou em colapso.

O frei narra que o Barco Hospital Papa Francisco passou a fazer o atendimento preventivo e também o início de acolhimento dos pacientes com Covid-19, a partir de consultas e exames, e o barco João Paulo II passou a funcionar como um centro de triagem. “Hoje, ainda contamos com o atendimento em covid mas também atendemos o pós-covid, disponibilizando a consulta de enfermagem, a consulta clínica, exames de laboratório, inclusive o de covid, raio-X, eletrocardiograma e a distribuição de medicações”, diz Joel.

As duas embarcações também atuam no suporte à vacinação, em conjunto com as secretarias locais de saúde. Na região do município de Oriximiná (PA), por exemplo, a equipe municipal de vacinação foi juntamente com a tripulação dos barcos até uma comunidade quilombola, onde os habitantes receberam atendimento clínico e foram vacinados.

A médica Halina Kassumi Ishi, de 31 anos, especialista em Medicina de Família e Comunidade, participou da 29ª e da 30ª expedições do Barco Hospital Papa Francisco e Barco Hospital João Paulo II contra a Covid-19, no mês de abril de 2021. Ela conta que, com o agravamento da pandemia, passou-se a realizar atendimentos clínicos de pacientes sintomáticos respiratórios e pacientes acometidos pela doença. Nesse contexto, a grande maioria dos atendimentos foram de pacientes com síndrome pós-covid e com piora de condições crônicas como hipertensão, diabetes e saúde mental, mas os diagnósticos de covid continuaram.

Para Halina, o maior desafio da população amazônica ainda é o acesso à saúde em razão das distâncias e da dificuldade de locomoção. “Faltam também acesso a exames complementares e a especialidades médicas como cardiologia, oftalmologia, cirurgia., além de muitos pacientes não possuírem documentos de identificação, cartão SUS”, diz a médica. Ela relata que há ainda resistência dos ribeirinhos em procurar atendimento médico nos hospitais e postos de saúde, com medo de contrair a doença, o que leva à automedicação.



Esperança e gratidão

Ederson Luis Bentes, de 24 anos, é auxiliar administrativo e mora em Óbidos, no Pará. Com a pandemia, conta que todos ficaram com medo de sair de casa, de perder parentes, além do impacto sentido na vida financeira e nos estudos. “O barco hospital fez atendimento aqui na minha cidade e pude ser consultado e fazer exames. Antes era muito difícil e demorado conseguir médico. Na embarcação, fiz tudo no mesmo dia e já com os resultados retornei ao médico que passou os remédios. Agradeço a toda equipe pelo atendimento”, narra ele.

Segundo o médico ortopedista Denilson Dalef, que trabalhou como voluntário no Barco Papa Francisco, na expedição de outubro de

2020, as pessoas sabem com alguns dias de antecedência onde o barco atenderá e muitas vezes dormem próximo ao local de chegada da embarcação. “Um dos desafios médicos da equipe do barco é pensar como esse paciente ficará nos próximos dias, já que amanhã ele não vai ter assistência. Assim, precisamos deixá-lo orientado sobre os sinais de alerta, de piora, de gravidade, e ser intensivos e decisivos no tratamento”, detalha Dalef.

Sobre sua experiência pessoal como voluntário, o ortopedista revela ter ficado maravilhado com a força e a esperança demonstradas pelas pessoas. “Um dia, chegamos na segunda comunidade ribeirinha e recebemos uma



recepção de muita gratidão, havia uma placa pintada com todo capricho agradecendo aos profissionais de saúde. Foi emocionante ler aquilo”, conta Dalef. “Sejam bem-vindos, equipe médica do barco Papa Francisco. Obrigado, Jesus, por tudo”, dizia a placa.

Durante este ano de 2021, os barcos passaram por 17 cidades do Baixo Amazonas. As missões Covid e Sintomas Leves e Moderados estiveram em comunidades e em cidades situadas em torno dos rios Amazonas, Xingu, Tapajós e outros. Para a médica Halina Kassumi, “essas expedições estão sendo cheias de conquistas e vitórias ao promover saúde gratuita e de qualidade às comunidades ribeirinhas”. (X)



Atuação do MPT durante a pandemia

2020

02 de março – Publicada a Nota Técnica 01/2020, que estabelece a atuação do MPT diante da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional para a Covid-19.

12 de março – Portaria PGR/MPU 60/2020 assinada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, institui o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia (Giac-Covid-19). O grupo conta com participação do MPT, bem como dos demais ramos do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

13 de março – Publicada a Nota Técnica 02/2020 para nortear a atuação dos procuradores do MPT frente a pandemia.

17 de março – Procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, publica portaria que institui o Grupo de Trabalho Covid-19 (GT Covid-19) no MPT, criado para propor e coordenar iniciativas que reduzem impactos da pandemia e garantem mais proteção a trabalhadoras e trabalhadores.

17 de março – Publicada a Nota Técnica 03/2020 contendo medidas que promovem igualdade de oportunidades e tratamento a trabalhadoras e trabalhadores.

04 de abril – Publicada nota à imprensa sobre Medida Provisória (MP) 936/2020 na qual demonstra preocupação com pontos da proposta. A MP criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

1º de abril – Destinações ultrapassam R\$ 124 milhões

28 de março – Publicada a Nota Técnica 07/2020 com diretrizes a serem observadas por empresas, sindicatos e órgãos da Administração Pública, nas relações de trabalho, a fim de garantir a proteção de **trabalhadoras e trabalhadores com deficiência**.

23 de março – Publicada nota à imprensa sobre a Medida Provisória (MP) 927/2020 na qual o MPT demonstra extrema preocupação com a proposta.

22 de março – Publicada a Nota Técnica 06/2020 com o objetivo de promover o diálogo social, a negociação coletiva e a proteção ao emprego e à ocupação diante do contexto socioeconômico decorrente da pandemia da Covid-19.

18 de março – Publicada a Nota Técnica 05/2020 com orientações destinadas à defesa de saúde de trabalhadoras e trabalhadores, empregadas e empregados, estagiárias e estagiários e aprendizes adolescentes.

17 de março – Publicada a Nota Técnica 04/2020, que traz diretrizes para a proteção de **trabalhadoras e trabalhadores domésticos**.

LEGENDA DE CORES:

Notas e Orientações técnicas

Portarias, Notas à Imprensa, Cartilhas, Notas Públicas

Destinações financeiras

Denúncias, Ações Cíveis Públicas, Termos de Ajuste de Conduta

Acordos e Cooperações firmadas



13 de abril – MPT recebe 7.565 denúncias de irregularidades trabalhistas relacionadas à pandemia.

15 de abril – Publicada a Nota Técnica 08/2020 voltada à atuação do MPT na promoção de medidas de prevenção e ao **enfrentamento da violência e assédio nas relações de trabalho** diante de medidas governamentais para a contenção da pandemia da Covid-19.

20 de abril – Publicada nota técnica sobre a MP 936/2020 para propor melhorias no texto da medida.

22 de abril – Publicada a Nota Técnica 09/2020, que estimula a contratação de **refugiados e migrantes** e defende que seja assegurada igualdade de oportunidades a esse segmento diante do quadro socioeconômico decorrente da Covid-19.

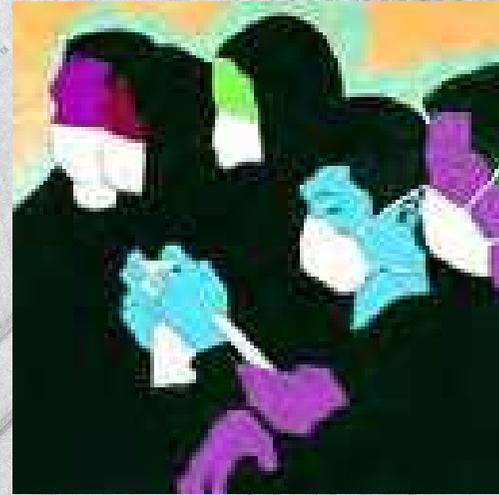
26 de abril – Publicada a Nota Técnica 10/2020 com o objetivo promover a defesa da saúde e a manutenção dos contratos de trabalho dos empregados e aprendizes adolescentes, ante o disposto na Medida Provisória n.º 936, de 1.º de abril de 2020.

18 de maio – Destinações para o enfrentamento da pandemia chegam a R\$ 227 milhões.

19 de maio – Denúncias de irregularidades trabalhistas ligadas à Covid-19 chegam a 15.761.

25 de maio – Destinações para o combate à Covid-19 ultrapassam R\$ 230 milhões.

30 de maio – MPT firma protocolo de intenções com o Ministério Público Federal (MPF) e a Caixa Econômica Federal (CEF) para que sejam adotadas medidas que ampliam a prevenção contra o coronavírus no acesso da população aos **serviços do banco**.



14 de julho – Publicada a Nota Técnica 12/2020, que traz o posicionamento da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do MPT sobre o momento em que **adolescentes** devem retornar ao local de trabalho.

07 de julho – Destinações chegam a R\$ 251 milhões.

25 de junho – Publicada nota técnica que aponta insuficiências das medidas de proteção presentes na Portaria Conjunta 19, do governo federal, sobre o controle da Covid-19 em **frigoríficos**.

24 de junho – MPT publica cartilha com cuidados que empregadores devem tomar para evitar que **trabalhadoras e trabalhadores domésticos** contraíam a doença.

23 de junho – MPT publica cartilha com medidas para reduzir os riscos de contágio por Covid-19 entre trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

19 de junho – MPT firma acordo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF) para promover troca de informações e auxílio técnico de equipes para que atuem no cumprimento das exigências legais do FGTS.

17 de junho – Publicada a Nota Técnica 11/2020 para nortear a atuação do MPT na defesa da saúde e demais direitos fundamentais de **professoras e professores** no trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office durante o período da pandemia da Covid-19.

15 de junho – Destinações chegam a R\$ 245 milhões.

02 de junho – Número de denúncias de irregularidades trabalhistas ligadas à Covid-19 chega a 19 mil.

01 de junho – Destinações chegam a R\$ 234 milhões.

23 de julho – MPT firma acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de promover ações conjuntas para adoção de práticas voltadas à preservação do emprego e da renda dos brasileiros.

27 de julho – Destinações chegam a R\$ 282 milhões.

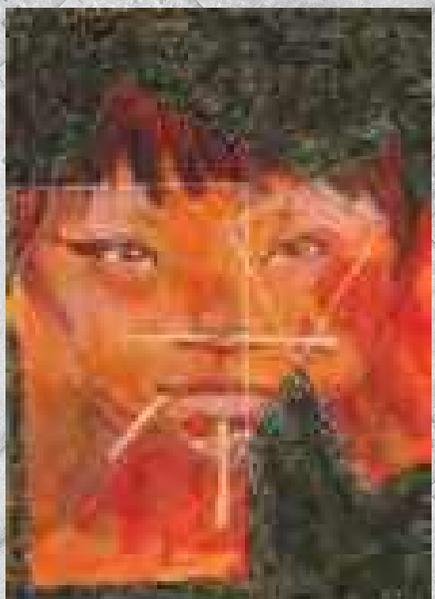
05 de agosto – Publicada a Nota Técnica 13/2020 com o posicionamento do MPT sobre portaria/Nota Informativa SEI 19627 ME que trata de medidas extraordinárias e suspensão de exigências administrativas em saúde e segurança no trabalho, como exames médicos ocupacionais.

20 de agosto – Publicada a Nota Técnica 14/2020 para assegurar a proteção à saúde, cultura e igualdade de oportunidades no trabalho para **trabalhadoras e trabalhadores indígenas**.

26 de agosto – Publicada a Nota Técnica 15/2020 com diretrizes para a proteção de profissionais de saúde durante a pandemia, como orientações sobre afastamento e uso de equipamento de proteção individual.

26 de agosto – Destinações chegam a R\$ 291 milhões.

10 de setembro – Publicada a Nota Técnica 17/2020 destinada à atuação do MPT para a proteção da saúde e demais direitos fundamentais das trabalhadoras e dos trabalhadores em **trabalho remoto ou home office**.



30 de dezembro – MPT fecha 2020 com os seguintes números referentes à Covid-19: 36.101 denúncias, 9.810 inquéritos civis instaurados, 13.468 recomendações enviadas a empregadores, 353 termos de ajuste de conduta (TACs) firmados e 407 ações civis públicas ajuizadas.

27 de novembro – Publicada a Nota Técnica 20/2020 com diretrizes a serem observadas por empregadores, empresas e entidades públicas e privadas que contratem trabalhadores e trabalhadoras, de adoção de medidas de vigilância em saúde do trabalhador para evitar agravamento da pandemia.

16 de novembro – Destinações chegam a R\$ 320 milhões.

20 de outubro – Publicada a Nota Técnica 19/2020 contendo medidas de proteção da saúde e demais direitos fundamentais das trabalhadoras e dos trabalhadores em empresas de **teleatendimento**.

28 de setembro – Destinações chegam a R\$ 307 milhões.

30 de setembro – Publicada a Nota Técnica 18/2020 sobre fiscalização das normas de biossegurança, vigilância epidemiológica e de regularidade dos pagamentos nos contratos de prestação de serviços terceirizados na pandemia da Covid-19.

14 de setembro – Publicada a Nota Técnica 16/2020 sobre proteção contra a Covid-19 para trabalhadores que estão no grupo de risco e orientações para empregados com familiares que fazem parte desse grupo.

2021

14 de janeiro – Publicada a Nota Técnica 01/2021, que recomenda a empresas, sindicatos e órgãos da administração pública que adotem diretrizes para preservar a saúde de **trabalhadoras gestantes** durante a segunda onda da pandemia do coronavírus.

20 de janeiro – Destinações chegam a R\$ 336 milhões.

09 de fevereiro – Divulgado Guia Técnico do MPT sobre vacinação da Covid-19, na qual a instituição esclarece que vacinação é **medida de proteção coletiva**, de obrigatoriedade para empregadores e empregados, e traz as repercussões do tema nas relações trabalhistas.

25 de fevereiro – Publicada a Nota Técnica 02/2021 com diretrizes para o cumprimento da ordem de prioridade em vacinação contra a Covid-19.

26 de fevereiro – Publicadas diretriz orientativa e nota pública que recomendam que **cuidadores de idosos** ou de **pessoas com deficiência** sejam vacinados independentemente da natureza do vínculo do trabalho.

17 de março – GT Covid-19 completa 1 ano. Desde março de 2020, foram realizadas mais de 300 reuniões e elaboradas 26 notas técnicas. No mesmo período, foram recebidas 40 mil denúncias, ajuizadas 468 ações civis públicas e firmados 443 termos de ajuste de conduta (TACs) para corrigir irregularidades trabalhistas ligadas à doença. Em 1 ano, o MPT destinou R\$ 338 milhões para ações de combate à pandemia. Os valores são decorrentes de decisões judiciais ou acordos extrajudiciais do MPT em todo o Brasil.

11 de maio – Destinações chegam a R\$ 350,2 milhões.

20 de agosto – Publicada a Nota Técnica 03/2021, que traz medidas para garantir a saúde de **trabalhadoras gestantes e lactantes** e proteger a primeira infância durante a pandemia.

13 de setembro – Destinações chegam a R\$ 376,9 milhões.

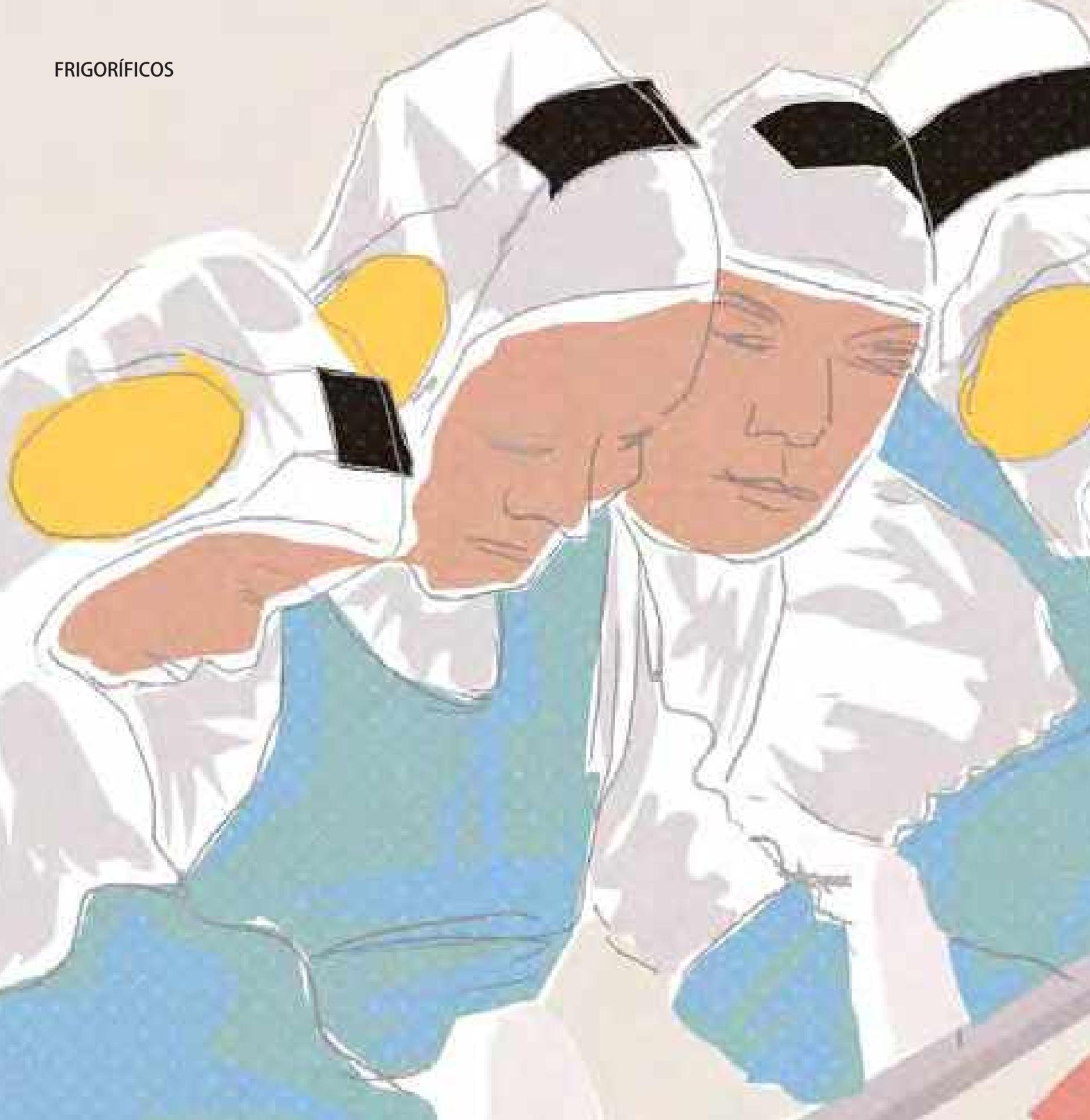
Lançado para orientar a atuação de procuradoras e procuradores, o guia técnico interno do MPT diz que a vacinação contra a Covid-19 é um direito-dever de empregadores e empregados. O documento lista pontos das normas brasileiras sobre saúde e segurança no trabalho para demonstrar que o objetivo da vacinação é concretizar o direito fundamental à saúde do trabalhador, e à vida, inclusive no seu aspecto coletivo e social.

Com base em orientações de especialistas da área de infectologia e imunologia, o guia mostra que a vacinação é uma medida coletiva de proteção e não uma medida individual porque, para ser eficaz, é preciso que o conjunto de pessoas e não apenas um único indivíduo, esteja vacinado. E essa questão tem impacto nos ambientes de trabalho. Quanto maior a imunização do grupo de trabalhadores em um determinado ambiente de trabalho, mais seguros todos estarão.

O guia diz que é papel da empresa orientar seus trabalhadores, por meio dos programas de saúde e segurança, sobre a importância da vacina, a segurança dela e o impacto para a saúde individual e do grupo. E que neste programa deve estar claro que a vacinação é medida de proteção coletiva. Os empregados que se recusarem a tomar a vacina, sem motivo justificado, podem sofrer as penalidades, que começam com advertência, depois suspensão e em último caso, a demissão por justa causa.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e acesse todas as Notas Técnicas publicadas





Epicentro da 1ª onda

MPT atuou preventivamente para garantir direitos e conter o avanço da Covid-19 em frigoríficos do Brasil

POR NAYARA XAVIER, ANA CLARA LAGES, ANDRÉ COSTA, CARLOS ANDRÉ MOREIRA, FÁTIMA REIS, LUÍS NAKAJO E LÍVIA VASCONCELOS



“Foi horrível...eu tinha medo de pegar a doença e morrer, estava assustada com tudo que via e ouvia, e naquele momento fui surpreendida com a demissão. Desempregada, eu só pensava: como iria sustentar meu filho

e como iria sobreviver?”. Esse depoimento é de Eunice Eufrásio, uma entre os mais de 40 trabalhadores indígenas da Terra Indígena Serrinha, ao norte do Rio Grande do Sul, dispensados sumariamente em detrimento a todas

as medidas de proteção anunciadas para as pessoas que se enquadram no conceito de grupo de risco ao contágio pela Covid-19. E no caso de Eunice com o agravante de, na época, estar no quinto mês de gestação.

Em diversos países do mundo, as indústrias frigoríficas se tornaram epicentro de disseminação do coronavírus e no Brasil, maior exportador global de carne bovina, o rastro de contaminações não seria diferente, proliferando números alarmantes desde a primeira onda da pandemia.

A dinâmica laboral nos abatedouros, por suas próprias características, favorece um terreno ideal para a disseminação do vírus Sars-Cov-2. São ambientes fechados, densamente ocupados por grande grupo de trabalhadores, que passam muitas horas em um local de temperatura controlada e sem ventilação natural.

Outro importante fator é a proximidade da prestação do serviço na linha de produção, onde as atividades executadas “ombro a ombro” facilitam e propiciam a transmissão de doenças virais e infecciosas. Alguns setores dos frigoríficos ainda têm uma umidade bastante elevada, como as salas de higienização de instrumentos normalmente anexas às salas de corte, que concentram o maior número de empregados. Essa umidade contribui para que as gotículas e os aerossóis circulem rapidamente, ampliando o raio de contaminação.

O deslocamento de trabalhadores de diversos municípios para cidades com sedes de frigoríficos também acelerou o potencial de propagação do coronavírus em localidades pequenas. Muitos abatedouros recrutam profissionais de vários municípios limítrofes, que partem e retornam juntos para suas comunidades de origem, ajudando a aumentar a abrangência da contaminação. Não por acaso, os primeiros casos de Covid-19 em diversos pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul foram detectados justamente em trabalhadores do setor.

Não bastasse o coletivo de elementos oportunos à infecção, um expressivo contingente de empregados também enfrentou a sonicação de direitos mínimos.

Era maio de 2020, quando as Vigilâncias Epidemiológicas registravam 2.399 empregados contaminados pela Covid-19, de 30 unidades frigoríficas localizadas em 24 municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em plena pandemia, indígenas considerados grupo de risco foram demitidos em massa da Seara Alimentos Ltda., unidade da JBS, maior empresa de abate e processamento de carnes do Brasil.

A dispensa de Eunice Eufrásio, considerada discriminatória por contrariar a Constituição Federal, diversas normas internacionais de Direitos Humanos de observância obrigatória no Brasil, a Portaria nº 312, de 12 de maio de 2020, da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina – determinando o afastamento remunerado de trabalhadores indígenas dos frigoríficos por considerá-los grupo de risco – e a recomendação conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público Federal em Santa Catarina, ganhou manchetes internacionais. Notas a respeito do caso foram publicadas pelo New York Times e pela agência Reuters.

No início de maio de 2021, assim que tomou conhecimento do fato, o MPT-SC, por meio da Procuradoria do Trabalho no Município de Joaçaba, instaurou procedimento investigatório. Pouco tempo depois, em 1º de junho do ano passado, o MPT em Joaçaba ajuizou Ação Civil Pública (ACP), que tramita na Vara do Trabalho de Concórdia.

Na petição inicial do processo, consta que “(Os trabalhadores indígenas) foram surpreendidos no dia 14 de maio de 2020 com o depósito de verbas rescisórias em suas contas bancárias, e com o envio de alguns termos de rescisão para o celular do Cacique da Terra Indígena Serrinha, Ronaldo Inácio Claudino, e a informação de que a empresa enviaria um ônibus para que os trabalhadores assinassem suas rescisões no sindicato”.

Já em 1º de junho, os trabalhadores se deslocaram até o município de Seara acompanhados da advogada Lúcia Fernanda Jófej Kaingáng, pertencente ao povo indígena Kaingáng, para dar baixa nas carteiras de trabalho. “Além de fazer uma demissão fraudulenta e discriminatória, a empresa não teve o mínimo de cuidado com os trabalhadores considerados de risco e mandou um único veículo para pegá-los. O ônibus não dispunha de gel, ficou praticamente lotado, sem o distanciamento mínimo necessário”, detalha a advogada.

Em resposta ao pedido de tutela de urgência apresentado pelo MPT, em 3 de junho de 2020, a Justiça do Trabalho determinou a reintegração de todos os trabalhadores indígenas dispensados pela Seara Alimentos Ltda., com pagamento dos salários e consectários, desde o desligamento até sua efetiva reintegração. Após serem reintegrados, a empresa ainda foi obrigada a promover o afastamento remunerado de todos eles.

Ainda no âmbito do processo judicial pendente de julgamento definitivo, o MPT pleiteia a condenação da Seara Alimentos ao pagamento de um total de R\$ 10 milhões, a título de indenização por dano moral coletivo e por dumping social. Os valores eventualmente quitados serão revertidos para a melhoria das condições de vida de toda a população da comunidade afetada (Terra Indígena Serrinha), mediante investimentos em equipamentos públicos para fruição da comunidade, saneamento, educação, saúde, moradia, entre outros. Além disso, o MPT pede que a empresa seja condenada a reparar, a título de dano moral individual, cada trabalhador vítima de dispensa discriminatória com a quantia de R\$ 50 mil.

Nessa Ação Civil Pública ao lado do MPT, figura como litisconsorte ativo o Instituto Kaingáng-INKA, representado pela advogada Lúcia Fernanda, o que confere ampla liberdade para os trabalhadores indígenas se manifestarem diretamente nos autos.



Foto: Lúcia Fernanda Jófeji Kaingáng

Prevenção

A atuação do MPT no combate à Covid-19 pautou-se pela antecipação. No dia 17 de março de 2020, data em que houve o registro da primeira morte pela doença no Brasil, foi instituído o Grupo Nacional de Trabalho - GT Covid-19, responsável pela emissão de notas técnicas e de recomendações que visam estabelecer parâmetros a respeito dos protocolos de biossegurança.

O MPT também criou um cadastro nacional para o diagnóstico das necessidades de saúde no país. O objetivo é sistematizar informações sobre condições de saúde e segurança dos profissionais que prestam serviços nas unidades de saúde. E, em 31 de março do ano passado, quando a doença ainda estava compilando seus primeiros casos, a instituição divulgou uma recomendação detalhada às Indústrias de Abate e Processamento de Carnes, abrangendo medidas de enfrentamento à proliferação do vírus. Muitas das diretrizes ali anotadas formam o corpo básico de grande parte do que se exige atualmente dos frigoríficos, como adoção de medidas de distanciamento, trabalho remoto para funções compatíveis e escalonamento nos horários de ingresso e saídas dos trabalhadores, além da adoção de sistema de rodízio para o uso de áreas comuns como vestiários e refeitórios, com a finalidade de evitar aglomerações.

“Muito antes do início dos primeiros surtos no Brasil, já estávamos verificando uma tendência de ocorrências no setor nos EUA e na Europa, em virtude das características da prestação de trabalho. Foi por isso, inclusive, que nós nos antecipamos e fizemos, antes dos primeiros surtos e casos, a recomendação que foi expedida no dia 31 de março. Em um primeiro momento, os frigoríficos entendiam que as medidas eram inexecutáveis e gerariam a paralisação da produção. Posteriormente, foram implantadas em diversas empresas do setor e, nos locais onde houve acompanhamento sério e responsável, apresentaram resultados muito satisfatórios no controle de surtos ocorridos”, lembra a procuradora do MPT em Passo Fundo (RS), Priscila Dibi Schvarcz, integrante do Projeto de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríficos.

Também devido a essa resistência inicial, os frigoríficos logo se tornariam, nos primeiros meses da pandemia, o epicentro da primeira onda da Covid-19 no Brasil. Pouco mais de um mês após a recomendação, no início de maio, os abatedouros já eram motivo de alerta e preocupação na gestão epidemiológica de todo o país. Em agosto, mesmo após vários casos em que a atuação do MPT havia levado à assinatura de Termos de Ajuste de Condutas (TACs) para incrementar as medidas de prevenção, o setor continuava sendo o grande núcleo da doença. Dourados (MS) concentrava 30% dos casos do estado, e quase todos os infectados tinham algum tipo de contato com trabalhadores de uma planta frigorífica na região. Vários frigoríficos já haviam tido suas atividades suspensas em pequenos municípios, como Passo Fundo (RS), Trindade do Sul (RS), Caxias do Sul (RS), Cianorte (PR), Rondonópolis (MT), São Miguel do Guaporé (RO) e Rio Verde (GO). No Rio Grande do Sul, na mesma época, um em cada

quatro contaminados laborava no segmento e dos 30 municípios com maior número de casos, 28 eram sede de frigoríficos ou cediam trabalhadores para as empresas.

Enquanto a primeira onda se desenvolvia, a ação de combate do MPT à pandemia ganhava projeção. O primeiro significativo TAC de abrangência nacional firmado pela instituição englobou os 90 mil empregados de uma das maiores empresas do Brasil, a BFR. Logo depois, em maio de 2020, dois novos acordos abarcaram 28 mil funcionários da Aurora e 17 mil trabalhadores da Marfrig. Até o momento, o MPT já firmou TACs cujos efeitos atingem 102 plantas frigoríficas e quase 188 mil trabalhadores. Também foram ajuizadas 28 ações e homologados dois acordos judiciais em face de empresas do setor. Pela atuação do MPT, a situação do segmento se encontra em constante monitoramento e permite ações de resposta rápida a qualquer indício de novas adversidades.

Um dos pontos em que a atuação do MPT junto aos surtos de Covid-19 em frigoríficos provocou uma evolução sensível foi o modo como os TACs firmados com as empresas já preveem a adoção obrigatória de uma série de medidas de alta efetividade de prevenção, como protocolos de testagens massivas, criação de uma cultura de compartimentalização das equipes – divisão em clusters para evitar a disseminação do contágio – e distribuição de equipamentos de proteção apropriados, como as máscaras PFF2.

“A partir da adequação da produção pelo mercado nacional de EPIs eficazes ao risco biológico, considerando a grande procura ocorrida nos primeiros meses da pandemia e a falta de insumos aos próprios profissionais da saúde, foi possível realizar a migração do padrão de proteção respiratória adotado nos frigoríficos para máscaras mais seguras, quando, então, o setor passou a fornecer respiradores PFF2 aos trabalhadores, a partir de acordos firmados com o MPT. De igual modo, com a evolução e o surgimento de novos tipos de testes, foi possível implementar rotinas de testagem de assintomáticos, como estratégia de bloqueio de transmissão nos ambientes de trabalho, haja vista o grande percentual de contaminados assintomáticos e oligossintomáticos. Considerando, ainda, o aumento das evidências de transmissão da Covid-19 por aerossóis, percebeu-se que seria possível reduzir o número de pessoas impactadas pelo contágio diminuindo os grupos de trabalhadores nos chamados clusters: pessoas que trabalham em um setor passaram a ter contato necessário apenas com as pessoas de seu próprio ambiente de trabalho. Houve também divisões com braçadeiras coloridas e outras formas de identificação, por exemplo, e, na hipótese de ocorrência de caso positivo, restaria facilitada a busca e identificação de contactantes. São avanços muitos significativos que resultaram da atuação do MPT e foram implantados inicialmente no setor de frigoríficos, em razão do impacto sofrido nas atividades”, detalha a procuradora Priscila Dibi Schvarcz.



Foto sob ilustração: Secom/PGT

Doença ocupacional

A atuação do MPT também fundamentou o reconhecimento da Covid-19 como doença ocupacional, contraída dentro dos frigoríficos. Sentença de outubro de 2020 no Rio Grande do Sul já identificava nexo causal em ação movida por uma empregada da JBS, confirmando a negligência da empresa na adoção de medidas de prevenção adequadas. A ação tinha como um dos fundamentos os fatos demonstrados na ação civil pública ajuizada pelo MPT contra a unidade de Trindade do Sul. O escritório de advocacia responsável pela reclamatória tem outras oito ações requerendo indenizações por danos morais individuais, dada a continuidade das irregularidades no frigorífico, mesmo depois da obtenção de liminares pelo MPT.

“Filas, aglomeração e falta de fornecimento de máscaras diárias acontecem na empresa”, explicam as advogadas Fernanda Lazzaretti

e Jucelia Segalla. “Estamos realizando oitiva de testemunhas nas ações para provar o descumprimento e nos fundamentamos na ação civil pública do MPT e no mandado de segurança”, acrescentam.

Uma das primeiras contaminadas pelo coronavírus na unidade conta que contraiu a doença quando morava sozinha e a empresa não adotava outras medidas de segurança além do fornecimento de uma máscara de pano semanal para cada empregado. O transporte continuou sendo feito sem limitação da capacidade. O primeiro caso confirmado da doença na fábrica foi de uma colega com quem ela almoçava proximamente no refeitório, usado na sua capacidade máxima.

Os sintomas de gripe foram confirmados como coronavírus por meio de teste em unidade

da rede pública de saúde, que comunicou o diagnóstico à empresa e a afastou por 14 dias. Os sintomas foram amenos e passaram rápido. “Todos na fábrica conheciam alguém que tinha pegado Covid”, conta a trabalhadora contaminada. O que mais preocupava os empregados era a proximidade entre os postos de trabalho na linha de produção. “Um dia, chegamos e tinham feito o afastamento dos postos”, lembra. Ou seja, medidas de rápida implantação e de custo baixo, tomadas após o MPT obter liminar contra a empresa.

A empregada se encontra afastada, após descobrir que está grávida. O frigorífico chegou a convocar empregadas nos meses iniciais da gestação, em dezembro, mas o MPT conseguiu a reversão da medida com novo pedido de liminar, também deferido. Ao longo de toda a pandemia, o volume de trabalho na fábrica nunca diminuiu.

Casos emblemáticos

Ação Civil Pública proposta em face da JBS, relativa à sua planta localizada no município de São Miguel do Guaporé (RO), obteve sentença favorável em 14 de março 2021, obrigando a empresa a adotar medidas para conter a propagação do contágio por Covid-19 entre os seus funcionários e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 20 milhões, em razão do surto ocorrido na unidade. A ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho em Rondônia, em conjunto com o Ministério Público do estado (MP-RO) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos de Rondônia (SINTRA-INTRA).

Nos autos, constam relatos de trabalhadores colocados para laborar mesmo declarando sintomas e suspeita de Covid-19, alguns inclusive realizaram os testes por conta própria. A cidade viveu um aumento de 1.200% no número de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus do dia 26 de maio a 25 de junho de 2020 e destaca-se a gravidade da crise sanitária também pela incapacidade dos sistemas público e privado de saúde de São Miguel do Guaporé para atender às demandas, sendo necessário o deslocamento de diversos pacientes até o município de Cacoal, distante cerca de 190 quilômetros e com poucos leitos de UTI disponíveis.

Dados do processo judicial apontam ainda que, em 25 de junho do ano passado, 377 dos 940 empregados do frigorífico JBS na cidade São Miguel do Guaporé foram contaminados por Covid-19 – até então, mais da metade do número de casos totais da cidade que conta com 23 mil

habitantes e tem como maior empregadora a própria JBS. Já naquela ocasião, ainda em tutela provisória, o juiz do Trabalho Wadler Ferreira determinou a imediata suspensão das atividades laborais na indústria, sem prejuízo da remuneração de todos os seus empregados, até que se efetuassem, por conta da empresa, testes PCR em todos os seus empregados, sob pena de multa de R\$ 500 mil por dia em caso de descumprimento das obrigações de fazer.

A procuradora do Trabalho em Ji-Paraná (RO) Helena Duarte Romera, que atuou no caso, ressaltou a relevância histórica da condenação para o âmbito local e nacional: “Considero que foi uma decisão muito positiva para a sociedade. Foi a primeira sentença do Brasil que previu a condenação de um frigorífico por meio de indenização de danos morais coletivos em razão do surto, no valor de R\$ 20 milhões, exatamente o valor solicitado, e grande parte das medidas de alteração do meio ambiente do trabalho foi deferida. É emblemático por ser o primeiro a reconhecer o surto da Covid no frigorífico”, sublinhou.

A empresa foi condenada a custear integralmente os valores decorrentes da realização de testes para diagnóstico da doença nos empregados que forem enquadrados como casos suspeitos ou prováveis de infecção pela Covid-19, a partir de indicação de médico da empresa ou de médicos assistentes não vinculados à empresa – médicos do Sistema Único de Saúde e particulares.

O processo segue tramitando na Justiça do Trabalho, atualmente aguardando a apreciação

dos recursos ordinários interpostos em face da sentença e, ainda, com o cumprimento das obrigações paralisadas em razão de efeito suspensivo conferido pelo TRT da 14ª Região a esses recursos. O MPT segue atuando para reverter as recentes medidas e restabelecer a procedência dos pedidos formulados em sua totalidade.

Em 31 de maio deste ano, o MPT no Rio Grande do Sul obteve a condenação da JBS pelo não cumprimento de medidas preventivas contra a Covid-19 na planta localizada na região de Ana Rech, em Caxias do Sul – tendo sido a conduta da empresa determinante para a ocorrência de surto da doença no estabelecimento.

A decisão proferida pelo juiz Marcelo Silva Porto, da 6ª Vara do Trabalho daquele município, condena a indústria a atender, de imediato e na íntegra, uma lista com 42 determinações fixadas na legislação vigente para proteção e segurança dos empregados. Também determina o pagamento de R\$ 1 milhão a título de danos morais coletivos, que serão futuramente destinados pelo MPT-RS a projetos sociais na região.

O rol de obrigações inclui desde adequar o seu departamento de engenharia e medicina do trabalho e fazê-lo elaborar um cadastro preciso e atualizado de informações sobre a saúde dos empregados até a criação de protocolos de busca ativa por trabalhadores infectados e seu apropriado afastamento das atividades presenciais.

Mais proteção a trabalhadores da Marfrig

Um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de abrangência nacional firmado entre o MPT e a empresa Marfrig Global Foods garantiu mais proteção contra a Covid-19 aos trabalhadores das 12 unidades da empresa no Brasil, incluindo a planta de Várzea Grande, contra a qual o MPT em Mato Grosso chegou a ajuizar uma ação civil pública em maio de 2020, após um surto da doença — os casos confirmados saltaram de 14 para 25 em apenas dois dias.

À época, o MPT constatou que o município, que tem cerca de 200 mil habitantes, já registrava 113 casos confirmados de Covid-19, ou seja, um a cada 2 mil habitantes, aproximadamente. No frigorífico, onde laboram 3 mil trabalhadores, a proporção era de um caso a cada 150 empregados. “Os casos na unidade frigorífica são mais de 10 vezes mais frequentes do que na população

de Várzea Grande em geral. Esse quadro, portanto, está a evidenciar um crescimento anormal e acima do ritmo da evolução da doença no município”, disse, naquele momento, o procurador do Trabalho Bruno Choairy, coordenador regional da Codemat.

Com a ação, arquivada devido ao TAC firmado nacionalmente por representantes da empresa, o MPT conseguiu a primeira liminar em face de frigorífico no Mato Grosso desde o início da pandemia. A Justiça do Trabalho determinou, na ocasião, que a planta promovesse adequações em suas linhas de produção, como a adoção do distanciamento social mínimo, para diminuir a exposição de outros empregados ao vírus. No período, também já circulava a notícia da morte de uma funcionária de 38 anos do setor de desossa em decorrência da Covid.

No acordo firmado com a unidade de Várzea Grande, a Marfrig assumiu o compromisso de realizar a testagem em massa dos empregados da planta, além da higienização e sanitização completa dos ambientes internos e externos. Também foi estabelecida a obrigação de promover a triagem e a avaliação clínica individual de todos os funcionários, para identificação de casos suspeitos, bem como anamnese dirigida (entrevista conduzida pelo profissional de saúde) para investigar possíveis contatos de trabalhadores com pessoas contaminadas ou suspeitas, e determinar o tipo de exame para cada situação. Se sintomáticos (com um ou mais sintomas compatíveis com a Covid-19), os trabalhadores seriam submetidos ao teste molecular RT-PCR, priorizando a coleta na própria residência. Nos demais casos, seria providenciado o teste rápido imunológico/sorológico.

Acordo nacional

No TAC de abrangência nacional, a Marfrig assumiu o compromisso de implementar uma rotina de testagem dos trabalhadores das 12 unidades frigoríficas no país. Medidas para garantir o distanciamento entre os funcionários também foram acordadas. O frigorífico passou a reorganizar, escalar e modular os horários de entrada e saída, o acesso e o interior dos vestiários e refeitórios para evitar aglomerações, especialmente em horários de pico. A empresa também passou a fornecer máscaras adequadas e a fiscalizar se os trabalhadores estavam respeitando as marcações de distanciamento.

Em relação aos empregados dos setores produtivos, uma modificação estabelecida em janeiro deste ano, por meio da assinatura de um Termo Aditivo ao TAC — que considerou a

evolução do conhecimento técnico referente à Covid-19 e a atual disponibilidade de máscaras no mercado —, autorizou esses setores a admitirem, quando constatada inviabilidade técnica da adoção de distanciamento mínimo de 1 metro, a manutenção de distanciamento interpessoal inferior, desde que observado o fornecimento de respiradores particulados PFF2 ou máscaras cirúrgicas com tripla camada e elemento filtrante, associados ao uso de face shield.

O acordo definiu uma série de medidas para evitar a exposição indevida e diminuir o risco de contágio entre os empregados e terceirizados no ambiente de trabalho e, assim, desacelerar a propagação do vírus para a população em geral. No total, 43 obrigações foram assumidas pela empresa envolvendo ações estratégicas e de controle administrativo e estrutural.

Atuação em números

No ano passado, o MPT-MT instaurou 15 inquéritos civis e ajuizou seis ações civis públicas para enfrentamento da Covid-19 no âmbito desse setor produtivo. No curso das investigações, encaminhou recomendações às empresas e passou a acompanhar os números de contaminados em cada planta. Também foram obtidas liminares em face das unidades da JBS em Pontes e Lacerda e Confresa. Além disso, outros dois frigoríficos firmaram TACs com a instituição — o frigorífico Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S/A (Frialto), localizado no município de Sinop, e a unidade da Naturafrig Alimentos Ltda. em Barra do Bugres.

Ambas se comprometeram a implantar rotina de testagem rápida sorológica (IGG/IGM), associada ao teste molecular RT-PCR, em funcionários que mantiverem escala de trabalho presencial e desempenharem atividades em ambientes compartilhados, a distribuir equipamentos de proteção individual adequados ao risco da atividade desempenhada, a assegurar o distanciamento mínimo nos setores produtivos e outros locais de uso coletivo, a adequar o ambiente de trabalho para conferir maior proteção aos empregados e a estabelecer procedimentos de vigilância e busca ativa diária, em todos os turnos de trabalho, de trabalhadores, terceirizados, prestadores de serviços e visitantes com sintomas compatíveis com a síndrome gripal.

Paraná

A região Sul do país foi uma das mais afetadas com casos de Covid-19 em plantas frigoríficas. Só no estado do Paraná, foram celebrados até o momento um total de dez TACs, beneficiando mais de 48 mil trabalhadores. Os acordos foram negociados pelas unidades do MPT nas regiões onde mais se concentram indústrias do setor: Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Umuarama. De acordo com o procurador do Trabalho no município de Cascavel Renato Dal Ross, a atuação do MPT segue firme desde o início da pandemia, com o monitoramento das condições de saúde e segurança laborais, especialmente em relação à adoção de medidas de prevenção e combate à doença.

Pausas térmicas

Em meio à pandemia da Covid-19, que acarretou diversos surtos no setor de frigoríficos, a possibilidade de aprovação do Projeto de Lei nº 2.363, de 21 de setembro de 2011, é mais uma questão que preocupa os integrantes do Projeto Nacional de Frigoríficos. A proposição, que altera o artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho, limita as pausas aos setores com temperaturas inferiores a 4º C. Caso aprovado, mesmo com a manutenção dos intervalos previstos na

Norma Regulamentadora nº 36, empregados — inclusive gestantes — poderiam trabalhar até 10 horas diárias, em ambientes com temperaturas de 4,5 a 5 °C, sem nenhum tipo de intervalo de recuperação térmica.

Segundo a avaliação dos procuradores que compõem o Projeto Nacional de Frigoríficos, a medida também traria graves retrocessos à Norma Regulamentadora, que está em processo de revisão.

Levantamento do jornal britânico The Guardian concluiu que, em 2019, os abatedouros foram responsáveis por 62 acidentes de trabalho diários. O veículo destacou, ainda, a manifestação do MPT no sentido de que a supressão de direitos dos trabalhadores em frigoríficos seria inconcebível. Já o jornal francês Le Monde publicou artigo do Projeto Nacional ressaltando que a aprovação do Projeto de Lei nº 2.363 implica na supressão, à imensa maioria dos trabalhadores em frigoríficos, da mais importante medida de proteção à saúde no setor. ☒

The Guardian: <https://www.theguardian.com/environment/2021/apr/12/brazils-meat-plant-workers-at-risk-from-inconceivable-plan-to-cut-break-times>

Le Monde: <https://diplomatie.org.br/pl-retira-pausas-termicas-dos-trabalhadores-de-frigorificos/>

Escravidão moderna

Covid-19 impôs desafios à fiscalização de trabalho análogo ao de escravo, mas MPT e parceiros atuaram para assegurar dignidade a trabalhadores explorados

POR ROGÉRIO BRANDÃO

Jornadas de trabalho exaustivas, alojamentos precários, falta de água potável e de instalações sanitárias e servidão por dívida. Essas são algumas das irregularidades flagradas pelo Ministério Público do Trabalho

em operações de combate ao trabalho análogo à escravidão e que persistiram mesmo durante a pandemia de Covid-19. Entre 2020 e setembro de 2021, mais de 1.700 pessoas foram resgatadas.



As restrições impostas pelo coronavírus não impediram as atividades de instituições que atuam na erradicação do trabalho escravo. Segundo dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, 942 pessoas foram encontradas nessa situação em 2020. Em 2021, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) já realizou mais de 70 forças-tarefas e resgatou mais de 500 trabalhadores de condições análogas às de escravo. O grupo é coordenado pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, ligada ao Ministério do Trabalho e Previdência, e conta com participação do MPT e de

instituições como o Ministério Público Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Defensoria Pública da União.

Diante da disseminação de Covid-19, uma série de medidas foram tomadas para minimizar os riscos de transmissão da doença em operações. Entre março e maio de 2020, o GEFM suspendeu fiscalizações para evitar riscos de contágio em longos deslocamentos. Nesse período, foram criados grupos regionais que atuavam localmente, mantendo assim a continuidade de ações de combate ao trabalho análogo à escravidão.

As operações do GEFM foram retomadas em junho e, no mesmo período, o MPT criou protocolo com diretrizes a serem seguidas por procuradores e integrantes da Secretaria de Segurança Institucional do MPT com o objetivo de evitar surtos de Covid-19. Segundo a coordenadora nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete), Lys Sobral Cardoso, foram adotadas medidas como redução de ocupação dos veículos utilizados em inspeções, uso de máscaras N95, distanciamento e restrição ao uso de ar-condicionado. A Labor lista exemplos de alguns resgates ocorridos neste período.



Bahia

Trinta e sete pessoas que trabalhavam na extração e beneficiamento de sisal no nordeste do estado da Bahia foram retiradas de condições de trabalho escravo. A força-tarefa foi realizada entre os dias 13 e 20 de outubro de 2020, na região semiárida da Bahia, em fazendas dedicadas à extração e beneficiamento de sisal do nordeste do estado. Dentre os lavradores encontrados em condições indignas de trabalho está um idoso de 67 anos. Os resgates ocorreram em frentes de trabalho localizadas nos municípios de Várzea Nova, Jacobina, Mulungu do Morro.

Minas Gerais

Um grupo de 14 pessoas foi resgatado, em agosto de 2020, de condições análogas à de escravo em duas fazendas no norte de Minas Gerais. As propriedades rurais inspecionadas estão localizadas nos municípios de Mirabela e Janaúba e concentram produção de carvão e cultivo de fruta. Na Fazenda Ouro Verde, dois trabalhadores envolvidos na produção de carvão estavam sem vínculo formal. Eles são do município de Patis, também no norte do estado, chegaram à fazenda em junho de 2020. Já na Fazenda Terra Seca, em Janaúba, onde era realizada colheita de limão, foram resgatadas outras 12 pessoas que se encontravam em situação degradante, o que levou à caracterização de trabalho em condições análogas à de escravo. Entre as irregularidades encontradas pela força-tarefa nos locais estão: ausência de instalações sanitárias em condições adequadas, de registro na carteira de trabalho e de fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), não realização de exame médico admissional e não disponibilização de locais para refeição.

Pará

Em operação realizada em 26 de outubro no Garimpo do Pau Rosa, localizado no município de Jacareacanga, 39 trabalhadores foram resgatados de condições degradantes de trabalho e de vida. Foram inspecionados os alojamentos, construídos de forma rústica com madeira extraída da floresta, cobertura de lona plástica ou telhas de fibrocimento, sem qualquer proteção contra intempéries e possíveis ataques de animais silvestres. Não havia banheiros, os trabalhadores eram obrigados a improvisar locais na mata para as necessidades fisiológicas, sem qualquer higiene ou privacidade. Além disso, a água consumida tinha coloração esverdeada e turva. Equipamentos de proteção coletiva e individual eram inadequados ou inexistentes e alguns itens eram cobrados a preços bastante acima do mercado. Uma bota, por exemplo, custava até 3 gramas de ouro, aproximadamente R\$ 600. O mesmo item é encontrado nas lojas de Itaituba a R\$ 180.

Mato Grosso

Dois idosos foram resgatados em condições análogas às de escravo em uma fazenda localizada na zona rural do município de Juína, a 742 km de Cuiabá. Os trabalhadores, um de 69 anos e outro de 62, foram contratados para retirada de vegetação e plantio de capim para formação da pastagem. O primeiro ficou no local por sete meses e o segundo, por 10 dias. Os trabalhadores viviam em um barraco de lona construído no meio da mata, que não os protegia das chuvas nem dos animais peçonhentos. Quando a bomba de água não funcionava, o que ocorria com frequência, os dois tomavam banho em um riacho próximo (chamado córrego das Onças), sem nenhuma privacidade. Também faziam as necessidades

Santa Catarina

Tráfico de pessoas, servidão por dívida e até negociação de “passes” com a venda de trabalhadores em plantações de cebola foram constatados em novembro de 2020, no município de Ituporanga (SC). Na ocasião, o GEFM resgatou 43 trabalhadores aliciados em vários estados do nordeste por uma organização criminosa. Em alguns alojamentos, foram constatados espaço limitado para abrigar o número elevado de trabalhadores e condições de higiene precárias. A servidão por dívidas também foi caracterizada já que os trabalhadores eram informados de todas as despesas que teriam e eram obrigados a continuar trabalhando até quitar as dívidas acumuladas, sob ameaça de morte em caso de abandono da plantação. O MPT firmou cinco termos de ajuste de conduta (TACs) com a obrigação de pagamento de danos morais coletivos, além de todas as verbas trabalhistas devidas aos empregados, acrescidas do valor das rescisões contratuais, para que retornassem às suas cidades de origem.

fisiológicas no mato, a céu aberto. Dormiam em camas improvisadas – colchões velhos e sujos sobre tábuas e toras de madeira. Da mesma forma, não havia local adequado para as refeições: comiam no chão, em um canto qualquer. Também não era disponibilizado local para conservação dos alimentos. Não havia geladeira nem energia elétrica. Um deles chegou a reclamar da qualidade da comida: “já emagreci uns quatro quilos desde que cheguei aqui, pois a comida não é boa”. Ele também sofreu com um ataque de abelhas. “Quase morri. Tomei mais de cinquenta ferroadas da ‘oropa’ (abelhas)”. Os resgates ocorreram durante operação realizada entre 25 de fevereiro e 1º de março de 2021.

Maior força-tarefa de combate ao trabalho escravo já realizada no Brasil

Em janeiro de 2021, o MPT uniu esforços com outras instituições para formar a maior força-tarefa de combate ao trabalho análogo à escravidão já realizada no Brasil. Intitulada Operação Resgate, a série de fiscalizações contou com a participação da Polícia Federal, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União.

Além do resgate dos trabalhadores, a ação integrada teve como objetivo verificar o cumprimento das regras de proteção ao trabalho, a coleta de provas para garantir a responsabilização criminal daqueles que lucram com a exploração e a reparação dos danos individuais e coletivos causados aos resgatados. Ao todo, foram resgatados 137 trabalhadores, que receberam verbas rescisórias e três parcelas do seguro-desemprego.

A Operação Resgate foi divulgada durante entrevista coletiva realizada em Brasília em 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Na ocasião, as instituições destacaram o perfil variado das vítimas. Entre elas, estão trabalhadores do meio urbano e rural, bem como indígenas, adolescentes, trabalhadoras domésticas, migrantes estrangeiros, pessoas com deficiência e idosos.



Trabalho escravo doméstico

Embora o trabalho análogo à escravidão seja mais associado ao meio rural e a estabelecimentos comerciais, ele pode ocorrer até mesmo na casa do seu vizinho. Uma das modalidades que mais chamam a atenção do MPT é o trabalho escravo doméstico. Desde o início da pandemia, a instituição participou de resgate de empregadas domésticas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo o vice-coordenador nacional da Conaete, Italvar Medina, o MPT tem intensificado sua atuação para que as trabalhadoras domésticas não fiquem desamparadas nesse

período e não venham a ser vítimas de crimes como o tráfico de pessoas e do trabalho escravo contemporâneo. “A pandemia, em virtude da crise econômica e social dela resultante, gerou um aumento da vulnerabilidade social de vários trabalhadores, o que os torna propensos a virem a ser explorados por pessoas que querem se aproveitar dessa situação e que podem acabar submetendo-os a condições análogas às de escravos. Além disso, o teletrabalho resultante da pandemia também gera aumento de possibilidade de abusos no âmbito do trabalho doméstico”, explicou o vice-coordenador nacional da Conaete.

Com o intuito de garantir mais proteção a essa categoria, a Conaete criou um grupo de trabalho (GT) em parceria com a Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do MPT. Entre os resultados já obtidos estão a elaboração de cartilha contendo os direitos das empregadas domésticas, de eventos de conscientização e capacitação e de peças processuais.

Veja abaixo alguns casos da atuação do MPT em operações com resgate de trabalhadoras domésticas:

São Paulo

São José dos Campos

Em junho de 2021, integrantes de força-tarefa resgataram empregada doméstica de condições análogas à escravidão na cidade de São José dos Campos (SP). A trabalhadora era contratada da família há mais de 20 anos, tendo iniciado a prestação de serviços ainda adolescente. Atualmente ela exercia suas atividades em uma casa dentro de um condomínio fechado da cidade.

A vítima trabalhava em jornada exaustiva, de segunda a domingo. Ela era levada para viagens com a família, de forma que pudesse

manter a prestação de serviços durante os momentos de lazer dos empregadores. Os depoimentos demonstraram que a trabalhadora tinha medo constante da patroa, gerando pressão psicológica e, assim, impedindo que ela fosse contra as suas ordens.

São Paulo

Uma trabalhadora doméstica de 61 anos foi resgatada em 18 de junho de 2020 de condições degradantes de trabalho e moradia em São Paulo vivendo em um depósito nos

fundos de uma residência no bairro Alto de Pinheiros, sem acesso à casa principal, inclusive ao banheiro. Desde o início da pandemia de Covid-19, a doméstica foi proibida de entrar na casa, não recebendo até o presente momento qualquer ajuda de custo, sequer para se alimentar.

O MPT em São Paulo, em conjunto com a Defensoria Pública da União, ajuizou ação civil pública em 1º de julho para pedir que a Justiça do Trabalho declare que os empregadores da doméstica sejam condenados ao pagamento de indenização por danos morais individuais à vítima no valor de R\$ 1 milhão.

Minas Gerais

Rio Vermelho

Em junho de 2021, um grupo de quatro trabalhadores rurais foi resgatado em condições análogas às de escravo, na Fazenda Palmeiras, localizada na Zona Rural do Município de Rio Vermelho (MG). Entre os resgatados, estão uma idosa de 83 anos, que trabalhou na fazenda por mais de 60 anos sem remuneração e nenhum outro direito trabalhista, como descanso semanal ou férias. A trabalhadora chegou à fazenda ainda adolescente, aos 12 anos de idade, com a mãe, e ali viveu por toda sua vida.

Patos de Minas

Em operação realizada nos dias 26 e 27 de novembro de 2020 em Patos de Minas (MG), a trabalhadora doméstica Madalena Gordiano foi resgatada após

viver por 38 anos em condições análogas à escravidão. Madalena não tinha registro na carteira, salário mínimo garantido nem descanso semanal remunerado. Além disso, a trabalhadora dormia em um quarto pequeno e sem janelas.

O MPT ajuizou ação cautelar para ingresso no domicílio dos réus para investigar o caso e solicitar homologação de acordo para garantir pagamento de indenização e de verbas trabalhistas à vítima. Em audiência extrajudicial realizada em janeiro de 2021, o MPT fechou acordo com os investigados Dalton Rigueira e Valdirene Rigueira, e as advogadas representantes da trabalhadora doméstica Madalena Gordiano.

[Assista ao vídeo do Trabalho Legal com Madalena Gordiano](#)

Rio de Janeiro

Em janeiro de 2021, operações com participação do MPT-RJ e outras instituições resgataram duas domésticas no Rio de Janeiro submetidas a condições análogas às de escravas em residências distintas. Uma delas tem 63 anos e trabalhava há 41 para a mesma família no bairro da Abolição, na Zona Norte do Rio. Ela foi encontrada dormindo em um quarto sem energia elétrica e com seus pertences armazenados em uma caixa de papelão. Em depoimento, a idosa disse que ao longo dos anos trabalhou para diversos membros da família e que nunca recebeu salário ou teve direito a férias.

A trabalhadora informou ainda que não tinha livre acesso a alimentos e água potável e que a empregadora jogou fora seus pertences, nos quais havia anotações particulares onde constavam contatos de seus parentes. Na inspeção, foi constatado que a trabalhadora era obrigada a catar latas de alumínio nas ruas, com o objetivo de vendê-las e reverter o dinheiro obtido à ré, que é professora assistente em regime de dedicação integral na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (X)



De dentro de casa

Como a pandemia acelerou o processo de teletrabalho e os desafios que teremos que enfrentar para garantir o respeito aos direitos e à saúde de trabalhadores nesta modalidade

POR CYRANO VITAL E ISABEL BRAGA

De um momento para outro, milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros foram obrigados a se adaptar a uma modalidade de trabalho que já vinha crescendo, especialmente em países mais desenvolvidos: o home

office ou teletrabalho. Com a necessidade de distanciamento social para evitar o contágio pelo novo coronavírus, empresas e trabalhadores tiveram que buscar maneiras de se moldar à exigência imposta pela pandemia de Covid-19.





Estudo do IPEA do ano passado mostrou que o potencial de teletrabalho no Brasil era de apenas 22,7% das ocupações, com variações significativas entre os estados brasileiros e os tipos de atividades ocupacionais. E pode aprofundar as desigualdades regionais já que o potencial é menor dependendo da unidade da federação.

Se por um lado trouxe momentos de alegria – ficar mais em casa, mais próximo de filhos, pets, evitar o tempo de deslocamento casa-local de trabalho – a novidade também trouxe angústia. Implantada de maneira emergencial, sem regras trabalhistas claras e detalhadas, sem planejamento por parte das empresas, treinamento e equipamentos adequados, a nova opção afetou a saúde física e mental de muitos brasileiros.

A linha cinzenta entre o momento em que se está trabalhando e o direito à desconexão cresceu.

Os dilemas diários passavam ainda por falhas na conexão de internet que dificultavam participar de chamadas de vídeo ou tornavam mais lenta a execução das tarefas, falta de local e mobiliário adequados às necessidades do trabalho, que levavam a dores físicas, como nos braços, costas. Professores, de uma hora para outra, foram obrigados a se adaptar para oferecer conteúdos on-line.

Para sistematizar e interpretar normas nacionais e internacionais sobre o tema, o Ministério Público do Trabalho divulgou a Nota Técnica 17, em setembro de 2020, com orientações de proteção da saúde e demais direitos fundamentais das trabalhadoras e dos trabalhadores no home office.





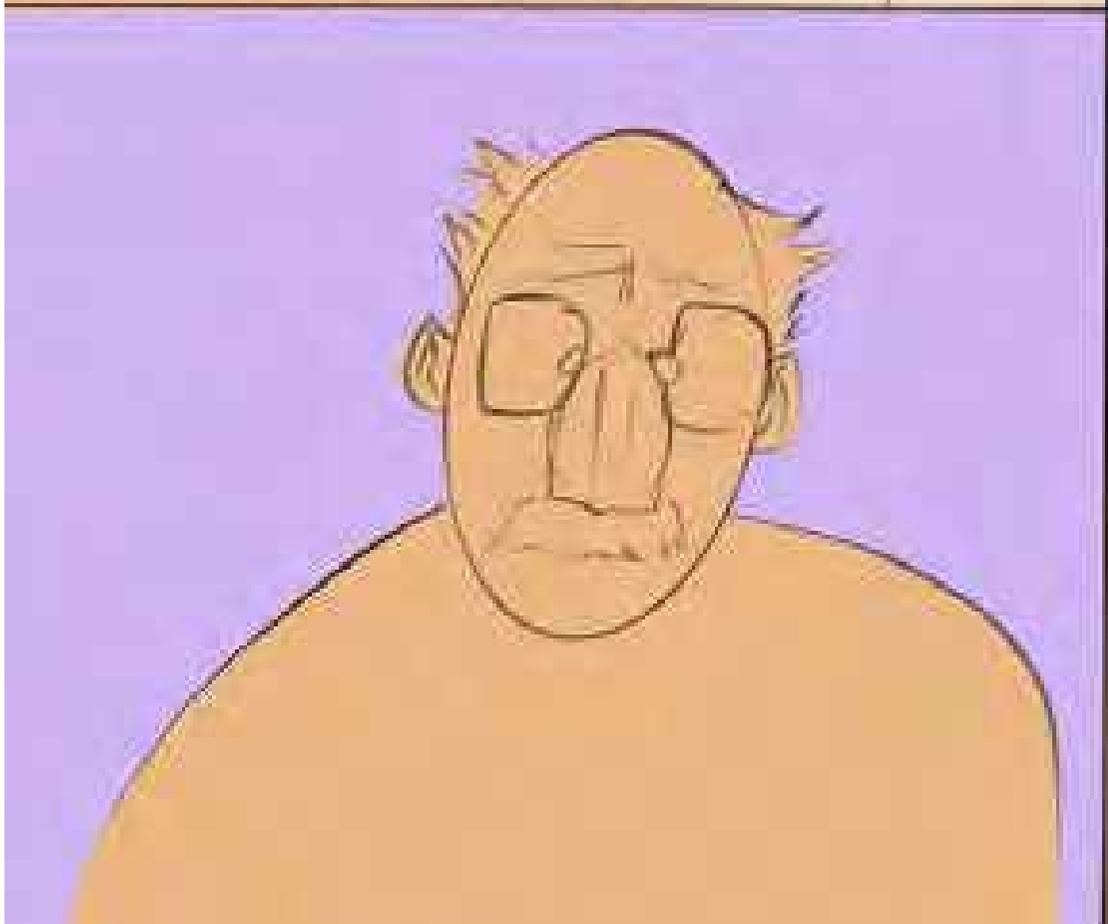


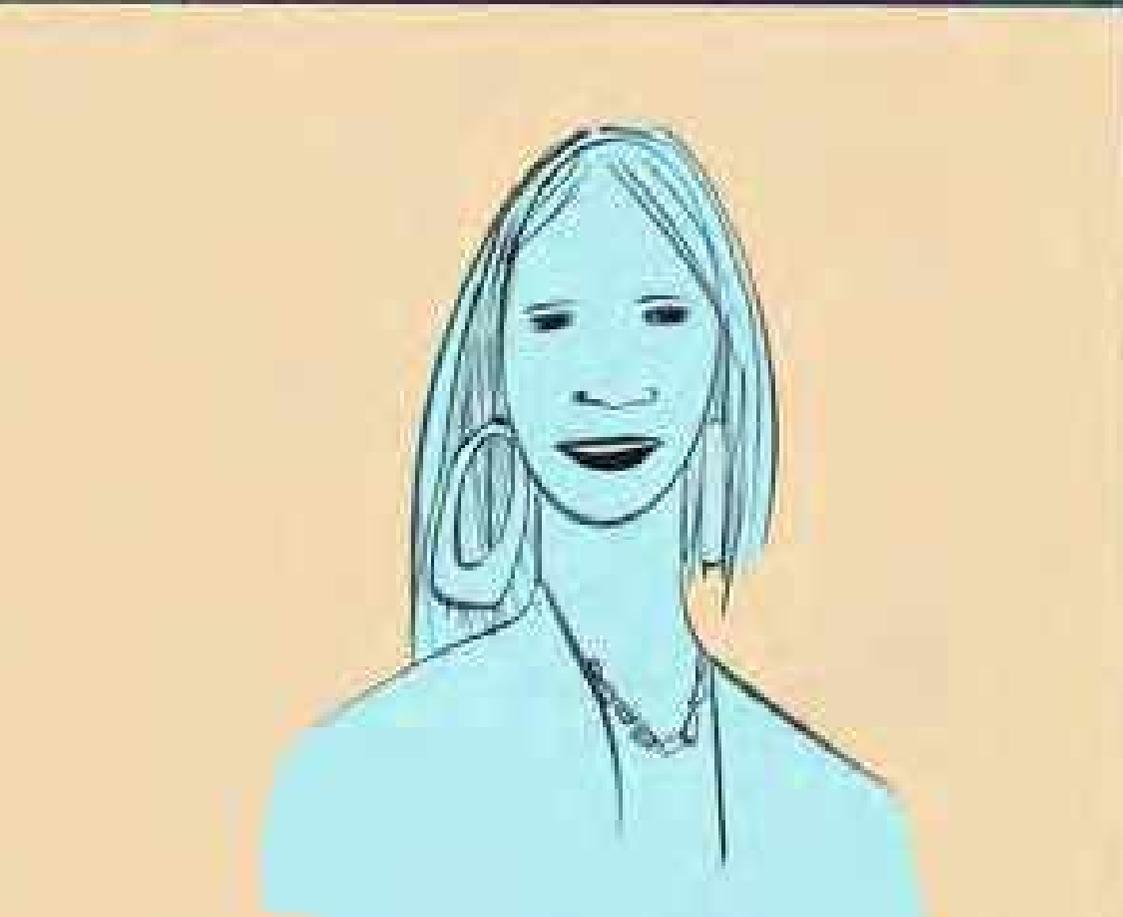
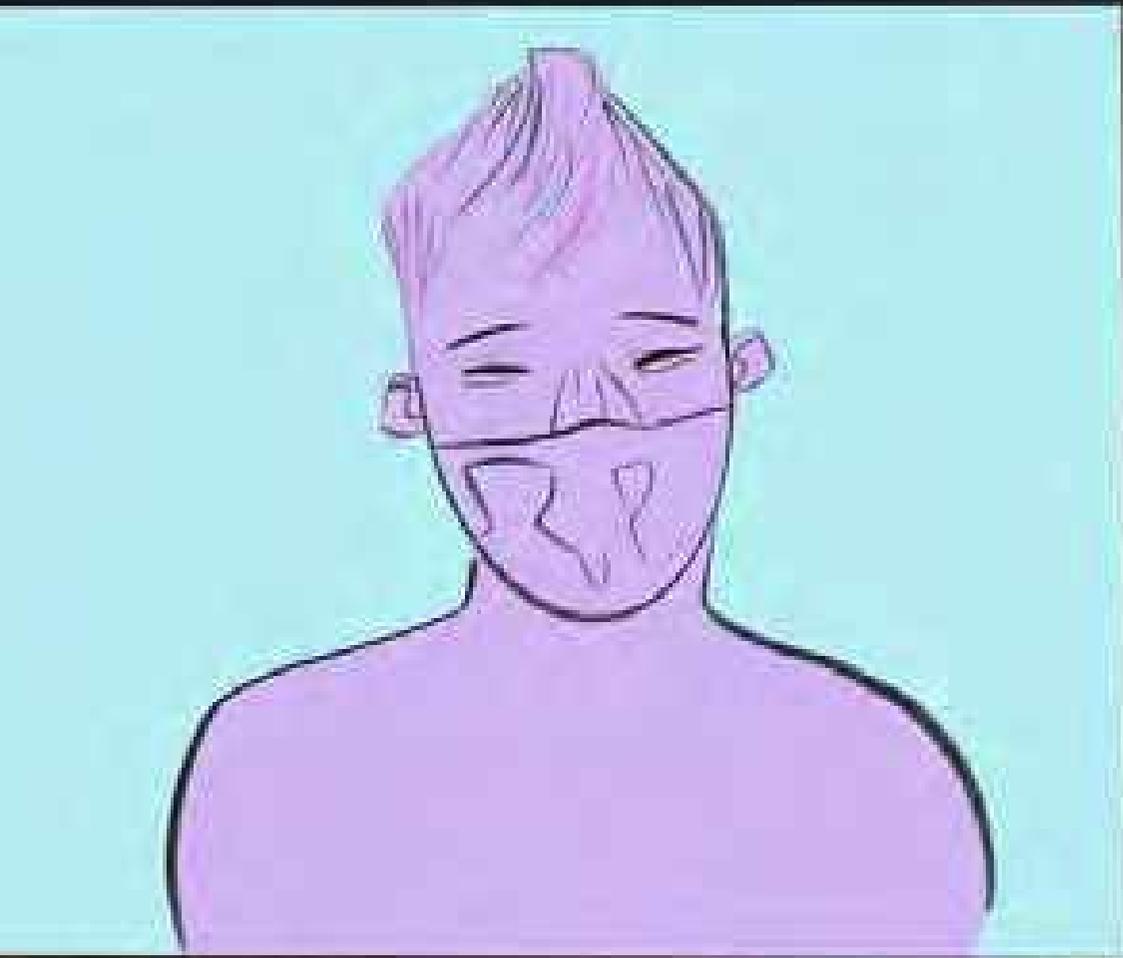


Questões importantes foram reforçadas pela nota do MPT: necessidade de um contrato para regular a atividade, duração do período de teletrabalho, a responsabilidade e a infraestrutura para o trabalho nas residências, o estabelecimento de jornada de trabalho, direito à desconexão e oferta de apoio tecnológico e capacitação para lidar com o trabalho em ambiente virtual, entre outras.

Para além da discussão já palpável, sobre custos, há um desafio maior: estabelecer uma rotina que garanta a qualidade do trabalho a distância, a produtividade, a proteção da privacidade, mas, principalmente a saúde física e psíquica de trabalhadoras e trabalhadores. Ter um espaço físico adequado, com condições ergonômicas satisfatórias, jornadas que permitam a separação da vida familiar e profissional e o direito à desconexão são fundamentais para um trabalho digno.

Tudo ainda é muito novo. A Justiça já traz decisões importantes sobre esse tipo de trabalho, como a obrigação do empregador custear a compra de equipamentos para que o trabalhador possa exercer seu trabalho. A reforma trabalhista de 2017 modificou artigos da CLT para tratar do teletrabalho, mas novos projetos de lei tramitam no Congresso Nacional para estabelecer regras mais detalhadas para essa forma diferente de executar tarefas. O MPT estará atento para lutar por melhores condições de trabalho nessa nova modalidade. ☒





Direito ao trabalho seguro

Ação do MPT para reverter a dispensa em massa de rodoviários pernambucanos durante a pandemia

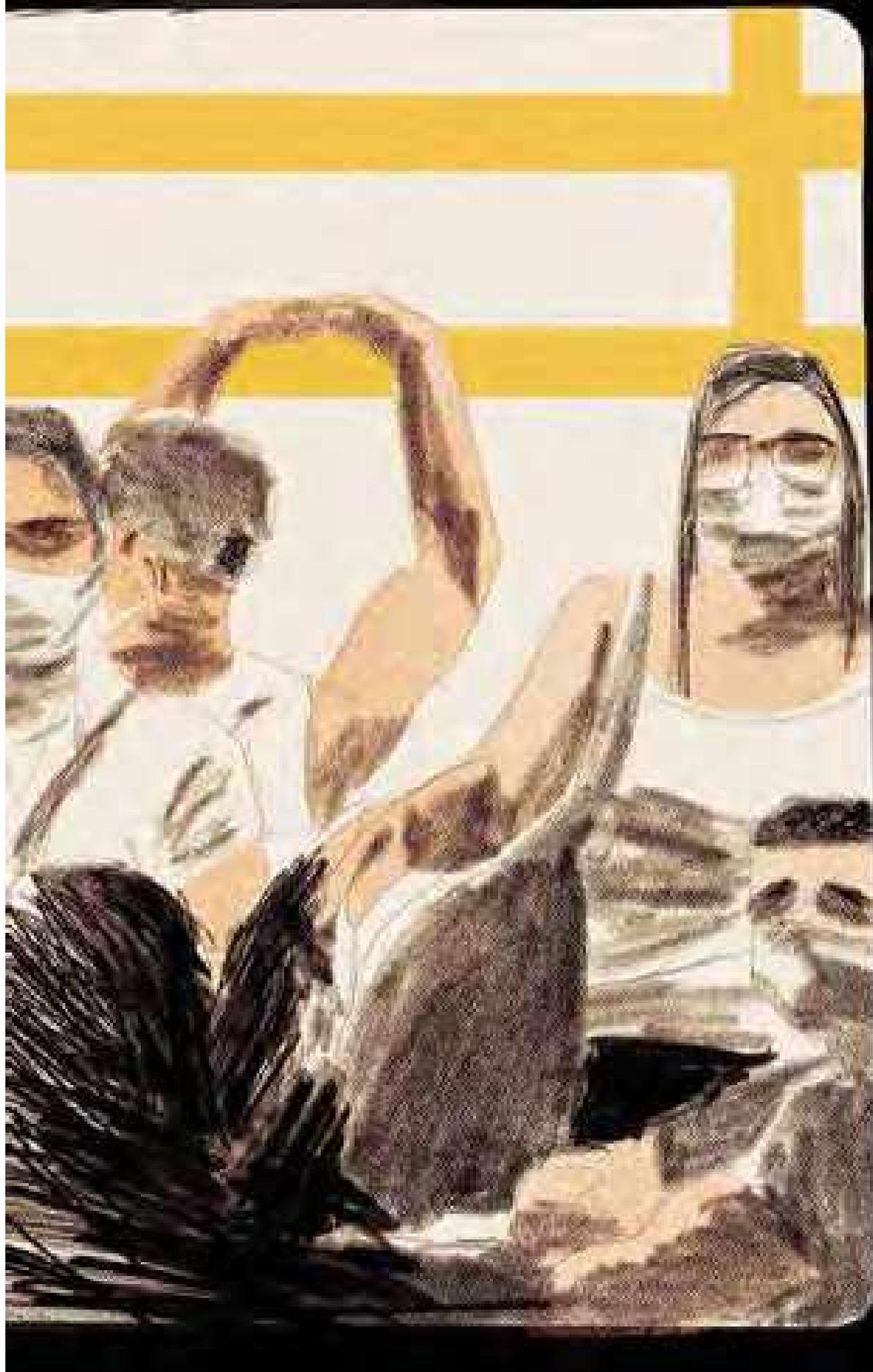
POR MARCELA RIBEIRO

Em 1º de março de 2020, enquanto seguia sua rotina normalmente, Antônio* não imaginava que, alguns dias depois, sua vida mudaria por completo. A Covid-19 já existia e preocupava diversos países, mas ainda não era uma realidade do trabalhador brasileiro. "Sobrevivemos. Enfrentamos uma verdadeira guerra. Mas sobrevivemos",

resume, agora, o cobrador de ônibus. Passados 30 dias daquele mês de março, Antônio percebeu-se sem emprego, diagnosticado com a doença, cuja contaminação, à época, já havia sido elevada à classificação de pandemia e com uma família para manter, incluindo uma filha com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

2305





Antônio não foi o único que passou por essa situação. Na região metropolitana do Recife, em Pernambuco, cerca de três mil rodoviários, entre motoristas e cobradores, foram demitidos simultaneamente, logo no início da pandemia. A justificativa: com a diminuição da frota e a suposta redução de fluxo de pessoas nos ônibus, não seria possível manter os postos de trabalho. No entanto, o que se percebeu ao longo dos meses subsequentes, mesmo nos períodos de maior pico da doença, foram coletivos lotados de pessoas, que se aglomeravam em terminais de passageiros e dentro dos veículos.

“Essas dispensas não observaram o mínimo sequer das legislações de ordem constitucional e infraconstitucional aplicáveis ao caso. Ao longo de todo o ano passado, esses trabalhadores se encontravam em um contexto de extrema precariedade em razão da pandemia da Covid-19, sem poder sequer se habilitar nos programas do governo para recebimento de auxílio emergencial, por exemplo, já que o requerente do benefício não pode ter exercido emprego formal nos últimos três meses”, relatou a procuradora do Trabalho em Pernambuco Débora Tito.



O caso

Para tentar reverter a situação, o MPT iniciou as tratativas de mediação, junto aos sindicatos dos trabalhadores e das empresas, ainda em 1º de abril, um dia após a notificação das demissões em massa. Em dois momentos diferentes, o MPT solicitou ao sindicato patronal a reversão das demissões e o compromisso de não haver novas dispensas até o fim da mediação. À época, o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Pernambuco (Urbana-PE) assumiu o compromisso de não demitir mais trabalhadores, mas não se posicionou sobre a reversão dos postos de trabalho já perdidos.

Foi somente na última audiência de mediação, após nove horas de reunião, que o MPT conseguiu reverter cerca de três mil demissões de rodoviários do estado. No entanto, o acordo não foi cumprido pelas empresas representadas pela Urbana-PE. O MPT, então, solicitou documentos comprobatórios, mas não obteve resposta nem durante o processo de mediação, nem por meio de Ação Antecipada de Provas. Após duas tentativas infrutíferas de fazer as empresas cumprirem o acordo, restou ao órgão ministerial entrar com 14 Ações Cíveis Públicas (ACPs).

“O procedimento de mediação foi bem-sucedido na medida em que, na última audiência, celebrou-se um acordo entre as partes envolvidas, com a reversão de todas as demissões coletivas e o alinhamento de condições mais favoráveis para o tratamento dos contratos de trabalho. No entanto, a conclusão desse caso, infelizmente, não foi como esperado. Essa situação inesperada exigiu uma nova tomada de atitude do MPT para garantir aos trabalhadores o que foi acordado”, lamenta o procurador do Trabalho que esteve à frente da mediação, José Laizio Pinto.

Covid-19

Enquanto muitos trabalhadores foram demitidos, os que eram mantidos nos postos de trabalho precisavam lidar com veículos lotados, passageiros que não cumpriam as regras sanitárias e o temor de se contaminar com a doença. Esse medo foi materializado no aumento do número de óbitos de profissionais rodoviários. De acordo com dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o setor de transporte rodoviário está entre os que mais perderam profissionais em 2020. Enquanto em 2019 foram registrados 909 desligamentos por morte, ano passado, esse quantitativo alcançou a marca de 1.242.

"Apesar do período difícil que passamos, foi nesse momento de profunda crise sanitária e trabalhista que a pandemia de Covid-19 comprovou a importância da atuação das instituições do Trabalho. Nunca fomos tão necessários. O caso dos rodoviários é um exemplo completo disso. Ele tem exigido toda a dedicação do colegiado de membros do MPT em Pernambuco, para assegurar tanto a saúde das pessoas nos postos de trabalho quanto os direitos trabalhistas daqueles que foram prejudicados", comenta a procuradora-chefe do MPT em Pernambuco, Ana Carolina Ribemboim.

Para conseguir manter a família, Antônio precisou arrumar outro emprego. Não conseguiu nenhuma atividade formal. Até ser reintegrado ao trabalho de cobrador, em março deste ano, ele realizou entregas de água pelas ruas do Recife. Voltar ao trabalho que realizava antes foi um alívio. "Quando fui demitido, não entendi e não aceitei. Me virei como pude, mas nunca deixei de acreditar na providência divina. E estou de volta. O medo da doença ainda é grande, fazemos o que podemos para nos cuidar e continuarmos saudáveis e vivos para poder trabalhar", concluiu Antônio.

Na Justiça do Trabalho, das 14 ACPs instauradas pelo MPT em Pernambuco contra as empresas de ônibus da RMR, 13 liminares foram concedidas no primeiro grau, assim que as ações foram ajuizadas. Após os recursos das empresas, seguem em vigor oito liminares. Além da reintegração dos postos de trabalhos aos rodoviários, a demissão em massa repercutiu em uma ação de rescisão de 107 acordos fraudulentos, firmada por uma empresa de ônibus na ocasião da demissão dos rodoviários. Esse processo segue aguardando instrução, mas o MPT já investiga outros casos similares em outras empresas de transporte rodoviário. (X)





1º de Abril de 2020

O MPT em Pernambuco inicia a articulação para reverter as demissões em massa dos rodoviários junto aos sindicatos laboral e patronal. Esse último não compareceu à primeira audiência de mediação.

2 de Abril de 2020

Em uma segunda audiência, com todas as partes presentes, o MPT solicitou ao sindicato patronal a reversão das demissões e o compromisso de não haver novas dispensas até o fim da mediação. Na ocasião, a Urbana-PE se comprometeu a não demitir mais trabalhadores e responsabilizou-se em dar retorno sobre as reversões na audiência seguinte.

3 de Abril de 2020

Na terceira audiência, a Urbana-PE comunicou a impossibilidade de comparecimento. O MPT, então, notificou o sindicato a se posicionar sobre o pedido do órgão até a segunda-feira (6).

6 de Abril de 2020

Sem retorno da Urbana-PE no prazo definido, foi marcada uma última audiência para colher do sindicato patronal uma resposta efetiva. Além do MPT em Pernambuco e dos sindicatos dos trabalhadores e empresas do setor, participaram da mediação representantes do Grande Recife Consórcio de Transportes e do Estado de Pernambuco.

8 de Abril de 2020

Em audiência de mediação que ultrapassou nove horas de duração, o MPT conseguiu reverter cerca de três mil demissões dos rodoviários do estado.

23 de Abril de 2020

O MPT em Pernambuco ajuizou ação contra todas as empresas de ônibus que não atenderam a solicitação do órgão ministerial no procedimento de mediação. O MPT solicitou a relação dos funcionários desligados e dos trabalhadores, por empresa, que foram readmitidos pelas companhias de transporte coletivo urbano da RMR.

28 de Abril de 2020

O MPT em Pernambuco ajuizou 14 ACPs contra as empresas de ônibus da RMR que não reverteram a demissão dos rodoviários.

14 de Novembro de 2020

O MPT em Pernambuco ajuizou ação para rescindir 107 acordos extrajudiciais firmados em demissão coletiva promovida por uma empresa de ônibus no início da pandemia.

Aula de bom senso

O papel do MPT na construção de um consenso sobre o retorno seguro às escolas

POR JOÃO EBLING

O desafio de procuradoras e procuradores do Grupo de Trabalho Volta às Aulas, do MPT no Distrito Federal,

para encontrar o melhor caminho para proteção dos trabalhadores da educação durante a pandemia.



O novo coronavírus chegou ao Distrito Federal no dia 5 de março de 2020, quando o primeiro caso da doença foi confirmado. Nove dias depois, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, se antecipou aos demais administradores de todo o país e assinou decreto suspendendo, por quinze dias, eventos de qualquer natureza, atividades coletivas de cinema e teatro e atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades das redes de ensino pública e privada.

Em 2 de julho de 2020, com 52.281 casos confirmados, 12.749 casos ativos e 631 óbitos, o mesmo Governo do Distrito Federal (GDF), que havia suspendido as atividades não essenciais durante meses, decidiu reabrir o comércio e definiu o retorno das atividades de forma escalonada. Na época, ficou estabelecido o retorno das aulas presenciais nas escolas e faculdades particulares a partir de 27 de julho, enquanto a rede pública teve o retorno projetado para 3 de agosto.

Naquele momento, no âmbito do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal foi criado um Grupo de Trabalho denominado 'Volta às Aulas', que tinha como foco inicial a preocupação com o retorno precoce às aulas presenciais, especialmente na rede pública de ensino.

Duas semanas após a liberação de atividades não essenciais, os números dispararam. Os óbitos quase dobraram, chegando a 1.112, enquanto os casos confirmados pularam dos 52.281 para 84.287.

Com a pandemia em ritmo crescente, representantes da Secretaria de Estado de Educação se reuniram com as procuradoras Carolina Mercante, Ana Cláudia Rodrigues, Helena Fernandes e com o procurador Ângelo Fabiano, do GT 'Volta às Aulas' do MPT-DF, para informar sobre a revisão de retorno das aulas presenciais na rede pública. A nova previsão apontava para 31 de agosto de 2020. No entanto, a medida em que a pandemia avançava, o cronograma era modificado. Apenas em maio de 2021, o GDF anunciou, para julho, o retorno das aulas presenciais no setor público, com a condição de antes vacinar a totalidade dos profissionais.

Embora responsável pela abertura e fechamento do comércio e por determinar a data em que as escolas particulares poderiam reabrir, representantes do GDF, na mesma audiência que confirmaram o adiamento do retorno na rede pública, alegaram que não cabia ao governo a definição sobre o retorno presencial às atividades nas escolas particulares, ficando essa responsabilidade a cargo de cada instituição de ensino.

Os procuradores do MPT recomendaram, formalmente, que o GDF padronizasse o retorno das aulas presenciais na rede pública e privada, emitindo, com antecedência, protocolo de biossegurança em que detalhasse todas as medidas de saúde e segurança necessárias. Também pediram a suspensão do início das aulas na rede particular de ensino.

Ação Civil Pública do MPT impede retorno às atividades presenciais

Diante do posicionamento do GDF e do iminente retorno às aulas na rede privada, no pico da pandemia no Distrito Federal, os procuradores do MPT acionaram a Justiça Trabalhista, no dia 24 de julho, uma sexta-feira, pedindo a suspensão das atividades presenciais, marcadas para segunda-feira, 27 de julho.

Segundo os procuradores, "permitir o retorno às aulas presenciais para as escolas privadas em 27 de julho é atribuir tratamento flagrantemente discriminatório aos trabalhadores da Rede Particular de Ensino". Os membros do GT Volta às Aulas defenderam o "igual valor às vidas dos trabalhadores na Rede Pública" e pontuaram que "não há qualquer fundamento lógico e técnico, em termos sanitários, para submeter a comunidade escolar da Rede Privada aos graves riscos de uma doença para a qual não existe vacina (até aquele momento) e para a qual não há tratamento consensuado pela Medicina".

O MPT entendeu que não era o caso do retorno às atividades escolares, pois havia uma grande preocupação diante dos altos índices de contaminação, mortes e falta de leitos de UTI Covid. Era preciso estruturar fisicamente as unidades escolares e capacitar os educadores para cumprimento dos protocolos de biossegurança.

No sábado, 25 de julho, o juiz de plantão, Gustavo Carvalho Chehab, concedeu a liminar e suspendeu o retorno das atividades presenciais por dez dias, prazo dado para que o GDF apresentasse novas informações e dados técnicos que justificassem a liberação. A decisão foi comemorada pelo Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinproep-DF) e criticada pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe-DF), que, àquela altura atuava como *amicus curiae* no processo.

Vai e vem judicial

Ao final desse período, a juíza titular da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, Adriana Zveiter, derrubou a liminar e autorizou as aulas presenciais na rede privada. Segundo a magistrada, “as decisões sobre o momento oportuno para flexibilizar ou não a abertura do comércio e das instituições de ensino competem exclusivamente ao administrador, pois é quem melhor detém o conhecimento e acesso às informações técnicas atualizadas sobre a situação em que se enquadra o Distrito Federal em meio à pandemia, inclusive com análise sobre a taxa de ocupação de leitos”.

No dia seguinte, o MPT entrou com mandado de segurança junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para cassar a sentença. Segundo os procuradores, a decisão judicial que libera o retorno às aulas “foi medida

absolutamente equivocada, causando prejuízos incomensuráveis à célere e eficaz entrega da prestação da tutela jurisdicional e à preservação da saúde de milhares de trabalhadores”.

Enquanto isso, naquele 6 de agosto de 2020, eram 118.000 casos confirmados, com 1.651 óbitos e 16.964 casos ativos da doença no Distrito Federal.

O desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran foi o responsável pelo julgamento e determinou, novamente, a suspensão das aulas presenciais. Em sua decisão, ele destacou as diretrizes gerais da Organização Mundial de Saúde (OMS), e classificou como “temerária” a volta sem o estabelecimento de protocolos de segurança obrigatórios a todas as escolas.



Um caso singular: a suspeição da juíza Adriana Zveiter

Em meio ao vai e vem judicial, o Portal Metrôpoles divulgou que a juíza Adriana Zveiter, responsável pelo julgamento da Liminar em primeira instância, é sócia da Centro Educacional Laser. A empresa, que anos atrás atuava como instituição de ensino, agora tinha como objeto social o aluguel de terreno para escolas. Também, a magistrada é filha de Jaime Martins Zveiter, ex-presidente do Sinepe, e com mandado vigente no Conselho de Administração da entidade sindical.

Diante das novas informações, o Ministério Público do Trabalho (MPT) pediu a suspeição da juíza. Além de o pedido feito pelo MPT,

o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, determinou a abertura de pedido de providências no âmbito da Justiça do Trabalho.

Dez dias depois, a magistrada declarou sua suspeição por motivo de foro íntimo. Em seu Despacho, alegou que “jornal local com linha editorial notoriamente sensacionalista”, havia publicado notícia, que ela classificou como “equivocada, tendenciosa e difamatória” e que, para a “devida reparação aos danos causados a sua honra e de sua família”, se afastaria do Processo.

Acordo Judicial para retorno escalonado

Valia, então, a decisão do desembargador Pedro Foltran, que havia suspenso as aulas presenciais. O GDF, apesar de réu no processo, não se manifestava. Não recorria das decisões, nem participava ativamente das audiências virtuais. Naquele momento, a discussão estava centralizada em outros três atores: MPT, Sinproep e Sinepe.

O Sinproep apontava para o risco alto de contágio em sala de aulas, especialmente em momento do pico da pandemia no ano de 2020. Também considerava discriminatório o tratamento dado em comparação à rede pública, que tinham seus direitos preservados, e mantinham as aulas 100% on-line.

Do outro lado, o Sinepe apresentava argumentos sobre os prejuízos econômicos às escolas, que resultariam em demissões, além de afirmar que muitos pais, que já haviam retornado ao trabalho presencial, não teriam local seguro para deixar seus filhos, o que

intensificaria escolas clandestinas e aumentaria o risco de contágio pelo novo coronavírus.

O MPT defendia a negociação de um retorno escalonado, com a condição de redução de casos, disponibilidade de leitos de UTIs e cumprimento de protocolo de biosegurança rigoroso para os estabelecimentos de ensino.

Foram duas longas audiências de conciliação, a fim de estabelecer um calendário de consenso, bem como as medidas de segurança indispensáveis que deveriam ser implementadas.

Na última audiência, transmitida ao vivo para um público de mais de 500 pessoas, sob a mediação do desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran – responsável pela concessão do mandado de segurança – e do juiz Antônio Humberto, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, – novo titular do caso em primeira instância, o MPT, o Sinproep e o Sinepe entraram em um consenso: as aulas

voltariam, de forma escalonada, a partir de 21 de setembro. Primeiro voltariam os estudantes da Educação Infantil e Fundamental I (1º ao 5º ano), depois, em 19 de outubro, os do (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e em 26 de outubro, Ensino Médio e Profissionalizante.

Foram definidas as medidas de segurança, como o contingente máximo de 50% dos alunos em salas de aula, o afastamento imediato daqueles que testassem positivo para Covid-19 ou que apresentassem sintomas, bem como o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) pelas instituições de ensino particulares.

O Acordo construído, no entanto, ainda não poderia ser homologado, pois os sindicatos não eram partes do processo. Era necessário que o GDF, que não havia participado da audiência, assinasse o documento. A anuência veio posteriormente, nos autos, e selou o retorno às aulas na rede privada em 2020.

Segunda onda

As aulas voltaram durante um curto período. Em 27 de fevereiro de 2021, com o aumento de casos no Distrito Federal e em todo o Brasil, o GDF, novamente, decretou o fechamento das escolas particulares. A proibição durou apenas uma semana.

Preocupado com o alto índice de contaminação entre os docentes e denunciando o descumprimento dos protocolos de segurança, o Sinproep acionou o MPT, que convocou audiência emergencial com os sindicatos e com representantes do GDF.

Ao analisar as denúncias e a grave conjuntura da pandemia no DF, recomendou a paralisação, por duas semanas, das atividades presenciais.

Os procuradores do GT Voltas às Aulas encaminharam ofício ao governador Ibaneis Rocha, cobrando a elaboração de boletim epidemiológico específico do setor da

Educação Privada, para mapear o número de casos confirmados, de óbitos, os afastamentos, a faixa etária do grupo, entre outros. Em outra frente, o Sinproep entrou com ação para suspender as aulas presenciais, que foi negado pelo Judiciário.

O MPT abriu inquéritos civis individualizados em face de escolas denunciadas por descumprirem os protocolos de segurança.

Segundo a procuradora Carolina Mercante, coordenadora do GT, “diante da perspectiva da longa duração da pandemia e da necessidade de retorno às aulas presenciais, a atuação do MPT em 2021 foi no sentido de fiscalizar a implantação do protocolo de biossegurança nas escolas, diminuindo ao máximo o número de alunos nas aulas presenciais e impedindo aglomerações”.

Enfim, a vacinação

Virou clichê, mas é preciso repetir: a vacinação é o único caminho para sairmos da pandemia. E os professores foram incluídos no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização, cabendo a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a definição da ordem em que esses profissionais seriam contemplados.

Inicialmente prevista para março, a vacinação do grupo foi adiada para abril e depois, novamente, para maio de 2021, quando o GDF, enfim, anunciou o início da vacinação dos professores atendendo à recomendação do MPT e contemplando, igualmente, os profissionais da rede pública e privada.

As aulas foram retomadas, mas, com a pandemia ainda em alta, coube ao

MPT a fiscalização do cumprimento das normas de saúde e segurança nas escolas particulares. Aquelas que não cumprem os protocolos têm sido alvos de inquéritos civis e ações judiciais.

Ao longo de dez meses de intensos e calorosos debates e vai e vem judicial, coube aos sindicatos a defesa de suas categorias e a exposição de justos motivos, de ambos os lados, sobre o tema.

Ao MPT, o protagonismo de fiscal, ao buscar na Justiça a garantia de saúde e segurança dos trabalhadores e de mediador, na construção de um difícil consenso.

Ao GDF, restou seguir os protocolos de combate à COVID-19: lavar as mãos e manter o distanciamento. ☒





Foto: Sinproep-DF

Uma luz no túnel escuro da pandemia

Poder público, entidades formadoras e empresas promovem a aprendizagem para jovens em situação de vulnerabilidade

POR LÍLIA GOMES E VINÍCIUS AGUIAR REIS*

Se existe uma mazela social que a pandemia colocou em evidência foi a situação de vulnerabilidade que ameaça rigorosamente a vida e o futuro de milhares de famílias brasileiras. Falta é palavra de ordem para comida, educação, assistência médica, emprego, perspectiva de futuro. Nesse redemoinho, jovens que vivem na região metropolitana de Belo

Horizonte (MG) encontraram acolhida e esperança de futuro no Descubra!, Programa de Incentivo à Aprendizagem Profissional. Ele é resultado de uma cooperação interinstitucional pioneira, que foi formalizada, em 2019, por 11 órgãos públicos municipais, estaduais e federais e hoje já conta com a adesão de 19 entidades formadoras e 15 empresas.



O depoimento de jovens que participam do projeto Descubra fala por si só. "Nessa pandemia foi simplesmente uma coisa inacreditável. Eu consegui me manter, não faltou nada, além de aprender tantas coisas importantes que eu vou levar para o resto da minha vida" diz Matheus Oliveira*. "Essa oportunidade não foi só na pandemia, como pra toda a vida. Porque vai abrir outras portas e oportunidades de emprego", comenta Gabriel Luccas*. "É uma grande oportunidade, em meio a Covid-19, não estava fácil conseguir um emprego. Mudou minha vida", relata Lauro Antunes*.

"Os três grupos prioritários do Descubra têm em comum muitos aspectos. Em geral, negros ou negras, pobres, moradores de comunidades periféricas. Evadidos ou com defasagem escolar, não tiveram ou não têm opções de lazer, cultura e esporte na infância e na adolescência, muitos são de famílias monoparentais que vivem com muito pouco.

As opções de acesso ao mercado de trabalho para essa juventude são escassas, restritas à informalidade. Mal remuneradas ou que submetem a riscos ocupacionais (morte, adoecimentos e acidentes de trabalho)", destacam as procuradoras do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT-MG), Luciana Marques Coutinho e Ana Claudia Nascimento Gomes.

Criar uma grande rede de apoio à cidadania, por meio da aprendizagem e qualificação profissional, oferecendo a chance de uma primeira experiência no mercado formal de trabalho e abrindo espaços efetivos de integração social e educacional para os adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade social, especialmente aqueles em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas, em situação de acolhimento institucional ou resgatados de situação de trabalho infantil. Esta é a principal meta do Programa Descubra.

Descobertas para a vida

Descubra! Descubra uma futura profissão, um talento, uma competência. Descubra o outro, descubra você mesmo. Na essência, esse era o fruto maior que o Programa Descubra de Incentivo à Aprendizagem Profissional pretendia colher em Minas Gerais quando foi idealizado. Mesmo ainda jovem, o Descubra já mostra a sua força e o potencial para transformar vidas, viabilizando descobertas de futuros possíveis a jovens de 14 a 21 anos.

Aos 17 anos, Débora Oliveira* conta que descobriu muito mais que uma profissão no curso de assistente administrativo: "estou me vendo de uma maneira que nunca vi antes, que serei capaz de conduzir minha vida com expectativas melhores de sucesso. Foi Deus que me colocou aqui. Minha vida antes tinha só derrota. Agora são só sonhos maravilhosos". Seu colega de curso, Flávio Marques*, também se vê com outros olhos, desde que as portas de uma vida profissional se abriram para ele: "Descobri a minha capacidade de trabalhar que eu achava que não tinha, mudou minha vida o projeto Descubra".

Cristina* já tinha o sonho de ser uma "excelente secretária" e precisava de ajuda para seguir em direção a ele. Agora se anima contando que está "pegando dicas e colocando em prática" e que se encontrou no curso que faz. "Um conhecimento que eu achei muito bom foi

comunicar com as pessoas, chegar em um lugar e saber lidar com a situação, controlar ela, e deixar uma boa impressão em todos os lugares que eu for; e ter conhecimentos profissionais e usar eles na hora certa", destacou Rafael Salles*, 16. "Me ajudou financeiramente e também para ter mais conhecimento", conta Vivian Alencar*.

Aos 16 anos, André Moreira* já se ligou em valores que quer cultivar na maioridade: "como é meu primeiro emprego, estou descobrindo como é a vida adulta, descobri que precisamos ser responsáveis e agir com sabedoria. Eu acredito que já tenha mudado bastante e que ainda vou mudar muito". Olhar para a vida, olhar para si mesmo, olhar para as diversas lentes que o mundo oferece... Essa mágica transformou os olhares de Patrick Duarte* (18 anos), aprendiz em audiovisual: "eu descobri sobre a fotografia. Ela é muito além do que todo mundo vê, depois que conheci, minha visão a respeito de tudo mudou, comecei realmente entender a especialidade no nosso mundo, muito lindo".

Esses são apenas alguns dos jovens que, ao longo da pandemia, conseguiram uma oportunidade de aprendizagem, ou já estavam protegidos pelo programa Descubra, e que poderão se lembrar desse momento de medo, sofrimento e escassez, também como um momento de volta por cima nos planos de futuro.

Na trilha do nome

"A criação do nome e da identidade visual do programa Descubra é fruto de um processo colaborativo, em que aliamos exercícios de produção artística e reflexão social para conhecer um pouco mais a fundo as realidades de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, os desafios e riscos que enfrentam diariamente, seus gostos, desejos, vida familiar e comunitária e, por fim, seus sonhos.

Sobre esse último assunto, cada adolescente listou cinco palavras que deseja para seu futuro. A partir da seleção, eles tinham nas mãos o desafio de representar visualmente esses sentimentos e aspirações utilizando formas simples recortadas no papel. Na medida em que ilustravam, faziam verdadeiras costuras entre as narrativas do passado, os "corres" do presente e os quereres do porvir, descobrindo as próprias histórias".

Agência de Iniciativa Cidadãs (AIC)

Órgãos públicos, entidades formadoras e empresas consolidam o alicerce para as muitas descobertas

"O programa "Descubra!" é fruto de iniciativa conjunta de órgãos que atuam na defesa da infância de adolescência. Seu nascedouro data da Semana da Aprendizagem de 2018", relata Christiane Azevedo Barros, auditora fiscal do trabalho, coordenadora do Projeto de Inserção de Aprendizizes no Trabalho na (SRT/MG).

Durante uma audiência coletiva realizada no TRT/MG, por iniciativa conjunta da Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Trabalho, foram convidados representantes do MPMG/Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes/Área Infracional, do SENAC e outras entidades formadoras, da Associação Mineira de Supermercados (AMIS) e de Supermercados da Capital Mineira, lembra Christiane Barros.

"Aquela audiência coletiva inaugurou uma ampla cooperação interinstitucional que deu origem ao projeto do programa e às primeiras contratações no segmento supermercadista", destaca a auditora.

A criação do nome inaugurou a face do programa voltada para o protagonismo juvenil. Durante processo criativo, coordenado pela Agência de Iniciativa Cidadãs (AIC), os primeiros aprendizes construíram juntos o nome e a marca Descubra! Programa de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais.

Signatário do acordo e atual responsável pela coordenação do Comitê Gestor do Programa, o MPT, em conjunto com parceiros do programa, vem trabalhando em ações de sensibilização e orientação para ampliação das vagas para os adolescentes e jovens do grupo prioritário. Em reuniões e audiências, empresas e entidades formadoras são convidadas a conhecer a iniciativa e aderir, disponibilizando vagas de contratos de aprendizagem profissional ou cursos de qualificação. Por meio de termos de compromisso de ajuste de conduta e acordos judiciais, empresas investigadas ou acionadas pelo MPT também passam a participar do programa, mediante reserva de vagas de sua cota legal de aprendizagem profissional para os adolescentes e jovens do público prioritário do "Descubra!". Com isso, hoje o projeto já conta com a adesão e o apoio de 19 entidades formadoras e 15 empresas.

O MPT ainda vem contribuindo com o Programa por meio de destinações de recursos de multas e indenizações de processos judiciais. Por meio destes recursos, foram custeados computadores, tablets, espaços para cursos de profissionalização, bem como projetos sociais voltados ao público prioritário

do programa, como, por exemplo, oficinas preparatórias para o mercado de trabalho e cursos de qualificação profissional.

"O programa tem uma metodologia inovadora, inspirada em iniciativas anteriores, mas que tem o mérito de reunir ações e medidas cruciais para o sucesso da inserção protegida no mercado de trabalho de adolescentes e jovens vulneráveis.", destaca a procuradora Luciana Marques Coutinho, atual Presidente do Comitê Gestor do Programa. Os adolescentes e jovens do público prioritário são criteriosamente selecionados pelos programas e serviços socioassistenciais do Estado e do Município, recebendo orientações e participando de cursos e oficinas prévios, antes de serem encaminhados para as vagas disponibilizadas pelas empresas. "Com isso, aumentam significativamente as chances do êxito da iniciativa", enfatiza.

E em sintonia com a Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Durante Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), 2021 foi declarado por unanimidade o Ano Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, meta colocada sob a liderança da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para evitar retrocessos e ampliar o resultado já alcançado entre 2000 e 2016, que foi uma redução de 38% nessa forma de exploração no mundo inteiro. "A luta contra o trabalho infantil ganhou um ímpeto extraordinário nas últimas duas décadas", disse Beate Andrees, chefe da Seção de Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho da OIT. "Mesmo assim, 152 milhões de crianças em todo o mundo ainda estão em trabalho infantil. Obviamente, precisamos intensificar ainda mais as ações".

"O ordenamento jurídico brasileiro estabelece um sistema de garantias às crianças e aos adolescentes, que devem ter um tratamento prioritário, baseado no princípio da proteção integral, sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a eles direitos de todas as ordens. O sistema de Justiça deve, assim, ter um olhar diferenciado e voltado para as crianças e os adolescentes", enfatiza a juíza do Trabalho substituta e integrante do Comitê Gestor de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem no âmbito do TRT da 3ª Região, Samantha da Silva Hassen Borges.

"A profissionalização é um direito fundamental de toda e todo adolescente e jovem, reconhecido no artigo 227 da Constituição da República. Cabe aos poderes públicos prover as formas para assegurar plenamente esse direito a todos. O Programa Descubra avança nessa direção, em importante papel social ao proporcionar

Parceiros fundadores do Programa Descubra!

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Tribunal Regional do Trabalho em Minas Gerais (SRT/MG)

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)

Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG)

Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais (SRT)

Estado de Minas Gerais, por meio das Secretarias de Estado de Segurança Pública (SESP) e de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE)

Município de Belo Horizonte, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e Desenvolvimento Econômico (SMDE)

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Você pode conhecer todos os apoiadores visitando o site do projeto no endereço www.descubraaprendizagem.mg.gov.br

oportunidades de profissionalização a adolescentes e jovens em situação de extrema vulnerabilidade, que, sem um suporte qualificado, dificilmente conseguiriam acesso a um contrato de aprendizagem ou curso de qualificação", enfatiza o promotor da infância e juventude em Belo Horizonte Márcio Rogério de Oliveira, coordenador do Comitê gestor do Descubra entre 2019 e 2020.

Outra parceira do Descubra é a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, Direito e Cidadania (SMASAC) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE). A SMASAC é responsável diretamente pelo atendimento e acompanhamento aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, seja em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, resgatados do trabalho infantil ou em situação de acolhimento institucional.

O analista de políticas públicas e coordenador do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes da PBH, Enrico Martins Braga, avalia que a "experiência do Programa Descubra tem sido significativa

para os adolescentes do Acolhimento Institucional, foram inseridos 47 jovens que se encontram em 16 unidades para a faixa etária de 12 a 18 anos. Nessa etapa de transição para a vida adulta, os jovens acolhidos têm encontrado no Programa Descubra possibilidades de fortalecimento da autonomia, experimentando formas de convívio social voltadas para a aprendizagem profissional e trabalho protegido".

O superintendente de atendimento ao adolescente da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) em Minas Gerais, Guilherme Oliveira, explica que "o Programa Descubra se tornou o mais importante projeto de aprendizagem profissional de adolescentes do sistema socioeducativo de Minas Gerais. Na SUASE, tudo se inicia com inclusão de jovens em atividades preparatórias, com a finalidade de desenvolver habilidades, orientá-los e prepará-los para o ingresso no mundo do trabalho. O processo também inclui atendimento pela equipe interdisciplinar das unidades. Após a inclusão no trabalho, o acompanhamento técnico permanece durante o contrato de aprendizagem ou curso, ainda que o adolescente venha a ser desligado. Esses são alguns dos compromissos da SUASE para o triunfo do Programa".

Processo de interiorização

Desde 2020, um projeto de interiorização do programa já vem sendo pensado por seus membros. No final de março deste ano, um encontro virtual de apresentação do programa reuniu 70 representantes municipais, entre gestores e integrantes do sistema de justiça, bem como outros atores locais sobretudo dos municípios mineiros de Almenara, Araxá, Betim, Frutal, Jequitinhonha, Joáima, Novo Oriente de Minas Ribeirão das Neves e Teófilo Otoni.

Inaugurando o projeto no interior, o procurador do Trabalho Wagner Amaral já destinou verba e tem registro dos primeiros resultados na cidade de Juiz de Fora, MG. "A concretização do direito fundamental à profissionalização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade propiciada pelo Programa Descubra e sua repercussão no exercício da cidadania motivou o Comitê Gestor a iniciar a sua expansão para outros municípios mineiros. Aqui em Juiz de Fora, já foram contratados como aprendizes oito adolescentes/jovens do socioeducativo e dois de acolhimento institucional, havendo a expectativa do aumento do número de contratações no segundo semestre deste ano", destaca o procurador.



O Descubra em números

Em quase duas dezenas de acordo judiciais entabulados pelo MPT, as destinações feitas totalizam R\$ 7.306.532,14. Aplicado pelas entidades beneficiadas, esse valor se reverteu na abertura de vagas em cursos de qualificação profissional e vagas do Programa de Aprendizagem Profissional, além de construção e reforma de espaços físicos para atividades de qualificação e compra de equipamentos para viabilizar a realização de cursos, como computadores, impressoras, tablets, cartuchos de impressão, headset e webcams.

O coordenador de acompanhamento técnico metodológico das medidas socioeducativas em meio aberto, Amilton Alexandre da Silva, relata que a PBH já encaminhou aproximadamente 220 jovens para a aprendizagem profissional, e 30 para cursos de qualificação profissional. "Atualmente, os serviços de referência da PBH acompanham aproximadamente 2.000 adolescentes e jovens desenvolvendo pré-qualificação pelas ações do ACESSUAS Trabalho, e encaminha-os para a seleção nas entidades e empresas parceiras e indicadas pelos órgãos competentes. Após a seleção, o acompanhamento destes jovens permanece, tanto nos serviços de origem quanto sendo referenciados em outros, como os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS", completa.

Guilherme Oliveira da Suase (medida socioeducativa em regime fechado) destaca que, para além da aprendizagem, o programa tem viabilizado a pré-aprendizagem, que são atividades preparatórias oferecidas pela entidade Rede Cidadã, também parceira do Descubra. Em 2020 e 2021, um total de 300 jovens concluíram a pré-qualificação. Os resultados em qualificação também foram expressivos no mesmo período: 40 jovens encaminhados para cursos profissionalizantes e 85 para programas de aprendizagem. Já estão em andamento processos para encaminhamento de mais 38 para a aprendizagem e 5 para cursos. "Já contabilizamos 425 jovens beneficiados desde a implantação do programa", destaca Guilherme Oliveira. Atualmente, o programa "Jovens Profissionais para o Futuro" da Rede Cidadã que realiza a pré-aprendizagem é custeado, em parte, com recursos revertidos pelo Ministério Público do Trabalho em atuação conjunta com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Nos 18 meses de funcionamento, o programa já assegurou a abertura de portas da aprendizagem e de cursos de qualificação para cerca de 800 adolescentes/jovens em situação de acolhimento, cumprindo medidas socioeducativas ou resgatados do trabalho infantil, conforme demonstra o quadro.

| | |
|---|------------|
| Jovens em situação de acolhimento Fonte: Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes da PBH | 46 |
| Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas Regime Fechado e Semi-liberdade Fonte: Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) e Minas Gerais | 425 |
| Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas Regime Aberto Fonte: PBH (Amilton) | 250 |
| Jovens resgatados do trabalho infantil Fonte: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) | 75 |

Atualmente, o Programa “Descubra” conta aproximadamente 300 adolescentes/jovens com contratos de aprendizagem em vigor, no mercado de trabalho. São vagas conquistadas, em sua maioria, por adesões espontâneas de empresas que decidiram colaborar com a iniciativa depois de conhecer o programa. A estas oportunidades, se somaram vagas decorrentes de ações fiscais da Inspeção do Trabalho, TACs (pelo MPT) e acordos judiciais homologados pela Justiça do Trabalho. Os aprendizes do Descubra estão atuando em áreas administrativas, recursos humanos, recepção, secretaria de cursos, eletromecânica, departamento pessoal e marketing, comércio, mediador de tecnologia e audiovisual.

Em junho de 2020, em meio à pandemia, mais de 70 vagas de aprendizagem profissional foram viabilizadas pelo MPT em um dos acordos, que assegurou a reversão de R\$1.389.857,41. Com isso, uma indenização paga por uma empresa processada pelo MPT foi transformada em oportunidades de aprendizagem profissional. “Os programas de aprendizagem profissional escolhidos foram em áreas inovadoras, diferenciadas, da tecnologia e audiovisual, que estes adolescentes talvez jamais teriam acesso de outra maneira e que vão gerar boas perspectivas futuras de empregabilidade ao final dos contratos de trabalho de aprendizagem profissional, explica Fernanda Brito, procuradora do Trabalho responsável pelo processo judicial. Em maio de 2021, R\$ 1.586.678,14 foram destinados para um projeto voltado à oferta de atenção psicossocial e ateliês artísticos. “Esses recursos foram revertidos pelo MPT em parceria com o MPMG, para ações em dois projetos sociais o “Desembola na Ideia” e o “Jovem Independente”, elaborados e implementados, respectivamente, pela AIC e pela Instituição Salão do Encontro, parceiras do Descubra” relata o procurador do Trabalho Aloísio Alves, responsável pela destinação no MPT.





Relação com entidades formadoras rompe os limites da profissionalização

Para além das competências profissionais, os gestores e professores das entidades de formação abrem para os jovens possibilidades afetivas que muitos não tiveram oportunidade de experimentar ao longo da vida. Os sentimentos afloram quando relatam certos momentos das aulas: "o amor e o carinho que vocês têm por nós é inabalável, professora, vocês não são professores só de sala de aula, vocês são professores da vida", diz a aluna Laura Gabrielle*.

Para os gestores, a experiência com o Descubra também tem se mostrado muito especial. "Essa articulação direta do Descubra com os órgãos que atendem a extrema vulnerabilidade propicia que as oportunidades sejam oferecidas aos jovens que realmente precisam e que não conseguem acesso ao mercado de trabalho devido a sua situação social", avalia a direção do Cedipro.

Para o Ceduc, a importância do programa no contexto de pandemia se potencializou: "O Descubra foi de grande relevância para a vida desses jovens durante a pandemia, pois possibilitou espaço de escuta e diálogo; momentos de interação e troca de experiências entre os jovens; aproximação, escuta e diálogo com as famílias. Eu gostei da aula porque teve muito diálogo. Todos os alunos puderam se expressar e todos debateram sobre os assuntos. Aprendi que cada um tem uma emoção diferente e reage de formas diferentes frente às emoções", relatou o aluno Miguel Lima*.

Humano e profissional se entrelaçam o tempo todo para promover descobertas de dentro para fora, explicam os gestores da Rede Cidadã: "esse projeto promove o desenvolvimento humano e profissional dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, possibilitando o conhecimento de seus potenciais, habilidades e talentos, voltando olhares para as possibilidades de entrada no mercado de trabalho.

Na visão da Coordenadora de Projetos, Marcela Vieira, e da Supervisora Pedagógica do Programa de Aprendizagem da instituição, Isabel Corrêa, a participação de órgãos públicos e privados no aporte de recursos financeiros, a diversidade de entidades qualificadoras e formadoras, bem como o encaminhamento e acompanhamento dos jovens são os grandes diferenciais do "Programa Descubra!".

"Avaliações já realizadas com famílias e as instituições da rede envolvida nos sinalizam que as atividades propostas atingiram o objetivo importante na formação dos jovens, promovendo trocas de experiências entre os próprios aprendizes e fomentando o convívio social, seja daqueles jovens que estão abrigados, em casa junto com a família, ou na internação", relata Aline Faez que é supervisora de projetos e assistência social do Instituto Ramacrisna, entidade onde, desde 2020, 33 adolescentes e jovens do programa Descubra estão realizando a aprendizagem em áudio visual e musicalização.

Coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, FECTIPA/MG, que congrega diversas entidades formadoras mineiras, Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey, relata que vivenciou várias experiências e iniciativas de inserção no mercado de trabalho para adolescentes, destacando que a aprendizagem "é o melhor primeiro emprego, é a melhor profissionalização, na qual caminham juntos a parte teórica, prática e todos os direitos previdenciários e trabalhistas, que pode ser oferecido aos que tudo faltou". (X)

** Em cumprimento ao Artigo 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente os nomes dos adolescentes/jovens citados nessa reportagem são fictícios.*

** Com colaboração do estagiário Vinícius Aguiar Reis*



Por dignidade

Em tempos de pandemia e caos social, Projeto Ação Integrada oferece alimentação, trabalho e capacitação



Fotos: Jonathan Estrella

POR TACIANA GUIMARÃES

A pandemia de Covid-19 trouxe muitas dores ao mundo. A morte de milhões de pessoas pela doença, a fome acentuada pelo desemprego, a solidão

causada pela necessidade do distanciamento, incertezas de quando e como as crises sanitária e econômica teriam uma solução.

Nesse período, quilombolas, domésticas, e profissionais do sexo, grupos que historicamente já enfrentam a exclusão, tiveram seus medos acentuados. Mas foi diante desse quadro de incerteza que ações integradas cultivaram a esperança e a dignidade.

“A pandemia impactou muito as nossas vidas. As crianças pararam de estudar e os pais não tinham mais trabalho. Tivemos 87 pessoas contaminadas com Covid-19. Algumas pessoas entraram em depressão”. A declaração é de Rejane Maria. Mulher, negra e quilombola, moradora do Quilombo Maria Joaquina, localizado na Região dos Lagos do Rio de Janeiro.

Na comunidade, a maioria dos moradores vivem da pesca ou do turismo e com as medidas restritivas, necessárias para frear o avanço do vírus, grande parte ficou sem renda. “Antes da pandemia a gente tinha 40, 50 pessoas desempregadas. Agora todo mundo está desempregado. Eu posso contar nos dedos quem está trabalhando aqui. De 120 famílias, cerca de 450 pessoas, se tiver 15 pessoas trabalhando é muito”, desabafa.

Quadro semelhante aconteceu na Vila Mimosa. O bairro localizado na região central da capital do Rio de Janeiro, conhecido como reduto de prostituição, viu a procura pelos serviços diminuir e a oferta aumentar. “Na pandemia a clientela caiu 95%, mas trouxe de volta mulheres que já haviam saído da prostituição. Essas mulheres vieram buscar seu sustento e infelizmente tiveram que voltar ao ponto inicial de suas vidas”, conta Cleide Almeida,

Assistente Social e Diretora de Projetos da Associação de Moradores da Vila Mimosa (AMOCÁVIM).

Além da exposição ao vírus, o desemprego foi e ainda é o maior desafio desses grupos. Maria Izabel Monteiro, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro, destaca que muitas trabalhadoras domésticas precisaram se sujeitar ao risco de contaminação para garantirem o sustento de suas famílias. “Algumas trabalhadoras ficaram praticamente em cárcere privado. Ou aceitavam ficar no trabalho, ou seriam demitidas”.

Diante desse quadro, o Projeto Ação Integrada – Resgatando a Cidadania, criado e custeado pelo Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, ampliou sua atuação e passou a desenvolver atividades que abrangem esses grupos profissionais profundamente atingidos pela pandemia. Com recursos provenientes de multas e acordos de ações civis públicas e de termos de ajustamento de conduta, o projeto forneceu alimento, renda, informação e qualificação para essas categorias de trabalhadores. Em 2020, foram doadas 2.693 cestas básicas a trabalhadores em insegurança alimentar, totalizando 39 toneladas de alimentos e produtos de higiene.

“O MPT-RJ, junto com a Cáritas, doou centenas de cestas básicas no último ano que foram fundamentais no combate à fome de muitas famílias que essas profissionais sustentam com seu trabalho”, conta Cleide.





Foto: Arquivo lideranças locais

O projeto vem sendo desenvolvido desde 2013, em parceria com Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e com o apoio de diversas Instituições. Visa romper com o ciclo de pobreza de trabalhadores resgatados em situação análoga à de escravo por meio de educação, qualificação profissional e acompanhamento psicossocial.

“O projeto não tem escopo assistencialista, mas por conta da pandemia acabou assumindo também esse papel, garantindo a segurança alimentar inicialmente para as profissionais de sexo, depois diaristas, quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade”, destaca a procuradora do MPT no Rio, Guadalupe Couto, coordenadora do Projeto.

Além da doação de cestas, o Ação Integrada desenvolveu em 2020 a campanha “Eu abraço essa causa, eu uso máscara”. Nesse projeto 130 costureiras produziram cerca de 31 mil máscaras de tecido para adultos e crianças. A maioria da produção foi doada a mais de 40 organizações e comunidades e uma parte foi

vendida proporcionando dignidade e renda a centenas de famílias beneficiadas.

“Em Maria Joaquina 25 mulheres trabalharam como costureiras, mas o projeto envolveu mais de 40 pessoas. Um embalou, outro higienizou, mães e filhos trabalharam juntos. Além da questão financeira, a confecção das máscaras ajudou muitas mulheres a aprenderem um ofício. Umas ensinaram as outras a cortar, costurar. Foi um trabalho lindo”, comemora Rejane.

A atividade de confecção de máscaras envolveu diversas Instituições e três quilombos: Maria Joaquina, Rasa e Baía Formosa. Somente nos quilombos, foram produzidas 10 mil máscaras. Segundo relatório produzido pelas técnicas do Projeto Ação Integrada, a psicóloga Yasmim França e a assistente social Thaiany Motta, a participação na campanha colaborou para produzir saúde mental. Foram relatadas melhorias significativas de quadros depressivos e estimulada a solidariedade entre os quilombos,

produzindo uma inédita interlocução entre as lideranças da região”.

O Ação Integrada também promoveu cursos para reinserção laboral, como o de Avicultura Caipira no Quilombo Maria Joaquina, e a campanha de comunicação e formação em direitos do trabalho para as trabalhadoras em domicílio, “Domésticas com Direitos”. Em 2021, o projeto continua atuando na doação de cestas básicas e já foram distribuídas 1.071 para o quilombo Maria Joaquina, Vila Mimosa, trabalhadoras domésticas, pessoas em situação de refúgio e trabalhadores da favela do Jacarezinho.

“Infelizmente, as profundas desigualdades que marcam nosso país foram exacerbadas pela pandemia. Quem adoece em maior número, perde seu trabalho ou vem a falecer são as cidadãs e os cidadãos brasileiros mais vulneráveis. Por isso cresce em importância a atuação do MPT de maneira resolutiva e em conjunto com os demais atores sociais. Nesse cenário, o Ação Integrada tem muito a realizar”, completa a procuradora Guadalupe. (X)

Sementes da resistência

Projeto de conservação e multiplicação da agrobiodiversidade no Paraná, com parceria do MPT, apoia a agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais

POR ANDREA RIBEIRO

Quando saiu da casa dos pais para casar, há mais de 38 anos, Terezinha Aparecida Vieira dos Santos levou para a nova morada com o companheiro, Silvestre Oliveira dos Santos, um tesouro: sementes de alface roxa. As mesmas sementes que a mãe

guardava e cultivava havia anos e anos, com carinho e dedicação. "São sementes multiplicadas ano após ano. Quando trouxe, era uma pequena porção. Agora, cheguei a colher um balde cheio de sementes já limpas", conta, cheia de orgulho, dona Terezinha.

CASA DA SEMENTE & AGROBIODIVERSIDADE

Fotos: Messias Carvalho



Fotos: ReSA

Em casa, no município de Fernandes Pinheiro (centro sul do Paraná), Terezinha e sua família dedicam-se a manter as sementes vivas e em constante processo de multiplicação. São guardiãs e guardiões de sementes crioulas.

Não sabe o que são sementes crioulas? Não se constranja. Muita gente não conhece – nem o termo, nem o produto. Por isso, explicamos: sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, com características selecionadas por várias gerações e adaptadas a seus sistemas de produção. O resultado é um material único, adaptado a diversas situações climáticas, rico nutricional e culturalmente. São o retrato da resistência.

Sem aglomeração

As feiras são locais onde guardiãs e guardiões fazem suas redes (ou networking, para ficar na moda), suas trocas de variedades de produtos, seu sustento. Pois é, as feiras – esses locais de pura aglomeração de gente, de coisas, de sotaques, de vida. Não é difícil imaginar, portanto, o que aconteceu, de março de 2020 para cá, com a vida das famílias camponesas que se dedicam à nobre missão de guardar esses tesouros que a terra nos dá.

Como centenas de trabalhadoras e trabalhadores, também quem vive da agricultura (especialmente a familiar, sem o devido suporte por políticas públicas) precisou se debruçar sobre como sobreviver economicamente à pandemia de Covid-19. Entra em cena, aí, a articulação da categoria e o apoio de instituições para que nenhuma família camponesa passe fome.

Em maio de 2020, a Rede Sementes da Agroecologia (ReSA) – um espaço de articulação e organização de iniciativas que dizem respeito às sementes no Paraná, nascido em 2015 – decidiu buscar auxílio de parceiros para pôr em prática o Projeto Emergencial de Conservação e Multiplicação da Agrobiodiversidade no Paraná. A ideia era contribuir para a proteção da agrobiodiversidade e valorização econômica da produção de sementes destinadas à produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Ministério Público do Trabalho no Paraná foi um dos parceiros que acreditaram na proposta. Para isso, destinou R\$ 564.716,62 – resultantes de multas aplicadas em acordo trabalhista – para serem aplicados com exclusividade neste projeto. Com esse valor, foi possível realizar





a compra, o beneficiamento e a distribuição das sementes em várias localidades do Paraná. “O Ministério Público do Trabalho tem por atribuição garantir melhoria nas condições de trabalho e renda de todos os trabalhadores, neles incluídos os pequenos agricultores que trabalham em regime de economia familiar. Para além disso, a produção de alimentos agroecológicos dispensa o uso de agrotóxicos, o que, além de proteger o meio ambiente como um todo, também promove impactos positivos no meio ambiente de trabalho, assegurando saúde para quem trabalha”, afirma a procuradora-chefe do MPT no Paraná, Margaret Matos de Carvalho.

Colhendo os frutos

De 10 de outubro de 2020 a 31 de março de 2021, muitos frutos desta parceria já puderam ser colhidos – com e sem trocadilhos. Quase 5 mil famílias foram beneficiadas com o projeto. Participaram 76 fornecedores de sementes de cereais e plantas de inverno, residentes de 20 municípios do estado do Paraná. E também 35 fornecedores de sementes de hortaliças de nove municípios paranaenses.

O projeto emergencial foi dividido em três fases. Na primeira, foram distribuídas mais de 30 toneladas de sementes e mudas de cereais, como milho, feijão, arroz e mandioca – todas crioulas, sem o uso de agrotóxicos. Quarenta e sete famílias guardiãs fizeram a distribuição das sementes para novas famílias – que também poderão se tornar guardiãs. Nesta etapa, aproximadamente 3 mil famílias, em 70 municípios do Paraná, foram contempladas.

A segunda fase concentrou-se na distribuição das sementes de hortaliças e PANCs (Plantas Alimentícias não Convencionais). Foram distribuídos 31.992 pacotes de sementes, de 62 espécies, com 204 variedades de hortaliças e PANCs.

A terceira etapa se dedicou às sementes de inverno, em especial para adubação verde (técnica agrícola que promove a reciclagem de nutrientes do solo por meio do plantio de determinadas espécies de plantas para tornar

o solo mais fértil). Por conta da escassez desse tipo de sementes, elas foram distribuídas para famílias que se comprometeram a reproduzi-las e fornecer para a comunidade ou futuros projetos. Foram cerca de 6 mil quilos de produtos como aveia, trigo mourisco, tremoço, nabo forrageiro e ervilhaca, uma leguminosa anual de inverno, cultivada principalmente na região Sul e que serve como cobertura do solo e adubação verde.

Na segunda e terceira etapas, as sementes beneficiaram mais de 2 mil famílias agricultoras – incluindo o repasse a hortas urbanas, com a finalidade de produzir alimentos para famílias urbanas em situação de vulnerabilidade.

O público prioritário da ação é formado por comunidades quilombolas, povos indígenas, assentadas e assentados da reforma agrária, acampadas e acampados, faxinalenses** e agricultoras e agricultores familiares, incluindo famílias que desenvolvem a agricultura urbana. As comunidades beneficiárias foram aquelas que tinham pouco acesso a outras políticas públicas – o que torna a iniciativa essencial para a promoção da segurança alimentar e nutricional de populações que se tornaram ainda mais vulneráveis por conta da pandemia.

A ReSA ressalta que o projeto não acaba quando as famílias recebem as sementes. Depois disso, elas são apresentadas à Rede e às histórias das sementes que receberam. Cada família deve devolver ao menos a mesma quantidade a um banco de sementes de uma organização ligada à Rede, garantindo a disponibilidade na próxima safra e se integrando à defesa das sementes crioulas e a um trabalho permanente de capacitação das agricultoras e dos agricultores para o cuidado. (X)

**Com informações da ReSA (<https://www.facebook.com/Resagroecologia>) e da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia (<https://aspta.org.br/>)*

*** Faxinalense é quem vive em uma comunidade faxinal: um espaço caracterizado pelo uso comum da terra para produção animal e agrícola coletivas, para consumo e comercialização, com extrativismo florestal de baixo impacto.*

Cultura a delivery

Com destinações do MPT em Mato Grosso, Biblioteca Municipal de Juína ganha até moto para entrega de livros a moradores durante a pandemia

POR ALINE MARTIELLY* E LÍVIA VASCONCELOS

O relógio marca 20:00. É chegada a tão esperada hora da leitura na casa de Lorena Boaventura. A mãe e os filhos se reúnem na sala de estar, cada um com um livro no colo, e se põem a conversar sobre as histórias que os acompanharam na última

semana. Lá é assim toda segunda-feira à noite. Até a pequena Ana Rosa, de cinco anos, entra na roda e, mesmo sem saber ler ainda, fala das gravuras e texturas alcançadas pelas suas mãos curiosas, que fazem divertidas danças em sua imaginação.



Todos os livros que enchem de afeto e memórias a sala da família Boaventura são da Biblioteca Municipal de Juína, município distante cerca de 734 km de Cuiabá. Chegaram à casa de Lorena graças ao projeto “Biblioteca Delivery”, iniciativa que recebeu cerca de R\$ 187 mil reais em destinações do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) e da Justiça do Trabalho.

O recurso investido no projeto foi revertido em maio do ano passado, após deliberação do comitê local de destinações de valores oriundos de ações civis públicas movidas pelo MPT contra empregadores que descumpriram a legislação trabalhista. O recurso possibilitou a compra de acervo com centenas de livros físicos e digitais, jogos educativos, notebooks, além de um software para a integração de todas as bibliotecas públicas do município, que tem 41 mil habitantes, incluindo a biblioteca indígena “BiblióCA” e as bibliotecas rurais. Foram adquiridos, ainda, dezenas de dispositivos acessíveis a pessoas com deficiência, como sintetizadores de voz, impressoras em braille, tablets, leitores de livros digitais (e-readers), ampliadores eletrônicos e lupas.

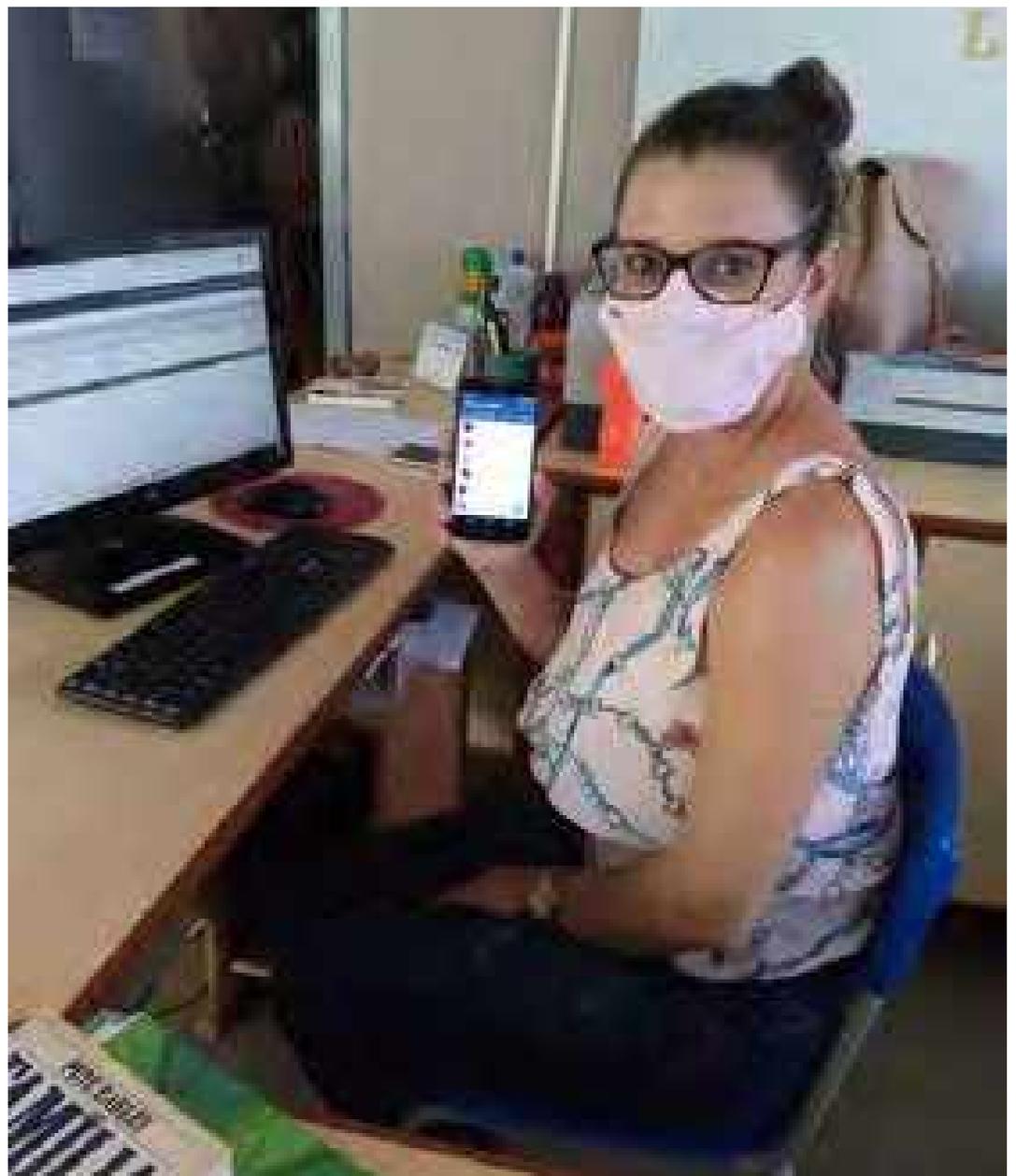
A iniciativa também permitiu a compra de equipamentos de higienização de livros e de uma moto para entrega dos exemplares físicos das obras nas residências dos moradores. Foram priorizados pelo serviço de delivery idosos, pessoas com deficiência, gestantes e crianças. “A destinação se deu no contexto da pandemia. As aulas nas escolas públicas foram suspensas no município de Juína e várias crianças ficaram

sem a atividade presencial e sem as atividades lúdicas no período escolar. Fora isso, o índice de violência doméstica aumentou durante o isolamento social. Então, o projeto, desenvolvido pela prefeitura, criou o sistema de entrega de livros e um acervo digital”, explica a procuradora do MPT Ludmila Araújo.

O juiz Adriano Romero destaca que o “Biblioteca Delivery” deixa um legado importante para a comunidade. “Permite e contribui para que crianças, ao invés de trabalharem ou de ficarem sem fazer nada, ou mesmo se aglomerando, estudem e tenham acesso democrático à educação e ao ensino. Isso não tem preço e não tem preço porque a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho estão contribuindo para seja deixado mais um legado nessa cidade”, ressaltou.

Lorena concorda. Para ela, a oferta de livros físicos na modalidade de delivery tem sido um alívio. Desde o início da pandemia, com as escolas fechadas e a criança em casa, teve que ser criativa. “Eu precisei ocupar o tempo deles com coisas produtivas, então fui trazendo os autores mato-grossenses para agregar importância à leitura deles”, contextualiza.

A imersão nos livros de escritores regionais serviu para apreender a cultura local. “Tem algumas histórias, algumas lendas, que são só de Mato Grosso. Como nós somos de outro estado, não crescemos com essa cultura, essas lendas, eu falei com os meus filhos sobre várias delas. Eles adoraram essa experiência de conhecer os autores e as histórias do Mato Grosso”, conta Lorena.





No município de Juína, a Lei nº 1.821, de 08 de agosto de 2018, instituiu o Plano Municipal do Livro, Literatura e Biblioteca, que determina que as bibliotecas tenham um percentual mínimo de livros escritos por autores mato-grossenses. Segundo Lorena, isso aproxima os leitores das obras regionais que “falam do mundo onde a gente vive”.

Todo o processo pode ser feito on-line, sem precisar sair de casa. Existe um link de acesso ao Sistema Municipal de Bibliotecas de Juína (SMBJ) — composto pela Biblioteca Pública Municipal Profª Maria Santana, Biblioteca Pública Municipal Infantil Chalézinho da Leitura, oito Bibliotecas escolares do município, uma Biblioteca Comunitária e Pontos de Leitura —, disponível no site da prefeitura, para a primeira etapa do cadastro. Após o preenchimento dos dados, funcionários da biblioteca entram em contato com o leitor solicitando informações complementares. O passo seguinte é acessar o acervo virtual dos livros, escolher uma obra, fazer a reserva e aguardar a entrega.

Lorena observa que os livros vêm dentro de uma bolsinha reciclável que “é fácil de limpar,

de preservar e ajuda na proteção contra o coronavírus”. A devolução também é moleza. “Quando dá o prazo de devolver, eu ligo ou aviso a mocinha pelo WhatsApp que já pode buscar, o rapaz vem aqui em casa. Sempre de máscara, sempre seguindo os protocolos de proteção contra o coronavírus. E aí já dá baixa nos livros e fica liberado para reservar outros”.

Em 2020, o “Biblioteca Delivery” ganhou reconhecimento internacional ao vencer o Prêmio Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas, na categoria excelência. O projeto recebeu cerca de US\$ 15 mil. Em março deste ano, foi um dos destaques da reunião do Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável. Cerca de 30 vídeos de seis países foram submetidos para análise durante um evento paralelo intitulado “Superando a exclusão digital em tempos de pandemia: acesso aberto a informações confiáveis sobre Desenvolvimento Sustentável”, uma iniciativa colaborativa do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no Brasil, Biblioteca Hernán Santa Cruz da CEPAL em Santiago do Chile, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e Centros

de Informação das Nações Unidas no Brasil e em Trinidad e Tobago.

Para os idealizadores do evento, a grandeza do projeto está no fato de ter sido uma proposta com perspectiva cultural que estimulou muitas famílias, adolescentes e crianças de Juína a permanecerem em casa e a cumprirem as restrições impostas para enfrentamento da Covid-19. Suzana Ferreira, de 14 anos, é uma dessas adolescentes. “O projeto incentiva bastante as pessoas a lerem. Eu já peguei mais de 20 livros só no delivery”, conta Suzana.

Assim como Suzana, Tamirys Souza Costa, de 16 anos, já fez o empréstimo de diversos livros. Os preferidos dela são os de fantasia que misturam mitologia grega: “eu não sabia nada sobre isso e agora que estou no ensino médio tenho conhecimento considerável sobre o assunto”. A jovem confia que recentemente leu a saga de Percy Jackson, composta por cinco livros de aventura e fantasia, escritos pelo estadunidense Rick Riordan. A série literária acompanha um adolescente que descobre ser filho de um Deus grego e se aventura pelo mundo recontando de forma atual inúmeras histórias clássicas da mitologia grega.





A estudante afirma que o serviço de entrega facilitou muito o seu dia a dia. “Eu teria que pegar minha bicicleta e rodar a cidade para pegar o livro. Com o delivery, eu só mando uma mensagem e, em meia hora, ele está na minha mão”, diz Tamirys.

Além de acesso seguro aos livros, o projeto oportuniza experiências únicas, levando a lugares que a pandemia tem impedido de chegar. “Eu tenho um filho meu que adora pirata. Só que ele não conhece, ele nunca foi para o litoral, então parece uma história muito longe da realidade dele, mas eu o deixo lendo os livros de pirata que ele gosta. Eu tenho um outro filho que já gosta mais de floresta, de bichos de floresta. Tenho também uma menininha de cinco anos que está na fase de pré-leitores. Ela não sabe ler as letras, vê as imagens e quando você tem uma biblioteca com livros dos pré-leitores é muito bom. Eu acho um suporte maravilhoso porque são livros táteis, a criança pode pegar e sentir texturas, e as imagens contam a história. Então, todos eles brincam com o próprio livro, né? Eles estão brincando, aí, de repente, estão abrindo o livro, aí a boneca faz parte da história do livro, o livro faz parte da história dos carrinhos. Eles misturam o livro com as brincadeiras”.

No fim da história, é como a frase atribuída ao inesquecível escritor lusitano José Saramago: “A leitura é, provavelmente, uma outra maneira de estar em um lugar”. Com a pandemia, é só onde queremos estar: em outro lugar. “A criança ficou muito prejudicada com a pandemia, pela ausência da escola, pela ausência do ensino, do estudo, dos amigos, fica aquele tempo ocioso, as pessoas doentes e aquele assunto todo muito negativo, né? Então, é uma forma que eu tive de alimentar a esperança”, diz Lorena.

É...Em Juína, a esperança vem a delivery! ☒

**Estagiária de jornalismo*

Um aprendizado para a vida

A atuação do Ministério Público do Trabalho no curso da pandemia

POR ALBERTO BASTOS BALAZEIRO*

Inicialmente, sinto-me no dever de registrar a grande honra que é participar de tão relevante edição da Revista Labor, que aborda o que foi o maior desafio, até então, de minha vida profissional e também algo que se tornou um período de profundo aprendizado pessoal. Nada do que vivenciamos, pessoal ou institucionalmente, poderia ter preparado o Ministério Público do Trabalho, e, principalmente, suas Procuradoras e seus Procuradores, para os desafios que a Pandemia Global apresentou. De fato, a ideia dessa obra e desse registro histórico remonta ao início do então Grupo de Trabalho GT Covid-19,

que entendeu ser obrigação institucional legar para a memória um momento de imensas dificuldades mas também de grandes realizações capitaneadas pelo Parquet laboral.

Meu ingresso no honroso cargo de Procurador-Geral do Trabalho já foi marcado por uma missão clara de atacar problemas estruturais, encontrar uma nova organização financeira e orçamentária para fazer frente ao cenário desafiador que se prolongava. Desde o princípio pontuamos que adversidade alguma poderia nos impedir de ter um crescimento orgânico, e, principalmente da atuação do Ministério Público do Trabalho

tão demandada pela sociedade. Tal qual um bom navegante, não é o vento a favor ou contra que nos permite avançar, é o posicionamento adequado de nossas velas.

Percebemos de imediato que os profundos desafios que o novo cenário traria demandariam uma capacidade de compreensão ainda mais refinada da interação capital e trabalho. Se a Organização Internacional do Trabalho preconiza o diálogo social e o tripartismo como elementos inerentes a promoção do trabalho decente, podemos dizer que o Ministério Público do



Trabalho incorporou imediatamente o papel denexo de interlocução com trabalhadores, sindicatos, empresas, setores empresariais, governos em todos os níveis da federação.

Diálogo foi uma palavra de ordem – interna e externa.

Internamente, sempre com foco na preservação da vida de todas as pessoas que compõe o MPT, tivemos a coragem de antecipar práticas de trabalho remoto, aproveitamos investimentos maciços em infraestrutura de tecnologia da informação que já estávamos fazendo para permitir a continuidade das atividades; canalizamos esforços de nossa recém-criada diretoria médica para prestar orientações tanto aos gestores, como referências para os estudos finalísticos; e adotamos de imediato medidas de readequação de estruturas físicas, com o adequado manejo de equipamentos de proteção coletiva e individual.

Fizemos questão de participar ativamente de todas as estruturas institucionais que o Ministério Público brasileiro montou, particularmente do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19), no âmbito da Procuradoria-Geral da República, e Conselho Nacional do Ministério Público. Estimulamos o engajamento de valorosos colegas que se tornaram pontos focais em todos os Estados, sempre contribuindo e auxiliando os diversos atores sociais responsáveis pelo enfrentamento da pandemia.

Além disso, como forma de promover uma frente e unidade de posicionamentos, instituímos o GT Covid-19 – Grupo de Trabalho

Intercoordenadorias que permitiu acumular o conhecimento ímpar de múltiplos colegas, condensado em notas técnicas, estudos e orientações que serviram para subsidiar todas as membras e membros do MPT nacionalmente. Devoto aqui a imensa gratidão à Coordenação e a todas e todos que integraram esse grupo de trabalho, que teve nos focalizadores e focalizadoras nas Regionais e Capitais o necessário espelhamento e capilaridade de ações essencial para iniciativas exitosas de combate à pandemia, preservação de vidas e empregos e reversão de atuação em prol da sociedade.

O MPT viveu um incremento exponencial de demandas, em parte provocadas pelo impacto econômico e social sobre os trabalhadores, buscando ativamente, através de um trabalho de articulação coletivo, sempre congregando e sabendo valorizar a sabedoria difusa de nosso colegiado e de nossos Procuradores Chefes, interagindo com os Poderes Constituídos, respeitando as prerrogativas institucionais, mas fazendo saber sempre, com altivez e firmeza, o posicionamento inarredável de defesa da missão constitucional do Parquet laboral.

Para além da questão jurídica, buscamos garantir que a atuação do MPT tivesse efetivo impacto social. E estimulamos esforços concentrados na destinação fiscalizada de recursos decorrentes de nossa atuação para a estruturação de órgãos públicos e serviços de saúde. Com transparência, veiculávamos na rede mundial de computadores todos os dados dessas reversões que demonstraram a potencialidade ampla da reverberação social de nossas ações.

É de registrar, porém, que toda essa atuação e todos estes marcos estatísticos não evidenciam o que mais nos tocou – acompanhar colegas, membros, membras, servidores e servidoras que vivenciaram amplas dificuldades nesse período. Saber os nomes, olhar para as pessoas trouxe um senso de realidade que procurei canalizar em estímulo para continuar com o propósito de não deixar que a pandemia fosse algo que obstasse a gestão como deveria ser – humanizada e eficiente.

Um amigo que ainda continua no MPT costumava me dizer que não há possibilidade de atuar em inspeções nos hospitais públicos e continuar a mesma pessoa. A visualização das dificuldades humanas e mesmo institucionais do sistema público de saúde faz renovar o senso de gratidão pela saúde e o desejo de efetivar mudança que gere um pouco de alívio para pessoas tão vulneráveis. Reputo que a mesma lógica se aplica à vivência desta gestão no enfrentamento da pandemia.

Foi o desafio que me permitiu sentir toda a Instituição em um momento crítico, onde se afigurou extremamente necessário costurar nossa unidade institucional para que o Ministério Público do Trabalho tivesse seu protagonismo e chegasse ao momento atual desta forma – coeso, orçamentariamente estruturado e pronto para avançar ainda mais.

Foi o aprendizado de uma vida. ☒

** Procurador-Geral do Trabalho de 2019 a 2021 e atual Ministro do Tribunal Superior do Trabalho*





Organização
Internacional
do Trabalho



UNODC

Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

TRÁFICO DE PESSOAS: DESCONFIE DE PROPOSTAS ENCANTADORAS

**Busque informações
antes de embarcar nessa**

CONHEÇA NOSSOS PRINCIPAIS PRODUTOS



RADAR MPT



Uma curadoria semanal das principais notícias relevantes publicadas nos portais das Procuradorias Regionais do Trabalho. O informativo é enviado todas as sextas-feiras no final da tarde para o e-mail institucional das procuradoras e procuradores, além de também ser enviado gratuitamente por mailing para interessados do público externo ao MPT mediante solicitação.

MPT VIDAS & HISTÓRIAS



É o novo podcast do MPT. A primeira temporada conta com episódios semanais, apresentados pela procuradora Carolina Hirata e pelo procurador João Berthier, que recebem colegas para uma conversa descontraída e informal sobre histórias de atuação, experiências pessoais e casos interessantes, engraçados e emocionantes da vida de procurador(a). O podcast é disponibilizado em agregadores de conteúdo e nas redes sociais do MPT.

PROSA DE TRABALHO



Com início em fevereiro de 2019, o podcast Prosa de Trabalho é produzido semanalmente, sendo hospedado em agregadores de podcast, como o Spotify, na página www.radiompt.com.br e também nas redes sociais do MPT.

RÁDIO MPT



Criada em 2014, a Rádio MPT conta com entrevistas e boletins informativos, que são matérias de rádio distribuídas para mais de duas mil emissoras parceiras, sendo rádios comerciais, educativas e comunitárias.

TRABALHO LEGAL



Com mais de 15 anos de existência, o programa Trabalho Legal inicialmente era exibido na TV Justiça e hoje avançou para ser transmitido pelas redes sociais do MPT.

REDES SOCIAIS



 [mptrabalho](https://www.facebook.com/mptrabalho)

 [mpt_pgt](https://twitter.com/mpt_pgt)

 [mptrabalho](https://www.instagram.com/mptrabalho)

 [mptrabalho](https://www.youtube.com/mptrabalho)